



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PAUTA DA 22ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**14/05/2025
QUARTA-FEIRA
às 11 horas**

**Presidente: Senadora Damares Alves
Vice-Presidente: Senadora Mara Gabrilli**



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 14/05/2025.**

22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quarta-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PL 270/2020 - Não Terminativo -	SENADOR EDUARDO GIRÃO	11
2	SUG 24/2020 - Não Terminativo -	SENADOR EDUARDO GIRÃO	20
3	SUG 2/2022 - Não Terminativo -	SENADOR MARCIO BITTAR	35
4	PL 2239/2022 - Não Terminativo -	SENADOR LAÉRCIO OLIVEIRA	50
5	PL 2621/2023 - Não Terminativo -	SENADOR PLÍNIO VALÉRIO	82
6	PL 5172/2023 - Não Terminativo -	SENADORA PROFESSORA DORINHA SEABRA	90

7	PL 2880/2023 - Não Terminativo -	SENADORA PROFESSORA DORINHA SEABRA	99
8	PLP 197/2024 - Não Terminativo -	SENADORA PROFESSORA DORINHA SEABRA	108
9	PL 1179/2024 - Não Terminativo -	SENADORA MARA GABRILLI	118

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
Ivete da Silveira(MDB)(10)(1)	SC 3303-2200	1 Alessandro Vieira(MDB)(10)(1)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Giordano(MDB)(10)(1)	SP 3303-4177	2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900
Sergio Moro(UNIÃO)(10)(3)	PR 3303-6202	3 Zequinha Marinho(PODEMOS)(10)(3)	PA 3303-6623
VAGO(12)(10)(3)		4 Styvenson Valentim(PSDB)(10)(3)	RN 3303-1148
Marcos do Val(PODEMOS)(8)(10)	ES 3303-6747 / 6753	5 Marcio Bittar(UNIÃO)(12)(8)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652
Plínio Valério(PSDB)(10)(9)	AM 3303-2898 / 2800	6 Confúcio Moura(MDB)(9)(19)	RO 3303-2470 / 2163
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)			
Cid Gomes(PSB)(13)	CE 3303-6460 / 6399	1 Flávio Arns(PSB)(4)	PR 3303-6301
Jussara Lima(PSD)(4)	PI 3303-5800	2 Vanderlan Cardoso(PSD)(4)	GO 3303-2092 / 2099
Mara Gabrilli(PSD)(4)	SP 3303-2191	3 VAGO	
Teresa Leitão(PT)(20)	PE 3303-2423	4 VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Jaime Bagattoli(PL)(2)	RO 3303-2714	1 Eduardo Girão(NOVO)(2)	CE 3303-6677 / 6678 / 6679
Magno Malta(PL)(2)	ES 3303-6370	2 Romário(PL)(2)	RJ 3303-6519 / 6517
Marcos Rogério(PL)(2)	RO 3303-6148	3 Jorge Seif(PL)(15)	SC 3303-3784 / 3756
Astronauta Marcos Pontes(PL)(14)	SP 3303-1177 / 1797	4 Flávio Bolsonaro(PL)(16)	RJ 3303-1717 / 1718
Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)			
Fabiano Contarato(PT)(6)(21)(17)(18)	ES 3303-9054 / 6743	1 Weverton(PDT)(6)(17)	MA 3303-4161 / 1655
Rogério Carvalho(PT)(6)(17)	SE 3303-2201 / 2203	2 Augusta Brito(PT)(6)(17)	CE 3303-5940
Humberto Costa(PT)(17)	PE 3303-6285 / 6286	3 Paulo Paim(PT)(6)(17)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230 / 5235
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Tereza Cristina(PP)(5)(11)	MS 3303-2431	1 Laércio Oliveira(PP)(5)	SE 3303-1763 / 1764
Damares Alves(REPUBLICANOS)(5)	DF 3303-3265	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).
- (12) Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
- (13) Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
- (14) Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
- (15) Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG).
- (16) Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG).
- (17) Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
- (18) Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
- (19) Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
- (20) Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
- (21) Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:00
SECRETÁRIO(A): CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-2005
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cdh@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 14 de maio de 2025
(quarta-feira)
às 11h

PAUTA

22ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA - CDH

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Atualizações:

1. Retificação do tipo de reunião de "Ordinária" para "Extraordinária". (09/05/2025 14:53)
2. A reunião será realizada às 11h. (13/05/2025 10:49)
3. Alteração do Relatório da SUG 24/2020. (13/05/2025 17:10)

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 270, DE 2020

- Não Terminativo -

Altera as Leis nºs 13.819, de 26 de abril de 2019, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a notificação ao Conselho Tutelar, pelos estabelecimentos de ensino, dos casos de violência neles ocorridos, especialmente automutilação e suicídio.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: À CDH e, posteriormente, à CE.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#)
[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 2

SUGESTÃO Nº 24, DE 2020

- Não Terminativo -

"Proibir programas policiais (sensacionalistas) de serem exibidos pela televisão aberta".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela rejeição da Sugestão Legislativa.

Observações:

Tramitação: CDH.

Retirado de pauta no dia 07/05/2025.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)
[Sugestão \(CDH\)](#)

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 2, DE 2022

- Não Terminativo -

"Proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em 09 e 30 de abril, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.
- Vista coletiva concedida em 07/05/2025.

Textos da pauta:[Relatório Legislativo](#) (CDH)[Sugestão](#) (CDH)**ITEM 4****PROJETO DE LEI Nº 2239, DE 2022****- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.239, de 2022, bem como pela aprovação das Emendas nº 1-CDH, nº 2-CDH e Emenda nº 4-CDH, rejeição da Emenda nº 3, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

- Em 22/11/2023, foi recebida a emenda nº 1 da Senadora Zenaide Maia.

- Em 06/05/2023, foram recebidas as emendas:

nº 2, do Senador Paulo Paim.

nº 3, do Senador Plínio Valério.

nº 4, do Senador Magno Malta.

- Vista coletiva concedida em 07/05/2025.

Textos da pauta:[Avulso inicial da matéria](#)[Emenda 1](#) (CDH)[Emenda 2](#) (CDH)[Emenda 3](#) (CDH)[Emenda 4](#) (CDH)[Relatório Legislativo](#) (CDH)**ITEM 5****PROJETO DE LEI Nº 2621, DE 2023****- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: À CDH e, em seguida, à CAS.

Textos da pauta:[Avulso inicial da matéria](#)[Relatório Legislativo](#) (CDH)

ITEM 6**PROJETO DE LEI Nº 5172, DE 2023****- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para permitir que pessoas com deficiência tenham o direito de suspender, cancelar ou desistir de cursos de capacitação em instituições públicas ou privadas sem que haja incidência de multas contratuais ou custos financeiros adicionais.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: À CDH e à CAE, em decisão terminativa.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 7**PROJETO DE LEI Nº 2880, DE 2023****- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: À CDH e, posteriormente, à CAS.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 8**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 197, DE 2024****- Não Terminativo -**

Modifica a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para instituir a inelegibilidade por cometimento de crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senadora Augusta Brito

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: À CDH e, posteriormente, à CCJ.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 9**PROJETO DE LEI Nº 1179, DE 2024**

- Não Terminativo -

Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: À CDH e, posteriormente, à CAS em deliberação terminativa.

- Vista coletiva concedida em 07/05/2025.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

1



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 270, DE 2020

Altera as Leis nºs 13.819, de 26 de abril de 2019, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a notificação ao Conselho Tutelar, pelos estabelecimentos de ensino, dos casos de violência neles ocorridos, especialmente automutilação e suicídio.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1857316&filename=PL-270-2020



[Página da matéria](#)



Altera as Leis n^{os} 13.819, de 26 de abril de 2019, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a notificação ao Conselho Tutelar, pelos estabelecimentos de ensino, dos casos de violência neles ocorridos, especialmente automutilação e suicídio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1^o Esta Lei altera as Leis n^{os} 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e Suicídio, para dispor sobre a notificação ao Conselho Tutelar, pelos estabelecimentos de ensino, dos casos de violência neles ocorridos, especialmente automutilação e suicídio.

Art. 2^o O inciso VIII do *caput* do art. 3^o da Lei n^o 13.819, de 26 de abril de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3^o

.....

VIII - promover a notificação de eventos, o desenvolvimento e o aprimoramento de métodos de coleta e análise de dados sobre automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados, envolvendo a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os estabelecimentos de ensino, de saúde e de medicina legal, para subsidiar a formulação de políticas e tomadas de decisão;

.....” (NR)





Art. 3º O art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.

.....

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município:

a) a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei;

b) as ocorrências e os dados relativos a casos de violência que envolvam seus alunos, especialmente automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados;

.....” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - 9394/96

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>

- art12

- Lei nº 13.819, de 26 de Abril de 2019 - LEI-13819-2019-04-26 - 13819/19

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2019;13819>

- art3_cpt_inc8



PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 270, de 2020, da Deputada Rejane Dias, que *altera as Leis nºs 13.819, de 26 de abril de 2019, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a notificação ao Conselho Tutelar, pelos estabelecimentos de ensino, dos casos de violência neles ocorridos, especialmente automutilação e suicídio.*

Relator: Senador **EDUARDO GIRÃO**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 270, de 2020, de autoria da Deputada Rejane Dias.

A iniciativa objetiva alterar a Lei nº 13.819, de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (PNPA), e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), para, respectivamente, incluir entre os objetivos da PNPA a promoção da notificação de eventos, o desenvolvimento e o aprimoramento de métodos de coleta e análise de dados sobre automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados, envolvendo os estabelecimentos de ensino, e dispor sobre a obrigatoriedade desses estabelecimentos notificarem ao Conselho Tutelar os casos de violência, especialmente os que envolvem automutilação e suicídio, que ocorram no ambiente escolar.

A lei que resultar da aprovação da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, a autora destaca os avanços legais já obtidos em relação à prevenção de suicídio, automutilação e violência nas escolas. Salienta, no entanto, que a atual legislação ainda possui lacunas com relação ao tema.

A matéria foi distribuída a esta CDH e seguirá para a Comissão de Educação e Cultura (CE).

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre matéria relacionada à proteção à infância e à juventude, o que torna regimental esta análise.

A análise do mérito do Projeto de Lei nº 270, de 2020, indica que a proposta busca fortalecer a rede de proteção à infância e adolescência, ao tornar compulsória a notificação de casos de violência envolvendo automutilação e suicídio nos ambientes escolares. Essa medida está em consonância com o princípio constitucional da proteção integral à criança e ao adolescente, previsto no art. 227 da Constituição Federal.

A proposição é juridicamente adequada, uma vez que não inova de maneira incompatível com o ordenamento vigente, mas amplia a aplicação de dispositivos já existentes, ao incluir os estabelecimentos de ensino como atores essenciais na detecção precoce e na resposta a situações de automutilação e tentativas de suicídio.

Do ponto de vista social, o projeto responde a uma necessidade urgente de ampliar o engajamento das instituições educacionais na promoção da saúde mental dos estudantes. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que o suicídio é uma das principais causas de morte entre jovens, e o Brasil não está imune a esse problema.

Segundo um estudo desenvolvido pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia), em colaboração com pesquisadores de Harvard, a taxa de suicídio entre jovens cresceu 6% ao ano no Brasil entre os anos de 2011 e 2022. Já as taxas de notificações por autolesões na faixa etária de 10 a 24 anos aumentaram 29% a cada ano nesse

mesmo período. O número foi maior que na população em geral, cuja taxa de suicídio teve crescimento médio de 3,7% ao ano e a de autolesão, 21% ao ano, neste mesmo período.

O ambiente escolar, por ser um espaço de socialização, desempenha um papel importantíssimo na identificação de sinais de alerta e na prevenção de comportamentos de risco.

Portanto, as alterações promovidas pelo PL permitirão uma articulação interinstitucional, mobilizando não apenas o sistema educacional, mas também os serviços de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, possibilitando uma resposta coordenada e com potencial efetividade frente a esses episódios.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 270, de 2020.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2



PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 24, de 2020, que pretende proibir a exibição de programas policiais sensacionalistas pela televisão aberta, das 6h às 22h.

RELATOR: Senador EDUARDO GIRÃO

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 24, de 2020, que pretende proibir a exibição de programas policiais sensacionalistas pela televisão aberta, das 6h às 22h.

A matéria é originária de ideia legislativa encaminhada ao Senado Federal por meio do programa e-Cidadania e recebeu o apoio de 22.048 cidadãos.

De acordo com o autor da citada ideia, a exibição de conteúdos violentos no horário indicado faz com que crianças e adolescentes possam assistir livremente a cenas inadequadas a sua idade, contrariando dispositivos previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.



Por sua vez, a Resolução do Senado nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, estabelece que a ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de vinte mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do RISF e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à CDH. Assim, estão atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 24, de 2020.

Cabe lembrar que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar. Caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria, e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões pertinentes.

A sugestão tem o nobre propósito de proteger crianças e adolescentes de conteúdos inadequados exibidos na TV aberta, protegendo-os da exposição a conteúdos potencialmente nocivos à sua formação.

A preocupação com o impacto desses conteúdos na saúde mental e no desenvolvimento de jovens é legítima e encontra respaldo em diversas pesquisas científicas. Estudos conduzidos por instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) indicam que a exposição constante a cenas de violência, especialmente na infância e adolescência, pode provocar efeitos como ansiedade, distúrbios do sono, medo excessivo, comportamentos agressivos e um processo de dessensibilização frente à violência real.

Dados do Instituto Alana e da Sociedade Brasileira de Pediatria apontam que crianças expostas a conteúdos violentos, inclusive jornalísticos, têm maior propensão a normalizar comportamentos agressivos e a desenvolver uma percepção distorcida de segurança pública e convivência social. Além disso, programas sensacionalistas, muitas vezes embalados como entretenimento, tendem a reforçar estigmas e fomentar um ambiente de medo, impactando diretamente o bem-estar psíquico da população infantojuvenil.

Entretanto, concordo que o mecanismo pretendido, qual seja a proibição de exibição de determinados conteúdos em horários específicos, entra em conflito com um dos valores supremos da democracia, a plena liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. E como parlamentar comprometido com o estado democrático de direito, e defensor das liberdades civis, não posso apoiar qualquer medida que implique censura



prévia ou intervenção estatal no conteúdo editorial de meios de comunicação.

Permitir que o Estado defina que determinados conteúdos podem e que outros não podem ser exibidos abala o núcleo mais essencial da democracia. Por essa razão, nossa Constituição estabeleceu de forma inequívoca que “*é livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença*”. Ou seja, a norma constitucional limita a ação estatal, impedindo que restrinja de qualquer forma, ou mesmo que exija autorizações, para essas atividades.

Isso não significa que inexistam meios legais para proteger crianças e adolescentes de conteúdos violentos ou outros inadequados à sua idade. A própria Constituição determinou que a União deve “exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão”, permitindo que as famílias selecionem que tipo de material será acessado por seus filhos. Para tornar ainda mais simples e efetivo esse controle parental, a Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, determina que os aparelhos de televisão disponham de dispositivo capaz de bloquear a recepção de programas com conteúdo impróprio para menores.

Assim, a legislação nacional buscou equacionar o equilíbrio a proteção a crianças e adolescentes e a liberdade de expressão. Esse balanceamento foi especificamente apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.404, na qual ficou decidido que é “*o sistema de classificação indicativa esse ponto de equilíbrio ténue, e ao mesmo tempo tenso, adotado pela Carta da República para compatibilizar esses dois axiomas, velando pela integridade das crianças e dos adolescentes sem deixar de lado a preocupação com a garantia da liberdade de expressão*”. Além disso, o STF determinou que a União não tem poderes para “para determinar que a exibição da programação somente se dê nos horários determinados”.

Entretanto, é igualmente evidente que o sistema atual de classificação indicativa pode — e deve — ser aperfeiçoado. O próprio STF reconheceu que o equilíbrio entre os direitos fundamentais deve ser dinâmico e contínuo. É urgente repensar a forma como a classificação é aplicada a programas jornalísticos que, embora informativos, exploram a violência de maneira apelativa e sensacionalista, muitas vezes sem o devido cuidado com o público mais vulnerável.



Por essa razão, deixo registrada minha firme intenção de trabalhar na construção de um **projeto de lei que não afronte a Constituição, mas que permita maior rigor e eficácia na proteção de crianças e adolescentes contra a exposição a conteúdos violentos e inadequados**, inclusive no campo jornalístico. Esse novo marco legal poderá propor ajustes na metodologia de classificação, tornar obrigatórios avisos mais claros sobre o teor dos programas e incentivar práticas de autorregulação e responsabilidade editorial, tudo dentro do marco constitucional e com o devido respeito à liberdade de imprensa.

Pelo exposto, entendo que a sugestão, na forma apresentada, apresenta conflito insolúvel com a liberdade de expressão constitucionalmente assegurada. Mas entendo, também, que proteger a infância não é tarefa que se oponha à democracia; pelo contrário, é um de seus fundamentos. É plenamente possível — e necessário — assegurar a saúde mental de nossas crianças sem que isso implique o retorno de qualquer forma de censura. E por esse motivo reafirmo meu compromisso em buscar uma forma alternativa de proteger nossas crianças e adolescentes de exposição a conteúdos inadequados.

Nesses termos, entendo que a Sugestão nº 24, de 2020, não deve ser convertida em proposição legislativa.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **rejeição** da Sugestão nº 24, de 2020.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 29/2020/SCOM

Brasília, 31 de agosto de 2020

A Sua Excelência o Senhor

SENADOR PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 137569.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO
FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 137569

Título

Proibir programas policiais (sensacionalista) de serem exibidos pela televisão aberta

Descrição

Existe uma grande diversidade de conteúdo que podem ser produzidos pelas empresas midiáticas no entanto, existe empresas (principalmente as regionais) que recorrem a programas que espalham notícias violentas sob a pretexto de "informar". Sugiro a proibição deste tipo de informação das 6 as 22 horas. (sic)

Mais detalhes

A exibição de programas violentos no horário livre faz com que Crianças e Adolescentes possam assistir acidentes, assassinatos, sangue, perseguições e diversas outras atitudes consideradas proibidas pelo ECA. Além disso existe o discurso especulativo e violento dos apresentadores destes programas e entrevistados que violam a princípio da inocência quando falam para o telespectador o contrário. (sic)

Identificação do proponente

Nome: Jonas Rafael Rossatto
E-mail: jonasrafaelrossatto@gmail.com
UF: PR

Data da publicação da ideia: 10/06/2020

Data de alcance dos apoios necessários: 26/08/2020

Total de apoios contabilizados até 30/08/2020: 21.480

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=137569>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

UF	APOIOS
AC	231
AL	147
AM	235
AP	43
BA	804
CE	633
DF	563
ES	281
GO	423
MA	118
MG	2.122
MS	194
MT	141
PA	382
PB	307
PE	652
PI	143
PR	1.357
RJ	2.252
RN	258
RO	77
RR	17
RS	955
SC	538
SE	143
SP	8.413
TO	51
TOTAL	21.480



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº UF Cidadão	
1 AC	AGATHA RODRIGUES ****CS@GMAIL.COM
2 AC	AIRTON FELIX SILVA SOUZA ****X_@HOTMAIL.COM
3 AC	ALBERT CESAR A.P ****AP@GMAIL.COM
4 AC	ALESSANDRO DA SILVA ****07@LIVE.COM
5 AC	ALEXANDRE ANSELMO ****12@GMAIL.COM
6 AC	ALEXANDRE HENRIQUE ****PB@GMAIL.COM
7 AC	ALEXANDRE VASILENSKAS ****78@HOTMAIL.COM
8 AC	ALEXIA PONTES ****IA@GMAIL.COM
9 AC	ALICE FALCAO ****AO@HOTMAIL.COM
10 AC	ALVARO COSTA JARDIM NETO ****TL@HOTMAIL.COM
11 AC	ALVARO SILVA ****RO@HOTMAIL.COM
12 AC	ALYSSON LUCAS OLIVEIRA TEIXEIRA ****24@GMAIL.COM
13 AC	AMANDA CAROLINE ****02@OUTLOOK.COM
14 AC	AMANDA EDUARDA DA S. MACHADO ****DO@GMAIL.COM
15 AC	AMAURY ZE ****ER@HOTMAIL.COM
16 AC	ANA LUIZA JASKULSKI ****IA@HOTMAIL.COM
17 AC	ANA RITA ****TA@GMAIL.COM
18 AC	ANDERSON DREWS ****WS@GMAIL.COM
19 AC	ANDREA DRUMMOND COUTO ****TO@GMAIL.COM
20 AC	ANDREI VIEGA ****22@HOTMAIL.COM
21 AC	ANDRE MEDEIROS ****IN@HOTMAIL.COM
22 AC	ANGELA MARIA ****11@HOTMAIL.COM
23 AC	ANTONIO KETHER FERREIRA ****RA@HOTMAIL.COM
24 AC	ARTHUR LACERDA ****A7@HOTMAIL.COM
25 AC	AXEL RODRIGUES ****M3@HOTMAIL.COM
26 AC	BEATRIZ DANTAS ****AS@OUTLOOK.COM
27 AC	BEM VINDO AO URUGUAI ****SI@GMAIL.COM
28 AC	BERNADETTE DE SOUZA ****07@GMAIL.COM
29 AC	BIANCA BERTON ****ON@HOTMAIL.COM
30 AC	BRUNA BOARETTO PELARIN ****TO@GMAIL.COM
31 AC	BRUNO AUGUSTO GOMES RAMOS ****OS@HOTMAIL.COM
32 AC	CALOURA DROGADA LETICIA ALBUQUERQUE DUARTE ****TE@GMAIL.COM
33 AC	CAMILA RIBEIRO ****04@GMAIL.COM
34 AC	CAROLINA MEDEIROS ****34@HOTMAIL.COM
35 AC	CAROLINA RAMOS ****14@GMAIL.COM
36 AC	CAROLINE VITOR FERREIRA ****RF@GMAIL.COM
37 AC	CAWE COY RODRIGUES MAREGA ****OY@GMAIL.COM
38 AC	CECILIA SILVA ****24@GMAIL.COM
39 AC	CIRINEO PILLONETTO ZENERE ****RE@GMAIL.COM
40 AC	CLAUDIA C CAREZZATO ****TO@GMAIL.COM
41 AC	CLAUDIO F ****RI@HOTMAIL.COM
42 AC	CLENIO LIMA ****KL@HOTMAIL.COM
43 AC	CLEUTON BATISTA ****ON@GMAIL.COM
44 AC	DANI EASTON ****ON@GMAIL.COM
45 AC	DANIEL BRAZ ****BR@GMAIL.COM
46 AC	DAVID LOMEU DE LIMA ****MA@GMAIL.COM
47 AC	DAVIDSON NILSON ****ON@GMAIL.COM
48 AC	DAYVYSON LUIZ ****XZ@HOTMAIL.COM
49 AC	DEIVID SOUZA ****SZ@HOTMAIL.COM
50 AC	DEYVID PERES ****SS@GMAIL.COM
51 AC	DIMITRI SOUZA ****ES@GMAIL.COM
52 AC	DIMITRY CAVALCANTI DOS SANTOS ****ER@GMAIL.COM
53 AC	DI SETTI ****TE@GMAIL.COM
54 AC	DOROTEIA BYLAARDT ****DT@HOTMAIL.COM
55 AC	DOUGLAS GEOVANINE ****PA@GMAIL.COM
56 AC	DYONES LEMOS RAMOS ****PT@GMAIL.COM
57 AC	EDER MOURA ****HU@GMAIL.COM
58 AC	EDUARDA MARINHO ****DB@GMAIL.COM
59 AC	EDUARDO CARVALHO ****07@GMAIL.COM
60 AC	EDUARDO MESSA ****A1@GMAIL.COM
61 AC	EDUARDO SASSI ****SS@HOTMAIL.COM
62 AC	EDUARDO VINICIUS ****IN@HOTMAIL.COM
63 AC	ELAYNE LIMA ADVOCACIA ****DA@GMAIL.COM
64 AC	ELISABETH ANDREOLI DE OLIVEIRA ****LI@GMAIL.COM
65 AC	ELISA DETZEL BERNERT ****EL@HOTMAIL.COM
66 AC	ELIZABETI MARIA CALIMAN PERIM ****IM@GMAIL.COM
67 AC	ELTON PINHEIRO SARAH ****AH@HOTMAIL.COM
68 AC	ELZA HELENA ALVES TEIXEIRA ****RA@GMAIL.COM
69 AC	ERICK LSL ****OS@GMAIL.COM
70 AC	EVANDRO FERNANDES ****RN@HOTMAIL.COM
71 AC	EVANDRO SOUZA OLIVEIRA ****MO@IG.COM.BR
72 AC	FELIPE GONCALVES ****_8@HOTMAIL.COM
73 AC	FELP C. MOREIRA ****GR@HOTMAIL.COM
74 AC	FERNANDO ALVES ****88@GMAIL.COM
75 AC	FERNANDO ANTONY ****11@GMAIL.COM
76 AC	FERNANDO MONTE ****ZA@HOTMAIL.COM
77 AC	FIAMA RICARDO DE LIMA ****03@GMAIL.COM
78 AC	GABI CABRAL ****L_@HOTMAIL.COM
79 AC	GABRIEL ESTEVES ****ES@GMAIL.COM
80 AC	GERALDO HENRIQUE DE SOUZA OLIVEIRA JUNIOR ****JR@HOTMAIL.COM
81 AC	GIANFRANCO PERASSO ****SO@ME.COM
82 AC	GILBERTO AVILA ****78@GMAIL.COM
83 AC	GIOVANNA CUNHA ****HA@OUTLOOK.COM
84 AC	GISELY CHAN ****LY@HOTMAIL.COM
85 AC	GUILHERME DE FREITAS BLANC ****08@GMAIL.COM
86 AC	GUSTAVO ANDRADE ****E_@HOTMAIL.COM
87 AC	GUSTAVO BARRETO ****O1@HOTMAIL.COM
88 AC	GUSTAVO BECK ****CK@OUTLOOK.COM
89 AC	HELENA PRAIA ****IA@GMAIL.COM
90 AC	HELOISA BEATRIZ NASCIMENTO NOGUEIRA ****NT@YAHOO.COM.BR
91 AC	HERIKO ROCHA ****HA@GMAIL.COM
92 AC	IGOR AZEVEDO ****OX@LIVE.COM
93 AC	INGRID MACHADO ****DO@GMAIL.COM
94 AC	ISA FERREIRA ****VA@GMAIL.COM
95 AC	IVAN SOARES ****44@GMAIL.COM
96 AC	JABNER GUIMARAES ****13@GMAIL.COM
97 AC	JAMES ANTUNES JUNIOR ****JR@GMAIL.COM
AC JAMILLY ROBERTA ****A1@GMAIL.COM	
AC JANEANA FERREIRA ****RA@GMAIL.COM	
AC JESSICA CAMPOS ****NE@HOTMAIL.COM	
AC JESSICA RAMOS ****HA@HOTMAIL.COM	
AC JHONATAN VENANCIO ****21@HOTMAIL.COM	
AC JOANNES SOUZA ****ZA@YAHOO.COM.BR	



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº UF Cidadão	
104	AC JOAO DIAS ****SS@HOTMAIL.COM
105	AC JOAO LUCAS ****83@GMAIL.COM
106	AC JOAO PEDRO GONCALVES ****RO@HOTMAIL.COM
107	AC JOSE ANTONIO DA SILVA E SOUSA ****JO@YAHOO.COM.BR
108	AC JOSE EWERTON CORDEIRO MARINHO ****NE@GMAIL.COM
109	AC JOSE GOMES DE ABREU ****98@YAHOO.COM.BR
110	AC JOSE HENRIQUE ****89@GMAIL.COM
111	AC JOSE LINS OLIVEIRA ****BR@LIVE.COM
112	AC JULIANA FERREIRA ****13@HOTMAIL.COM
113	AC JULIO ERVATTI ****ER@UOL.COM.BR
114	AC JULIO SUEZA ****92@GMAIL.COM
115	AC JUNIOR SIQUEIRA ****RA@GMAIL.COM
116	AC KAMILA NAVA ****VA@GMAIL.COM
117	AC KARINE PRAZERES ****ES@HOTMAIL.COM
118	AC KERGINALDO REGIS ****IS@HOTMAIL.COM
119	AC LAERCIO DE OLIVEIRA CUBAS CUBAS ****AS@GMAIL.COM
120	AC LARYSSA MELLO ****LO@HOTMAIL.COM
121	AC LAURA CRISTINA DA SILVA VASCONCELOS ****LO@YAHOO.COM.BR
122	AC LEANDRO RESENDE ****DE@HOTMAIL.COM
123	AC LEONARA VITORIA ****NZ@OUTLOOK.COM
124	AC LEONARDO ANTUNES WEECK ****CK@GMAIL.COM
125	AC LEONARDO CLETO ****02@GMAIL.COM
126	AC LEONARDO LUZ ****IM@HOTMAIL.COM
127	AC LETICIA MARTINS ****02@HOTMAIL.COM
128	AC LETICIA RODRIGUES ****ES@HOTMAIL.COM
129	AC LIDY ARAUJO ****JO@GMAIL.COM
130	AC LIGIA MARINHO ****36@HOTMAIL.COM
131	AC LILIANE MELO ****ML@HOTMAIL.COM
132	AC LORAINÉ SILVA ****11@HOTMAIL.COM
133	AC LUANA SANTOS ****AS@GMAIL.COM
134	AC LUCAS LUIS ****35@GMAIL.COM
135	AC LUCAS NUNES ****ES@HOTMAIL.COM
136	AC LUCELIO DE MORAES ****ES@GMAIL.COM
137	AC LUCIANA BOLONHEZI ****ZI@GMAIL.COM
138	AC LUCIANA BORIN ****IN@HOTMAIL.COM
139	AC LUCILA FLORENCE PELLEGRINELLI ****15@HOTMAIL.COM
140	AC LUIS FILIPE BANIN DE BARROS ****IN@GMAIL.COM
141	AC MARCELO VELLOSO ****LA@HOTMAIL.COM
142	AC MARCIA CRISTINA ZANON ****GZ@GMAIL.COM
143	AC MARCIA REGINA NESTARDO ****DO@HOTMAIL.COM
144	AC MARCO NESTI ****TI@UOL.COM.BR
145	AC MARIA CECILIA COSTA PEREIRA ****A9@HOTMAIL.COM
146	AC MARIA DAS GRACAS SILVA NASCIMENTO SILVA ****VA@UNIR.BR
147	AC MARIA DINIZ ****SP@HOTMAIL.COM
148	AC MARIA EDUARDA DO VALE ****GI@HOTMAIL.COM
149	AC MARIA JOSE ALVES ****ES@HOTMAIL.COM
150	AC MARIANA CAMPIDELLI ****LI@HOTMAIL.COM
151	AC MARINA TOLEDO ****O1@ICLOUD.COM
152	AC MARINILDO MARINILDORODRIGUES ****DO@GMAIL.COM
153	AC MARIO BARBARIOLI ****OL@GMAIL.COM
154	AC MARIO CESAR ****ES@HOTMAIL.COM
155	AC MARIO LUIZ MURACA ****CA@YAHOO.COM.BR
156	AC MATEUS COUTO ****IN@HOTMAIL.COM
157	AC MATEUS FIUSA ****SA@ICLOUD.COM
158	AC MATEUS SILIONI ****NI@GMAIL.COM
159	AC MATHEUS ALENCAR ****13@GMAIL.COM
160	AC MATHEUS AMORIM ****23@HOTMAIL.COM
161	AC MATHEUS MAFRA ****S1@GMAIL.COM
162	AC MAVIAEL LENART SILVA ****RT@GMAIL.COM
163	AC MELISSA WINCHESTER ****08@HOTMAIL.COM
164	AC MIGUEL VALENTE ****TE@GMAIL.COM
165	AC MIRIAN RESENDE ****21@HOTMAIL.COM
166	AC MYCHEL OLIVEIRA ****RA@GMAIL.COM
167	AC MYKE MOACIR DA COSTA GONCALVES ****TA@YAHOO.COM
168	AC MYRTHES MARIA MATOS DANTAS ****AS@HOTMAIL.COM
169	AC NATHALIA ANTUNES ****19@HOTMAIL.COM
170	AC NAYANA LIMA ****SH@GMAIL.COM
171	AC NAYARA SANTOS ****Y1@HOTMAIL.COM
172	AC NAYARA TABORDA ****IE@HOTMAIL.COM
173	AC NOELE DO NASCIMENTO ****NI@HOTMAIL.COM
174	AC PATRICIA COSTA ****ET@HOTMAIL.COM
175	AC PAULA GARCIA ****IO@HOTMAIL.COM
176	AC PAULO DE TARSO LEITE DO CANTO ****TO@HOTMAIL.COM
177	AC PAULO FESSEL ****47@GMAIL.COM
178	AC PAULO MIRANDA ****UE@GMAIL.COM
179	AC PAULO ROBERTO DE MATTOS FOLLY ****LO@FOLLY.COM.BR
180	AC PEDRITA MT ****_M@HOTMAIL.COM
181	AC PEDRO DA SILVA ****20@GMAIL.COM
182	AC PEDRO HENRIQUE DA SILVA PULQUERI ****CE@GMAIL.COM
183	AC PERLA DE FREITAS ****AS@YAHOO.COM.BR
184	AC PRISCILLA DANTAS DELPHINO ****AS@HOTMAIL.COM
185	AC RAFAEL MARTINS DA COSTA ****TA@YAHOO.COM.BR
186	AC RAFAEL ZULLI ****IO@GMAIL.COM
187	AC RAPHAEL FELIPE MALTA DA SILVA ****EL@GMAIL.COM
188	AC RAPHAEL JACOMINI ****HA@HOTMAIL.COM
189	AC REINALDO HARTMANN ****NN@GMAIL.COM
190	AC RENAN ALMEIDA ****RA@GMAIL.COM
191	AC RENATO GUIRAD ****DO@GMAIL.COM
192	AC ROBERTO AVELINO DE SOUZA JUNIOR ****17@GMAIL.COM
193	AC RODRIGO FLORIANO ****NO@GMAIL.COM
194	AC RONI ZUMBA ****AS@HOTMAIL.COM
195	AC ROSEMARI FERNANDES ****TR@HOTMAIL.COM
196	AC RUY ALENCAR ****AR@OUTLOOK.COM
197	AC SANDRA MOURA ****RA@OUTLOOK.COM
198	AC SARA REZENDE ****DE@HOTMAIL.COM
199	AC SEBASTIAO JOUBERT ****RT@HOTMAIL.COM
200	AC SERGIO FRAGA DO NASCIMENTO NETO ****7L@HOTMAIL.COM
	AC SERGIO GARCIA ****A7@GMAIL.COM
	AC SOFIA ALVES ****DO@HOTMAIL.COM
	AC SR. C ****DY@GMAIL.COM
	AC STEFANY BRITO ALVES ****02@OUTLOOK.COM
	AC STENIO FREITAS ****S2@GMAIL.COM
	AC TANIA NUNES DE SA ****TA@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº UF Cidadão	
207	AC TARSO HALK ****LK@GMAIL.COM
208	AC TATIANA DIAS MANSO COELHO ****SO@BOL.COM.BR
209	AC TELMA TRINDADE ****MA@OUTLOOK.COM
210	AC TEREZINHA ALMEIDA ****48@GMAIL.COM
211	AC THAIRO BULCAO ****AO@HOTMAIL.COM
212	AC THALES PEREIRA ****GU@HOTMAIL.COM
213	AC THAYONARA MARINA ****00@GMAIL.COM
214	AC THEOPHILO CARLOS VESSONI DE SIQUEIRA FILHO ****XX@UOL.COM.BR
215	AC THIAGO PINHEIRO ****IS@MSN.COM
216	AC THIAGO REBELLO ****LO@HOTMAIL.COM
217	AC TOPPAMS PINHEIRO ****15@GMAIL.COM
218	AC VAL BRITO ****TO@GMAIL.COM
219	AC VENICIUS REIS ****38@GMAIL.COM
220	AC VICTOR AMARAL ****96@GMAIL.COM
221	AC VICTORIA MACIEL ****SH@HOTMAIL.COM
222	AC VINICIUS ARAUJO ****90@HOTMAIL.COM
223	AC VINICIUS FERREIRA RIBEIRO ****10@HOTMAIL.COM
224	AC VITOR FERREIRA ****G4@GMAIL.COM
225	AC WANDERSON ROQUE ****ON@GMAIL.COM
226	AC WELERSON NETO ****ER@HOTMAIL.COM
227	AC WESLEY RIBEIRO DA SILVA ****RO@GMAIL.COM
228	AC WILLINEY SILVA MOREIRA PEREIRA ****42@GMAIL.COM
229	AC WILSON LAZARO ****OO@GMAIL.COM
230	AC YSMAEL AMORIM ****77@GMAIL.COM
231	AC ZEPPA OLIVEIRA ****RA@GMAIL.COM
232	AL ABRAAO WENDEL ****23@OUTLOOK.COM
233	AL ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA ****GE@GMAIL.COM
234	AL ALANNE ESTEVAM ****AM@GMAIL.COM
235	AL ALEXANDRE PORCIUNCULA PITANGA ****NG@HOTMAIL.COM
236	AL ALEX BARROS DE LIMA ****22@HOTMAIL.COM
237	AL ALEXIA MENDONCA ****19@GMAIL.COM
238	AL ALLISSON RICCALDE ****DE@HOTMAIL.COM
239	AL ALVARO LUCAS ****13@GMAIL.COM
240	AL ANA JACIRA DE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA 2 A ****AP@GMAIL.COM
241	AL ANA LORENA PAIVA ****VA@HOTMAIL.COM
242	AL ANDRE FELIX DE OLIVEIRA ****X_@HOTMAIL.COM
243	AL ANDRESSA DE OLIVEIRA ARAUJO ****OO@LIVE.COM
244	AL ANTHONY OMENA BERTOLDO VIANA GUILHERME ****A1@GMAIL.COM
245	AL ANTONIO HONORIO ****20@GMAIL.COM
246	AL ARTHUR SAMPAIO ****O_@HOTMAIL.COM
247	AL ARTHUR SARMENTO ****TO@GMAIL.COM
248	AL ARTUR CIRILO ****R1@GMAIL.COM
249	AL BEROW FERREIRA ****OW@HOTMAIL.COM
250	AL BRUNA LINS ****04@HOTMAIL.COM
251	AL BRUNO ALVES ****BR@GMAIL.COM
252	AL CACAU IRIS ****SG@GMAIL.COM
253	AL CAIO VICTOR OLIVEIRA FERREIRA ****OF@HOTMAIL.COM
254	AL CARLOS BORGES JR. ****JR@YAHOO.COM.BR
255	AL CARLOS EDUARDO GOMES ****87@GMAIL.COM
256	AL CAROLINA CORREIA ****CR@GMAIL.COM
257	AL CESAR HENRIQUE CICERO ****RO@HOTMAIL.COM
258	AL CHRISTIAN CORREIA ****16@GMAIL.COM
259	AL CLAUDIO RAMOS ****OS@GMAIL.COM
260	AL CLEA SILVA ****64@GMAIL.COM
261	AL CLIVIA BEATRIZ ****P@GMAIL.COM
262	AL DANIEL BARBOSA FERREIRA ****CM@GMAIL.COM
263	AL DANIEL CAVALCANTE ****59@GMAIL.COM
264	AL DANIEL FIREMAN ****AN@GMAIL.COM
265	AL DIOGO CARLOS DOS SANTOS ****OS@GMAIL.COM
266	AL DUDA BRITO ****95@GMAIL.COM
267	AL DUDA OMENA ****DA@GMAIL.COM
268	AL EDUARDO CALADO ****67@GMAIL.COM
269	AL ELLEN RENATA ****RI@OUTLOOK.COM
270	AL EVELLYN MACHADO ****TA@HOTMAIL.COM
271	AL FABIO SANTOS ****LS@GMAIL.COM
272	AL FELIPE LEITE QUEIROZ DE OLIVEIRA ****RA@GMAIL.COM
273	AL FERNANDA STEFANY DA SILVA ****98@GMAIL.COM
274	AL FERNANDO CASSIMIRO ****VA@GMAIL.COM
275	AL FLAVIO MARCILIO MAIA ****OM@GMAIL.COM
276	AL GABRIELA CRISTINA MONTEIRO DA SILVA ****RO@GMAIL.COM
277	AL GABRIEL ALMEIDA ****RA@GMAIL.COM
278	AL GABRIEL ALVES ****00@HOTMAIL.COM
279	AL GABRIEL NOBILE ****LE@SOUUNIT.COM.BR
280	AL GABRIEL PEREIRA SOARES ****TE@HOTMAIL.COM
281	AL GEDIR MEDEIROS CAMPOS JR. ****JR@GMAIL.COM
282	AL GEOVANNA INGRID DE OLIVEIRA MELO FRANCA ****DD@YAHOO.COM.BR
283	AL GINA ALENCAR MEDEIROS ****OS@GMAIL.COM
284	AL GIOVANA CRISTINI BUSATO DE OLIVEIRA ****TO@GMAIL.COM
285	AL GUILHERME BARBOSA ****SA@HOTMAIL.COM
286	AL GUSTAVO GUARANI KAIOWA DE SOUZA MELO ****SC@GMAIL.COM
287	AL HELKER NUTELS FRANCA ****LS@HOTMAIL.COM
288	AL HELKER NUTELS ****UX@GMAIL.COM
289	AL HELLEN PINHEIRO ****LY@HOTMAIL.COM
290	AL HUMBERTO DE ARAUJO TENORIO ****IO@HOTMAIL.COM
291	AL HYLLES LEONARDO ****ES@HOTMAIL.COM
292	AL IANNA MENEZES ****.A@GMAIL.COM
293	AL IDARA MAIA ****AC@GMAIL.COM
294	AL IGOR DE ALMEIDA ROCHA ****.A@HOTMAIL.COM
295	AL IGOR RODRIGUES ****60@GMAIL.COM
296	AL ION ANDRADE ****IO@GMAIL.COM
297	AL ISIS FLORESCER FLORESCER ****ER@GMAIL.COM
298	AL ITA CARNEIRO BARRADAS ****CB@HOTMAIL.COM
299	AL IZABELLA SILVA ****12@HOTMAIL.COM
300	AL JEFFERSON DA SILVA VITAL ****NN@GMAIL.COM
301	AL JNEIDJANY NJ ****37@HOTMAIL.COM
302	AL JOAB SILVA ****AL@GMAIL.COM
303	AL JOAO CARLOS ****OS@GMAIL.COM
	AL JOAO MORENO DE SOUZA NETO ****41@GMAIL.COM
	AL JOAO PAULO CARDOSO ****OS@GMAIL.COM
	AL JONATHAN TORRES ****01@GMAIL.COM
	AL JORDY X KAROL ****TE@OUTLOOK.COM
	AL JOSE VAZ ****AL@GMAIL.COM
	AL JOSIANE DE SOUZA LUNA ****A3@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº UF Cidadão	
310 AL	JOYCE KELLY ****AF@GMAIL.COM
311 AL	JUAREZ JOSE DA SILVA FILHO ****AN@HOTMAIL.COM
312 AL	JULIA OMENA ****75@OUTLOOK.COM
313 AL	JULIO ROBERTO ****ER@GMAIL.COM
314 AL	KELLY ANNY ****34@GMAIL.COM
315 AL	KELLY BASTOS ****S_@HOTMAIL.COM
316 AL	KELYSON SOARES DOS SANTOS ****13@GMAIL.COM
317 AL	KMKZ BIKERASONORA ****LO@GMAIL.COM
318 AL	LARA ARAUJO ****RA@HOTMAIL.COM
319 AL	LARI GOMES ****23@GMAIL.COM
320 AL	LAVINIA MENDES FIRMO ****MO@GMAIL.COM
321 AL	LAYLA CLARELLIS ****IS@GMAIL.COM
322 AL	LECA CHAVES ****08@GMAIL.COM
323 AL	LEILANE LINS ****EN@GMAIL.COM
324 AL	LEO MORAIS NETTO ****NO@HOTMAIL.COM
325 AL	LETICIA LIMEIRA BRANDAO ****RA@HOTMAIL.COM
326 AL	LI CORREIA ****DO@GMAIL.COM
327 AL	LIDIA ROCHA ****AS@LIVE.COM
328 AL	LIVIA MANUELA OLIVEIRA DA SILVA ****VA@HOTMAIL.COM
329 AL	LIVIO ALBERTO ****NT@HOTMAIL.COM
330 AL	LUANA BERTOLDO ****DO@GMAIL.COM
331 AL	LUAN ANGELO AMORIM ****LO@GMAIL.COM
332 AL	LUAN SANTOS ARAGAO ****AO@GMAIL.COM
333 AL	LUCAS LISBOA ****UL@HOTMAIL.COM
334 AL	LUCIANA RODRIGUES ****IO@GMAIL.COM
335 AL	LUCIANO RODRIGUES VERSIONI ****AM@GMAIL.COM
336 AL	LUCILLE MAIA ****IA@YAHOO.COM
337 AL	LUIS VALOZ ****OZ@GMAIL.COM
338 AL	LUIZ AUGUSTO DE ALMEIDA RODRIGUES JANUARIO ****10@HOTMAIL.COM
339 AL	LUYCKE ALMEIDA ****KE@GMAIL.COM
340 AL	MANOEL JOAQUIM DO REGO ****GO@GMAIL.COM
341 AL	MARCELO DE LIMA SANTOS ****YM@OUTLOOK.COM
342 AL	MARCOS PAULO ****30@OUTLOOK.COM
343 AL	MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA ****ON@BOL.COM.BR
344 AL	MARIA CLARA ****DZ@GMAIL.COM
345 AL	MARIANA FELIX ****IX@GMAIL.COM
346 AL	MARIA VICTORIA ALMEIDA ****A2@HOTMAIL.COM
347 AL	MARINA CALHEIROS ****CM@HOTMAIL.COM
348 AL	MAURICIO SANTANA ****65@GMAIL.COM
349 AL	MIRELY ALINE ****50@GMAIL.COM
350 AL	MIRIAN PIMENTEL ****NR@HOTMAIL.COM
351 AL	MIRO MIRANDA ****CE@GMAIL.COM
352 AL	NICOLE LOPEZ ****S2@HOTMAIL.COM
353 AL	ODIRLAN CIRILO ****07@HOTMAIL.COM
354 AL	PAULLO MENDONCA ****NN@HOTMAIL.COM
355 AL	PAULO EDUARDO ****ER@HOTMAIL.COM
356 AL	RAFAEL TORRES ****LA@HOTMAIL.COM
357 AL	RAMBO LOIDE ****91@GMAIL.COM
358 AL	RANGEL CORREIA ****IO@HOTMAIL.COM
359 AL	RAYSSA MILENA ****10@HOTMAIL.COM
360 AL	RICARDO BARBOSA CALADO ****AD@GMAIL.COM
361 AL	RICHARD MEDEIROS ****23@HOTMAIL.COM
362 AL	SAMUEL ANDRADE ****DE@GMAIL.COM
363 AL	SAMUEL DE ALMEIDA ****NS@LIVE.COM
364 AL	SANDRA SENA ****A2@GMAIL.COM
365 AL	SINESIA CORREIA ****14@GMAIL.COM
366 AL	SWAN ROCHA ****HA@HOTMAIL.COM
367 AL	TATIANA EFROM ****OM@HOTMAIL.COM
368 AL	THATIANE ALMEIDA ****NS@HOTMAIL.COM
369 AL	THAYNA DE MEDEIROS FERNANDES ****82@GMAIL.COM
370 AL	VALENTIN SARMENTO ****5H@GMAIL.COM
371 AL	VICTOR A. C. MAGALHAES ****90@GMAIL.COM
372 AL	VICTOR OLIVEIRA SORIANO ****NO@HOTMAIL.COM
373 AL	VITOR CASTRO ****92@HOTMAIL.COM
374 AL	VITORIA GOMES ****01@GMAIL.COM
375 AL	WENDE CERQUEIRA ****HO@OUTLOOK.COM
376 AL	YAS LUCIO ****RO@GMAIL.COM
377 AL	YASMIN PONTES ****AR@HOTMAIL.COM
378 AL	YRLA RAFAELA ****LA@HOTMAIL.COM
379 AM	ADILSON AZEVEDO ****OO@GMAIL.COM
380 AM	ADRIANA CHAVES ****OR@GMAIL.COM
381 AM	ADRIANE DANIELE UCHOA DE ABREU ****AS@GMAIL.COM
382 AM	ADRIANO MENEZES ****13@GMAIL.COM
383 AM	ADRIA PIMENTEL ****16@GMAIL.COM
384 AM	ADRIEL FRANCA ****17@GMAIL.COM
385 AM	ALAN NASCIMENTO ****U1@GMAIL.COM
386 AM	ALEX FERREIRA DE OLIVEIRA ****FO@GMAIL.COM
387 AM	ALINE PIRES ****NE@GMAIL.COM
388 AM	ALONSO JUNIOR ****78@GMAIL.COM
389 AM	AMERSON DE ANDRADE ****DE@GMAIL.COM
390 AM	ANA FLAVIA MORAIS DE MOURA ****AS@GMAIL.COM
391 AM	ANA LUIZA GARBINATTO WILLERDING ****GW@GMAIL.COM
392 AM	ANA MARTA SOARES ****MC@GMAIL.COM
393 AM	ANA PAULA FEITOSA ****LA@HOTMAIL.COM
394 AM	ANA PAULA SOUZA ****18@GMAIL.COM
395 AM	ANA SENA ****99@GMAIL.COM
396 AM	ANDERSON SOLFIERI ****BE@HOTMAIL.COM
397 AM	ANDREIA PASSOS MORENO ****NO@YAHOO.COM.BR
398 AM	ANDRE PATRICIO ****IO@HOTMAIL.COM
399 AM	ANDRE PEDROSO PENA ****OG@GMAIL.COM
400 AM	ANDRE THIERRY DO NASCIMENTO BRASIL ****96@HOTMAIL.COM
401 AM	ANNE RANNAH ****18@GMAIL.COM
402 AM	ARTHUR MELO ****LO@GMAIL.COM
403 AM	BARBARA COSTA CARDOSO ****RI@GMAIL.COM
404 AM	BARBARA SOUZA ****24@HOTMAIL.COM
405 AM	BEA B. SYKES ****ES@GMAIL.COM
406 AM	BEATRIZ FIGUEIREDO DE MORAES ****FM@HOTMAIL.COM
AM	BEATRIZ SAMIAS ****AS@GMAIL.COM
AM	BLUES NOBS ****S1@GMAIL.COM
AM	BRENDERSON LUCIANO SA DUARTE ****TE@GMAIL.COM
AM	BRUNO YAN CORREA DA CUNHA ****33@GMAIL.COM
AM	CAIO CESAR ****QO@GMAIL.COM
AM	CAIO VITOR DA SILVA ****VA@OUTLOOK.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº UF Cidadão	
413 AM	CAMILA AZEVEDO ****VD@LIVE.COM
414 AM	CARLOS SILVA ****OS@HOTMAIL.COM
415 AM	CAROL AMARAL ****AL@GMAIL.COM
416 AM	CAROLINA MORAES ****CM@GMAIL.COM
417 AM	CAROLINE TRINDADE ****98@GMAIL.COM
418 AM	CESAR AUGUSTO DE OLIVEIRA ****US@GMAIL.COM
419 AM	CESAR EDGAR ****L7@HOTMAIL.COM
420 AM	CHRISTIANE LEAL ****L2@GMAIL.COM
421 AM	CHRYSTYAN CHRYSTYAN ****96@HOTMAIL.COM
422 AM	CLEYDSON PACHECO ****XR@GMAIL.COM
423 AM	C. L. S. ****DE@GMAIL.COM
424 AM	DANDARA MELLO ****04@GMAIL.COM
425 AM	DANIEL CASTILHO ****HO@GMAIL.COM
426 AM	DANIEL COUTINHO ****HO@GMAIL.COM
427 AM	DANIEL GUEDES ****20@HOTMAIL.COM
428 AM	DANIELLA AMUD ****UD@HOTMAIL.COM
429 AM	DANILO RODRIGUES ****AM@GMAIL.COM
430 AM	DAVID FEROLDI ****DI@OUTLOOK.COM
431 AM	DAVID LOPES FREITAS ****18@GMAIL.COM
432 AM	DAVID MOURA ****14@GMAIL.COM
433 AM	DAVID SALOMAO DE CASTRO GUIMARAES ****MA@GMAIL.COM
434 AM	DENISA PARENTE ****TE@GMAIL.COM
435 AM	DESYREE JOFFELY ****LY@GMAIL.COM
436 AM	DHEYVID HENDREW ENCARNACAO DA COSTA ****EW@HOTMAIL.COM
437 AM	DIEGO AFFONSO RAMALHO XAVIER ****27@GMAIL.COM
438 AM	DIMES ALAMES ****ES@HOTMAIL.COM
439 AM	DOMINIQUE NASCIMENTO ****TO@GMAIL.COM
440 AM	EDISON VIEIRA KISS ****10@GMAIL.COM
441 AM	EDLEY SANTANA ****NA@HOTMAIL.COM
442 AM	EDUARDA SUILY MICHILES ONO ****.M@GMAIL.COM
443 AM	EDUARDO DA SILVA SANTOS ****OS@OUTLOOK.COM
444 AM	EDUARDO GABRIEL VALETA CAVALCANTE ****TE@GMAIL.COM
445 AM	EMANUELLY REIS DA SILVA ****VA@GMAIL.COM
446 AM	EMERSON MARINHO ****HO@GMAIL.COM
447 AM	EMILIO FELIX ****23@GMAIL.COM
448 AM	EMIL SINCLAIR ****23@GMAIL.COM
449 AM	EMILY FERNANDA ****DA@GMAIL.COM
450 AM	ENZIO MEIXEDO CHIARELLI ****IO@GMAIL.COM
451 AM	ESTER LOPES ****AN@GMAIL.COM
452 AM	EVELYN PEREIRA DA SILVA ****76@GMAIL.COM
453 AM	FABIANA BARROSO ****71@HOTMAIL.COM
454 AM	FELIPE DOS SANTOS DE SOUZA ****93@HOTMAIL.COM
455 AM	FELIPE PINTO SANCHES ****ES@HOTMAIL.COM
456 AM	FERNANDA ABREU NASCIMENTO LIMA ****04@GMAIL.COM
457 AM	FERNANDA OLIVEIRA ****TT@GMAIL.COM
458 AM	FERNANDO GABRIEL ****BL@GMAIL.COM
459 AM	FUTPARODIAS VR ****25@GMAIL.COM
460 AM	GABRIELA CELESTINO ****TO@HOTMAIL.COM
461 AM	GABRIELE SINIMBU ****16@GMAIL.COM
462 AM	GABRIEL LUNIERE AVELINO ****.1@HOTMAIL.COM
463 AM	GEISA COELHO DA CUNHA ****HA@GMAIL.COM
464 AM	GENILSON MARANGUAPE ****PE@BOL.COM.BR
465 AM	GEORGE COSTA ****PX@GMAIL.COM
466 AM	GEOVANA ESTHER MOREIRA NEGREIROS ****HO@GMAIL.COM
467 AM	GERMANO RODRIGO PAIVA DE ASSIS ****FO@GMAIL.COM
468 AM	GI DIAS ****AM@YAHOO.COM.BR
469 AM	GIOVANNA SOUZA TEODORO ****19@UEA.EDU.BR
470 AM	GIOVANNA TEODORO ****OD@GMAIL.COM
471 AM	GLAUCUS MELO ****LO@GMAIL.COM
472 AM	GUILHERME BARROS FREITAS ****84@GMAIL.COM
473 AM	GUILHERME GUEDES ****GG@GMAIL.COM
474 AM	GUSMAO SILVA ****TA@GMAIL.COM
475 AM	GUSTAVO GILONA SALES ****NA@GMAIL.COM
476 AM	HALIDA CAVALCANTI ****AH@HOTMAIL.COM
477 AM	HENRIQUE DANTAS DOS SANTOS ****SX@GMAIL.COM
478 AM	HIGINO DA COSTA SOARES ****03@HOTMAIL.COM
479 AM	IREMAR GOMES ALVARENGA ****AR@YAHOO.COM.BR
480 AM	ISABELA BRAGA ****GA@GMAIL.COM
481 AM	ISABELLA QUEIROZ ****OZ@GMAIL.COM
482 AM	ISABELLE COLARES ****.2@GMAIL.COM
483 AM	ITALO GONCALVES ****ES@GMAIL.COM
484 AM	JACIREMA GONCALVES ****ES@GMAIL.COM
485 AM	JACKELINE OLIMPIO ****OF@HOTMAIL.COM
486 AM	JEFFERSONN PINHOO ****HO@OUTLOOK.COM
487 AM	JEFTE FARIAS ****8P@GMAIL.COM
488 AM	JESSICA JATAHY ****18@HOTMAIL.COM
489 AM	JESSICA SANTANA ****01@HOTMAIL.COM
490 AM	JHONATHAN MIRANDA ****37@GMAIL.COM
491 AM	JOABE ALCANTARA FREIRE ****21@HOTMAIL.COM
492 AM	JOAO ALVES ****S9@GMAIL.COM
493 AM	JOAO GABRIEL FONSECA CORDEIRO ****JG@OUTLOOK.COM
494 AM	JOAO PEDRO ****IS@HOTMAIL.COM.BR
495 AM	JOEL GUEDES ****17@HOTMAIL.COM
496 AM	JOHN SOUZA ****RJ@HOTMAIL.COM
497 AM	JONAS PEREIRA ****RA@OUTLOOK.COM
498 AM	JONATAS ALENCAR ****R1@YAHOO.COM
499 AM	JONATHAN FELIPE ****ER@GMAIL.COM
500 AM	JONATHAN GALDINO ****NO@GMAIL.COM
501 AM	JON M ****97@GMAIL.COM
502 AM	JON VIEIRA ****ON@GMAIL.COM
503 AM	JOSE CASTRO ****F._@HOTMAIL.COM
504 AM	JOSUE BERNARDO ****AC@GMAIL.COM
505 AM	JOSUE CASTANHO ****HO@GMAIL.COM
506 AM	JULIA MOTTA ****TA@GMAIL.COM
507 AM	JULIANE BATISTA DE SOUZA ****BS@GMAIL.COM
508 AM	JUNIOR GABRIEL ****23@HOTMAIL.COM
509 AM	KAMILA RIBEIRO ARAUJO ****IB@LIVE.COM
AM	KASSIA P. LOPEZ ****BG@HOTMAIL.COM
AM	KATHLEN DE LIMA FARIAS ****AS@PMM.AM.GOV.BR
AM	LAISA MAIDA ****SA@GMAIL.COM
AM	LANA MATOS ****A4@GMAIL.COM
AM	LARISSA MARTINS ****51@GMAIL.COM
AM	LEANDRO GARCIA ****HO@HOTMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº UF Cidadão	
516	AM LEANDRO VICTOR ****S2@GMAIL.COM
517	AM LEONARDO D'AVILA DO NASCIMENTO ****LA@GMAIL.COM
518	AM LEONARDO MAQUINE ****NE@HOTMAIL.COM
519	AM LETHICIA MARINHO ****LE@HOTMAIL.COM
520	AM LOONA BIRD ****LM@GMAIL.COM
521	AM LORENA LABORDA ****DA@ICLOUD.COM
522	AM LORHENA ALVES ****ES@GMAIL.COM
523	AM LUAN BRAGA ****AO@HOTMAIL.COM
524	AM LUCAS CARVALHO ****OW@GMAIL.COM
525	AM LUCAS DIAS ****25@GMAIL.COM
526	AM LUCAS FERREIRA ****RA@ICLOUD.COM
527	AM LUCAS JOSE DE SOUZA BATISTA ****TA@GMAIL.COM
528	AM LUCAS PINHEIRO DA SILVA ****VA@GMAIL.COM
529	AM LUCAS SCHNEIDER ****AS@GMAIL.COM
530	AM LUCIA ANTONY ****IA@GMAIL.COM
531	AM LUCY SOUZA ****YG@GMAIL.COM
532	AM LUIS EDUARDO ****IS@GMAIL.COM
533	AM LUIZ HENRIQUE ****05@GMAIL.COM
534	AM LUIZ LIMA ****IZ@GMAIL.COM
535	AM LUIZ M ****R0@GMAIL.COM
536	AM LUNNA FARIAS ****01@GMAIL.COM
537	AM LURDINHA SALES ****ES@HOTMAIL.COM
538	AM MARCIO CORREA DE FREITAS ****08@GMAIL.COM
539	AM MARCIO GANDRA ****UM@HOTMAIL.COM
540	AM MARCOS BACELAR ****MB@GMAIL.COM
541	AM MARCOS DANTAS ****N1@GMAIL.COM
542	AM MARCOS S. SANTIAGO ****16@GMAIL.COM
543	AM MARCOS VICTOR SILVEIRA GONCALVES ****02@GMAIL.COM
544	AM MARIA EDUARDA DELDUQUE ****UE@HOTMAIL.COM
545	AM MARIA HELENA SAGGIN ****IN@GMAIL.COM
546	AM MARILIA VITORIO ****IO@GMAIL.COM
547	AM MARILIS FREITAS ****NF@GMAIL.COM
548	AM MATEUS SANTOS ****DS@OUTLOOK.COM
549	AM MATHEUS SANTAREM ****12@GMAIL.COM
550	AM MAURILIO RAMON ****_1@HOTMAIL.COM
551	AM MAYANE BATISTA ****TA@GMAIL.COM
552	AM MAYCON ANDREY BARROS DOS SANTOS ****23@GMAIL.COM
553	AM MICHEL BREMNER ****.R@HOTMAIL.COM
554	AM MIGUEL DE OLIVEIRA ****EI@GMAIL.COM
555	AM MILLER ARAUJO ****TM@GMAIL.COM
556	AM MILLEY NEVES ****13@GMAIL.COM
557	AM NADYME DUARTE BRASIL COSTA BRAGA ****GA@HOTMAIL.COM
558	AM NATASHA DE LIMA QUEIROZ ****LB@LIVE.COM
559	AM NICOLAS RUAN ****OL@OUTLOOK.COM
560	AM PAULA FELICIDADE ****90@GMAIL.COM
561	AM PAULA LAIS ****HA@HOTMAIL.COM
562	AM PAULO ROBERTO ****IO@GMAIL.COM
563	AM PAULO TEIXEIRA ****X2@GMAIL.COM
564	AM PEDRO AZEVEDO ****26@GMAIL.COM
565	AM PEDRO BANDEIRA ****A2@GMAIL.COM
566	AM PEROLA MORAES ****IF@HOTMAIL.COM
567	AM PHAYN LYANN ****15@GMAIL.COM
568	AM QUERIA STAR MORTA ****A1@GMAIL.COM
569	AM RAFAEL RODRIGUES ****ES@GMAIL.COM
570	AM RAINERIO CALMONT JUNIOR ****T2@YANDEX.COM
571	AM RAISSA T. ****ES@GMAIL.COM
572	AM RAPHAEL VALENTE ****TE@HOTMAIL.COM
573	AM RAQUEL AMOEDO ****DO@HOTMAIL.COM
574	AM RAQUEL FERNANDES ZORZANELLI ****LU@GMAIL.COM
575	AM RAYANA LIMA ****A0@GMAIL.COM
576	AM RAYZZA LIBORIO ****IO@HOTMAIL.COM
577	AM RENAN FEITOZA ****AS@GMAIL.COM
578	AM ROBERTO DE OLIVEIRA ****AC@GMAIL.COM
579	AM RODRIGO CRUZ ****S1@GMAIL.COM
580	AM RODRIGO VALLE ****18@ICLOUD.COM
581	AM ROGER OLIVEIRA ****ER@LIVE.COM
582	AM RUY NEVES ****09@GMAIL.COM
583	AM SAMUEL XAVIER DINIZ ****03@HOTMAIL.COM
584	AM SERGIO LEONIDAS ****IO@GMAIL.COM
585	AM SOPHIA ABECASSIS REICHL ****HL@GMAIL.COM
586	AM STANLEY DRUMMOND ****SD@GMAIL.COM
587	AM SUE LOUIGGI ****CA@GMAIL.COM
588	AM SYRRAMES NOBRE ****NE@GMAIL.COM
589	AM TELMA CRISTINA DOS SANTOS ****39@GMAIL.COM
590	AM THAIS VALENTE ****42@GMAIL.COM
591	AM THAYS SANTOS ****YS@GMAIL.COM
592	AM THIAGO MAIA ****IA@YAHOO.COM
593	AM THYAGO MORESCHI ****HI@GMAIL.COM
594	AM TIAGO SOUZA AMORIM ****MR@GMAIL.COM
595	AM TONY BARRETO ****TO@GMAIL.COM
596	AM VANESSA JONES ****RO@GLOBO.COM
597	AM VICTOR GABRIEL ****AM@GMAIL.COM
598	AM VICTOR JOAO OLIVEIRA DE FARIA ****OR@LIVE.COM
599	AM VICTOR LUCAS ****HO@GMAIL.COM
600	AM VICTOR NEREZ ****ZZ@OUTLOOK.COM
601	AM VICTOR SAMPAIO GERONIMO ****S1@GMAIL.COM
602	AM VICTOR ZIDANE ANTUNES ****11@HOTMAIL.COM
603	AM VINICIUS ARAUJO ****21@GMAIL.COM
604	AM VINICIUS GOMES ****RO@GMAIL.COM
605	AM VINICIUS MILHOMEM ****EN@GMAIL.COM
606	AM VIVIAN ARAUJO ****WX@GMAIL.COM
607	AM WALDOMIRO RODRIGUES MAGALHAES NETO ****ES@HOTMAIL.COM
608	AM WANESSA DE SA CANCELA ****LA@GMAIL.COM
609	AM WILMA RODRIGUES RIBEIRO ****O2@HOTMAIL.COM
610	AM Y A ****04@GMAIL.COM
611	AM YAGO LIMA ****MA@GMAIL.COM
612	AM YAN BORGES ****13@GMAIL.COM
	YANN MICHEL SOARES DE SOUZA ****ZA@HOTMAIL.COM
	AP ADRIA MARINA ****VR@GMAIL.COM
	AP ADRIANO SOUSA ****P1@GMAIL.COM
	AP ALEXANDRA CASTRO ****RO@GMAIL.COM
	AP ANDRESSA ROCHA ****A8@LIVE.COM
	AP ATALAIA FAZENDINHA ****17@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº UF Cidadão		
619	AP	CAIO ARAUJO CAIO ****A5@GMAIL.COM
620	AP	CHARLES PIRES ****ES@HOTMAIL.COM
621	AP	CHELSJA DO HADES ****ES@HOTMAIL.COM
622	AP	CINTYA DAYANNE ****NE@HOTMAIL.COM
623	AP	DARCI JUNIOR ****99@GMAIL.COM
624	AP	DOUGLAS ARMANDO ****IM@YAHOO.COM.BR
625	AP	ENOS SILVA ****16@GMAIL.COM
626	AP	ERICK SOUZA NERI ****RI@HOTMAIL.COM
627	AP	GABRIELA ALMEIDA ****23@HOTMAIL.COM
628	AP	GABRIEL GAMES ****57@GMAIL.COM
629	AP	GABRIEL GUERRA ****99@HOTMAIL.COM
630	AP	GUILHERME FERREIRA DEL CASTILLO ****PP@GMAIL.COM
631	AP	GUILHERME SANTOS ****TA@GMAIL.COM
632	AP	JENNIFER PUREZA ****15@GMAIL.COM
633	AP	JULIANNA MASUKO ****KO@GMAIL.COM
634	AP	KLEBER AMANAJAS DA SILVA ****97@GMAIL.COM
635	AP	LARISSA SILVA ****ME@HOTMAIL.COM
636	AP	LUAN VALENTIM ****AN@HOTMAIL.COM
637	AP	LUIZ EDUARDO JARDIM BRITO ****PA@GMAIL.COM
638	AP	MANU MONTEIRO ****99@GMAIL.COM
639	AP	MARCO LIMA ****ED@GMAIL.COM
640	AP	MATHEUS COSTA PINTO ****OL@LIVE.COM
641	AP	MAURO WELLINGTON ****ON@OUTLOOK.COM.BR
642	AP	MICHEL COSTA ****29@GMAIL.COM
643	AP	PAOLA MORAIS ****80@GMAIL.COM
644	AP	PAULO NETO ****O8@GMAIL.COM
645	AP	PAULO PICANCO ****AP@HOTMAIL.COM
646	AP	PEDRO HUSSAY ****US@GMAIL.COM
647	AP	POLIANA PICANCO ****CO@GMAIL.COM
648	AP	RAUAN SANTOS ****AN@HOTMAIL.COM
649	AP	RENATA MIRANDA ****11@HOTMAIL.COM
650	AP	RODRIGO BRITO DA SILVA ****TO@YAHOO.COM
651	AP	RODRIGO MATOS ****DM@GMAIL.COM
652	AP	TAIS SOARES ****ES@OUTLOOK.COM
653	AP	THIAGO SILVA ****02@GMAIL.COM
654	AP	VINICIUS BARBOSA DIAS ****KK@GMAIL.COM
655	AP	WECSILEI BARROS ****OS@GMAIL.COM
656	AP	WISLLEN HOLANDA CORTES DA ROCHA ****N2@HOTMAIL.COM
657	BA	ADALBERTO ESPIRITO SANTO NETO ****22@GMAIL.COM
658	BA	ADAM TRANCOSO ****LA@HOTMAIL.COM
659	BA	ADENILTON PACHECO SANTOS ****OS@GMAIL.COM
660	BA	ADERALDO CONCEICAO DOS SANTOS ****ES@GMAIL.COM
661	BA	ADRIANA ANDRADE ****47@GMAIL.COM
662	BA	ADRIANA DE SANTANA RIBEIRO ****EE@HOTMAIL.COM
663	BA	ADRIAN BISPO ****99@GMAIL.COM
664	BA	ADRIANO VENTURIM ****PW@OUTLOOK.COM
665	BA	ADRIELLE XAVIER ****RL@HOTMAIL.COM
666	BA	ADRINA MENDES ****ES@HOTMAIL.COM
667	BA	AILLA BARBOZA ****A2@GMAIL.COM
668	BA	AIRUS AIRUS ****10@GMAIL.COM
669	BA	ALAN DE SA ****SA@OUTLOOK.COM
670	BA	ALAN FELIPE ****12@GMAIL.COM
671	BA	ALAN GONZAGA ****00@GMAIL.COM
672	BA	ALBERTO BITTENCOURT SOUSA ****OB@GMAIL.COM
673	BA	ALDAIR SANTOS ****ED@HOTMAIL.COM
674	BA	ALEXANDRE MIRANDA ****23@HOTMAIL.COM
675	BA	ALEX DOS SANTOS FIGUEIREDO ****16@GMAIL.COM
676	BA	ALEX LAGO ****OL@YAHOO.COM.BR
677	BA	ALEX PEREIRA ****SP@TERRA.COM.BR
678	BA	ALEX SANDRO DOS SANTOS SILVA ****OS@GMAIL.COM
679	BA	ALICE BRITTO ****TO@OUTLOOK.COM
680	BA	ALINE LIMA ****EO@GMAIL.COM
681	BA	ALIOMAR FRANCA ****CA@YAHOO.COM.BR
682	BA	ALISSON FERREIRA RAMOS ****69@GMAIL.COM
683	BA	ALLANA LIMA ****RA@GMAIL.COM
684	BA	ALLAN GONCALVES ****O3@GMAIL.COM
685	BA	ALMIR RIBEIRO ****30@HOTMAIL.COM
686	BA	ALVIN SOARES ****GD@GMAIL.COM
687	BA	ALYSON BARBOSA ****SA@GMAIL.COM
688	BA	AMANDA AZEVEDO ****S_@HOTMAIL.COM
689	BA	AMANDA BRANDAO ****AO@HOTMAIL.COM
690	BA	AMANDA CARINE ****OY@GMAIL.COM
691	BA	AMANDA GONZAGA DE FREITAS ****09@GMAIL.COM
692	BA	AMANDA MENEZES ****DA@GMAIL.COM
693	BA	AMANDA PEREIRA ****51@GMAIL.COM
694	BA	AMINTAS LOPES DA SILVA JUNIOR ****JR@GMAIL.COM
695	BA	AMOM SANTOS SOUZA ****DA@GMAIL.COM
696	BA	ANA ARAUJO ****RO@GMAIL.COM
697	BA	ANA BEATRIZ MACHADO DE CASTRO ****LA@GMAIL.COM
698	BA	ANA CAROLINA PORTO FRANCO ****77@GMAIL.COM
699	BA	ANA CRISTINY ****CA@GMAIL.COM
700	BA	ANA DE JESUS ****MA@HOTMAIL.COM
701	BA	ANA LARA ANDRADE ****LA@GMAIL.COM
702	BA	ANA LORENA ****RH@GMAIL.COM
703	BA	ANA MARIA ACIOLI SANTOS ****84@GMAIL.COM
704	BA	ANA PAULA ****48@GMAIL.COM
705	BA	ANA PAULA SANTOS ****OS@HOTMAIL.COM
706	BA	ANDERSON DE SOUZA SILVA ****NN@GMAIL.COM
707	BA	ANDERSON LOBO ****SA@HOTMAIL.COM
708	BA	ANDERSON QUEIROZ ****EA@GMAIL.COM
709	BA	ANDERSON SILVA ****04@HOTMAIL.COM
710	BA	ANDRE FRAGA ****SA@HOTMAIL.COM
711	BA	ANDRE LUCAS SANTOS DE JESUS ****MD@GMAIL.COM
712	BA	ANDRE LUIZ FERNANDES ****ES@GMAIL.COM
713	BA	ANDRESSA PINHO BRANDAO COUTO LEITE ****AO@OUTLOOK.COM.BR
714	BA	ANDREY SANTIAGO ****GO@HOTMAIL.COM
715	BA	ANGELO OLIVEIRA ****VE@GMAIL.COM
	BA	ANISIO DOS SANTOS DO AMPARO ****OS@OUTLOOK.COM
	BA	ANITA MAZZEI ****TA@GMAIL.COM
	BA	ANNA GLORIA DE ANDRADE FALCAO ****18@HOTMAIL.COM
	BA	ANNANDRA LIS ****IS@HOTMAIL.COM
	BA	ANTHONY MUNIZ ****30@OUTLOOK.COM
	BA	ANTONIEL HERREIRA ****93@GMAIL.COM



3



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 2, de 2022, do Programa e-Cidadania, que *proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, na forma do art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que *regulamenta o Programa e-Cidadania*, a Sugestão (SUG) nº 2, de 2022.

A Sugestão é originária da Ideia Legislativa nº 156.991, do Programa e Portal e-Cidadania, apresentada pelo cidadão Carlos Lima, em 11 de outubro de 2021, propugnando a *proibição a Escolas de exigirem de crianças comprovante de “vacina” “COVID-19”*.

A instituição da medida é justificada sob o argumento de que a exigência, por escolas públicas e privadas, de comprovante de vacinação contra a covid-19 constitui uma espécie de “segregação social”, o que seria inconstitucional, na opinião do autor, por violação do art. 5º da Constituição. Ademais, continua o autor da Ideia Legislativa, a exigência de comprovante de vacinação “obriga crianças, que são mais frágeis e estão em desenvolvimento, a sérios riscos, com uma injeção estranha”, a qual estaria provocando graves problemas e até a morte de adultos. Por fim, o autor informa sobre menores de idade que teriam sido vacinados contra a covid-19.

No dia 31 de dezembro de 2021, a Ideia Legislativa sob exame alcançou mais de 20.000 apoios e foi transformada em Sugestão, na forma da mencionada Resolução nº 19, de 2015. Ressalte-se que a iniciativa alcançou um total de 29.084 apoiamentos contabilizados, oriundos de eleitores de todas as unidades da Federação.

II – ANÁLISE

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do RISF, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a Sugestão sob exame em proposição legislativa. Se aprovada e convertida em projeto de lei, será então distribuída às comissões pertinentes para a avaliação do mérito, da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa.

Outrossim, esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa (CDH) deve limitar-se a fazer um juízo de admissibilidade a respeito da proposição que lhe é submetida, de modo que os demais colegiados desta Casa Legislativa possam se debruçar mais detidamente sobre a matéria e deliberar, por meio do debate democrático, sobre a conveniência e oportunidade de se instituir a medida ora proposta, bem assim sobre seus aspectos jurídicos e constitucionais.

A nosso ver, a iniciativa é meritória, pois busca, em última análise, preservar o direito à educação das crianças, garantido pelos arts. 6º, 205 e 227 da Constituição. A Carta Magna consagra ainda, em seu art. 206, I, o princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, repelindo, por conseguinte, qualquer medida que implique restrições desarrazoadas ao ingresso dos alunos nos estabelecimentos de ensino. A SUG nº 2, de 2022, veicula iniciativa passível de tramitação no Senado Federal, visto que é competência da União legislar sobre educação (inciso IX do art. 24 da Constituição Federal), sendo livre a iniciativa parlamentar.

No plano infraconstitucional, destacamos a garantia do direito à educação consignado no Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que reitera a obrigação estatal de prover acesso ao ensino fundamental gratuito (inciso I do art. 54), com igualdade de condições para a admissão e permanência na escola (inciso I do art. 53).

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) consagra, em seu art. 3º, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** da Sugestão nº 2, de 2022, na forma do seguinte Projeto de Lei, para que passe a tramitar como proposição da CDH.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para vedar a exigência, como requisito para o acesso ou a permanência de criança ou adolescente na escola, de comprovante ou atestado de vacinação contra a covid-19.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 53.**

§ 1º

§ 2º É vedada a exigência, como requisito para o acesso ou a permanência de criança ou adolescente na escola, de comprovante ou atestado de vacinação contra a covid-19.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 7/2022/SCOM

Brasília, 23 de março de 2022

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR HUMBERTO COSTA
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 156991.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

MARCOS MACHADO MELO
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO

FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 156991

Título

Proibição a Escolas de exigirem de crianças comprovante de "vacina" "COVID-19"

Descrição

Escolas públicas e privadas devem ser proibidas de exigir de crianças comprovante de "vacina" "COVID-19" ou que tome tal "vacina", para matrícula e acesso a qualquer coisa na escola. Sob pena de perda do alvará de funcionamento e responsabilização penal dos responsáveis, se tiver danos e/ou óbito(s) (sic)

Mais detalhes

Além de tal prática ser um tipo de segregação social, o que é inconstitucional (artigo 5º da Constituição), ainda obriga crianças, que são mais frágeis e estão em desenvolvimento, a sérios riscos com uma injeção estranha, a qual MUITOS adultos estão tendo graves problemas e/ou MORRENDO depois de a terem tomado. E já há também notícias deste tipo de MENORES DE IDADE que tomaram essas injeções. (sic)

Identificação do proponente

Nome: Carlos Lima

E-mail: carloslima.escreve@gmail.com

UF: BA

Data da publicação da ideia: 11/10/2021

Data de alcance dos apoios necessários: 31/12/2021

Total de apoios contabilizados até 22/03/2022: 29.084

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=156991>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

UF	APOIOS
AC	376
AL	224
AM	223
AP	60
BA	1.107
CE	813
DF	1.384
ES	749
GO	793
MA	183
MG	2.529
MS	310
MT	289
PA	539
PB	465
PE	760
PI	181
PR	1.711
RJ	4.464
RN	292
RO	140
RR	46
RS	1.889
SC	1.563
SE	141
SP	7.731
TO	122
TOTAL	29.084



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão		
1	AC	ADELSON RODRIGUES GONCALVES AD****@GMAIL.COM
2	AC	ADJAN MARIANO DA SILVA AT****@GMAIL.COM
3	AC	ADRIANA AQUINO AD****@AMADERM.COM.BR
4	AC	AGNALDO ALVES DE ALMEIDA AG****@YAHOO.COM.BR
5	AC	AIRTON NARDELLI JUNIOR AI****@BB.COM.BR
6	AC	ALBERTO DE OLIVEIRA KLING AO****@HOTMAIL.COM
7	AC	ALCILENE ARANA DA SILVA AL****@GMAIL.COM
8	AC	ALDO BARBOSA AL****@GMAIL.COM
9	AC	ALESSANDRA BATISTA BOTELHO AL****@GMAIL.COM
10	AC	ALESSANDRA CARINE DIAS AC****@GMAIL.COM
11	AC	ALESSANDRA CRISTINA ALONSO AL****@HOTMAIL.COM
12	AC	ALEXANDRE ALMEIDA LIMA AL****@TERRA.COM.BR
13	AC	ALEXANDRE BARRETO BA****@GMAIL.COM
14	AC	ALEXANDRE LAMOUR VIANA LE****@GMAIL.COM
15	AC	ALLAN ASCENDINO AL****@UOL.COM.BR
16	AC	ANA CELIA GOMES PEDROSO AN****@BOL.COM.BR
17	AC	ANA CRISTINA SOUTO DA SILVA CR****@GMAIL.COM
18	AC	ANA GUIOMAR AN****@BOL.COM.BR
19	AC	ANA KARLA MONTEIRO LIMA AK****@GMAIL.COM
20	AC	ANA RAQUEL DA SILVA MARQUES SOUZA MARQUES SOUZA RA****@GMAIL.COM
21	AC	ANDERSON SOUZA CA****@GMAIL.COM
22	AC	ANDREA FERES ROBAY DOMINGUES AN****@YAHOO.COM.BR
23	AC	ANDREA SANTOS DAMBROS DE****@GMAIL.COM
24	AC	ANDREIA CRISTINA DE SOUZA SANTOS AN****@GMAIL.COM
25	AC	ANDREIA FERRAZ AN****@GMAIL.COM
26	AC	ANDRE LUIZ AN****@GMAIL.COM
27	AC	ANGELA MARCHESI AN****@GMAIL.COM
28	AC	ANGELA SAMPAIO AN****@GMAIL.COM
29	AC	ANTONIO FRANCISCO NEPOMUCENO DE ARAUJO BI****@GMAIL.COM
30	AC	ANTONIO MAGNO DE OLIVEIRA MENEES MA****@HOTMAIL.COM
31	AC	ANTONIO MESQUITA AM****@GMAIL.COM
32	AC	ARLINDO SANTOS AR****@TERRA.COM.BR
33	AC	ARMANDO IEZZI JR AI****@UOL.COM.BR
34	AC	ARMANDO LUIZ DE AQUINO AR****@AQUINO.COM
35	AC	ARMENIA OLIVEIRA RIBEIRO AR****@GMAIL.COM
36	AC	AURICELIA REGINA REITZ AU****@GMAIL.COM
37	AC	AYLSON DA SILVA FERREIRA AY****@GMAIL.COM
38	AC	BEATRIZ MAIOLI NUNES BE****@GMAIL.COM
39	AC	BERNADETE GUALBERTO GU****@HOTMAIL.COM
40	AC	BERNADETE MALMEGRIM VANZELLA PE****@UOL.COM.BR
41	AC	BERNARDETE JOSE DOS SANTOS DE****@GMAIL.COM
42	AC	BRUNO DUNSHEE BR****@GMAIL.COM
43	AC	CAMILLA DE SOUZA TEIXEIRA CA****@GMAIL.COM
44	AC	CARMEN JUNE PARREIRA PA****@YAHOO.COM.BR
45	AC	CARMEN LUCIA JUNQUEIRA ARANTES CA****@GMAIL.COM
46	AC	CARMEN LUCIA NUNES GONCALVES CA****@YAHOO.COM.BR
47	AC	CARMINHA FONSECA MD****@HOTMAIL.COM
48	AC	CAROLINA CARNIELLI CA****@GMAIL.COM
49	AC	CAROLINA SILVA SI****@GMAIL.COM
50	AC	CELSO LUIZ CASTRO CE****@SEARA.ORG.BR
51	AC	CESAR SELERI SE****@GMAIL.COM
52	AC	CHRISTINE FOFA CH****@GMAIL.COM
53	AC	CIDA SIQUEIRA CI****@HOTMAIL.COM
54	AC	CINARA AMARAL E SILVA CI****@GMAIL.COM
55	AC	CINDY MENDES DA SILVA CI****@GMAIL.COM
56	AC	CIOVACCO RE RE****@GMAIL.COM
57	AC	CLARICE BUENO SCOLARI CL****@HOTMAIL.COM
58	AC	CLAUDIA NERES CL****@HOTMAIL.COM
59	AC	CLAUDIA PEREIRA SANTOS DA SILVA CL****@GMAIL.COM
60	AC	CLAUDIO ALVIM CA****@GMAIL.COM
61	AC	CLAUDIO SOUZA CQ****@GMAIL.COM
62	AC	CRISTINE MOREIRA PINZ CR****@YAHOO.COM
63	AC	DANIELLE MATOS DA****@GMAIL.COM
64	AC	DANIEL SOARES DA****@GMAIL.COM
65	AC	DANILO DOMINGUES DE ANDRADE BATISTA DA****@GMAIL.COM
66	AC	DAYHAP 7 DA****@GMAIL.COM
67	AC	DEBORA COSTA DE****@GMAIL.COM
68	AC	DEBORAH LEE ROTERT DE****@HOTMAIL.COM
69	AC	DEIVA RITTER VIANA MANHAES DE****@HOTMAIL.COM
70	AC	DEMOSTHENES SILVA DE****@GMAIL.COM
71	AC	DENISE COSTACURTA FAHAM DE****@GMAIL.COM
72	AC	DEUSIMAR EURIPEDES BARBOSA DE****@GMAIL.COM
73	AC	DIDA SERRA DI****@GMAIL.COM
74	AC	DINEI ANGELO DI****@GMAIL.COM
75	AC	DOUGLAS APARECIDO MARCORI DA****@GMAIL.COM
76	AC	DSOUSA LUCAS DE****@HOTMAIL.COM
77	AC	DULCINEIA APARECIDA PEDRALI LUGLI DU****@HOTMAIL.COM
78	AC	DUSANGELA RODRIGUES DU****@GMAIL.COM
79	AC	ECILA MARIA BAHIA BUSTAMANTE EC****@YAHOO.COM.BR
80	AC	EDSON CASTRO MARCELINO ED****@GMAIL.COM
81	AC	EDUARDO CARVALHO ED****@GMAIL.COM
82	AC	EFFRAIM MONTIEL ALVES FERREIRA E****@HOTMAIL.COM
83	AC	ELAINE GONCALVES EL****@GMAIL.COM
84	AC	ELIANE GOES DA SILVA EL****@YAHOO.COM.BR
85	AC	ELIAS TARTARI CAVICHIOLI EC****@YAHOO.COM.BR
86	AC	ELI DERLAM EL****@GMAIL.COM
87	AC	ELISALANDI CLAUDINO BORGES LA****@HOTMAIL.COM
88	AC	ELISEU APARECIDO BA****@GMAIL.COM
89	AC	ELIZABETH CORREA FONSECA PICADO BE****@GMAIL.COM
90	AC	ELIZABETH DENKER DE ALMEIDA BE****@HOTMAIL.COM
91	AC	ELIZABETH FORTES LI****@GMAIL.COM
92	AC	ELIZETH MARCOS CORONA LI****@GMAIL.COM
93	AC	ELIZETH RIOS PR****@GMAIL.COM
94	AC	ELLI REGINA AMORIM EL****@GMAIL.COM
95	AC	EMANUELLA SALES EM****@GMAIL.COM
96	AC	EMILIA GUERRA EG****@GLOBO.COM
97	AC	EMILIO DE FARIAS JUNIOR EM****@GMAIL.COM
	AC	ERIC GIL LECOQ E****@GMAIL.COM
	AC	ERIKA SCHICK ER****@IG.COM.BR
	AC	ERNA MARIA LINS DAMASCENO ER****@YAHOO.COM.BR
	AC	ESTER S M FERNANDES DE GODOY ES****@HOTMAIL.COM
	AC	EUNICE GROTKOWSKY EU****@GMAIL.COM
	AC	EUZI OLIVEIRA EU****@HOTMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão	
104	AC FABIANE SILVA FA****@GMAIL.COM
105	AC FABIOLA MELO LO****@GMAIL.COM
106	AC FABIO MAISTRO ZI****@MAC.COM
107	AC FABIO PEREIRA FA****@GMAIL.COM
108	AC FATIMA GONCALVES FA****@GMAIL.COM
109	AC FAUSTO MORETHSON FA****@GMAIL.COM
110	AC FELIPE VILLARMOSA GONZALEZ FE****@YMAIL.COM
111	AC FLAVIANA ORGE PIMENTA MACHADO FL****@GMAIL.COM
112	AC FLAVIO FURLANETO QUINTANILHA JUNIOR FL****@GMAIL.COM
113	AC FLAVIO JORGE FL****@GMAIL.COM
114	AC FRANCISCA ARRUDA AS****@LIVE.COM
115	AC FRANCISCA MARTINS MA****@GMAIL.COM
116	AC FRANCISCO EUDES EU****@GMAIL.COM
117	AC FRANCISCO PINTO FR****@GMAIL.COM
118	AC FRANCISCO SILVA AS****@GMAIL.COM
119	AC GALILEU FILGUEIRAS GA****@GMAIL.COM
120	AC GEDHAL LINCOLN RAMOS BANDEIRA LINCOLN GE****@GMAIL.COM
121	AC GENARIO RIBEIRO GE****@GMAIL.COM
122	AC GENTE BARRETO GE****@GMAIL.COM
123	AC GIGLIANE FERREIRA DOURADO GI****@GMAIL.COM
124	AC GIOVANE GALVAO DE FREITAS LIMA FILHO GI****@GMAIL.COM
125	AC GISELA PACCIULLI SANTAROSA DIAS GI****@GMAIL.COM
126	AC GLEUCY : SEI LA GL****@GMAIL.COM
127	AC GLEYDSON VILANOVA GL****@GMAIL.COM
128	AC GRACA LOPES GR****@EDU.UNIUBE.BR
129	AC GUILHERME PRETE FUZETI GU****@GMAIL.COM
130	AC GUSTAVO ATAYDE DOS SANTOS GU****@GMAIL.COM
131	AC HANIEL NEIVA PEDRO HA****@GMAIL.COM
132	AC HANRI COIFFEUR HA****@GLOBO.COM
133	AC HELLEN FABYENE HE****@HOTMAIL.COM
134	AC HELOISA GLAUCIA DE ARAUJO MAGALHAES HE****@HOTMAIL.COM
135	AC HENRIQUE VILLELA DE OLIVEIRA HV****@GMAIL.COM
136	AC HUMBERTO MEIRA SI****@GMAIL.COM
137	AC ISAURO ITU SARTORI IS****@CICGARIBALDI.COM.BR
138	AC IVAN CELINO SILVA SILVEIRA IV****@GMAIL.COM
139	AC IVANIR MARCONI IV****@HOTMAIL.COM
140	AC IVONE PODOLOGA ALMEIDA IV****@HOTMAIL.COM
141	AC JAIR RODRIGUES CAMARGO JA****@GMAIL.COM
142	AC JANE DA SILVA BARRETO JB****@GMAIL.COM
143	AC JARBAS ALVIM AGRICOLA JA****@HOTMAIL.COM
144	AC JEAN CARLOS ALVES COSTA CA****@GMAIL.COM
145	AC JHON KENNEDY SEVERINO SALVINO JH****@HOTMAIL.COM
146	AC JOA BICUDO JO****@TERRA.COM.BR
147	AC JOANA D'ARC BEZERRA PE****@HOTMAIL.COM
148	AC JOAO ALBUQUERQUE JJ****@UOL.COM.BR
149	AC JOAO FRACARI JO****@GMAIL.COM
150	AC JOAO PAULO FLORES DA SILVA JO****@GMAIL.COM
151	AC JOAQUINA MENEZES JM****@GMAIL.COM
152	AC JOCIMARA DA SILVEIRA FERNANDES JO****@GMAIL.COM
153	AC JONAS WALDIR BE****@HOTMAIL.COM
154	AC JORGE CARREIRO JO****@HOTMAIL.COM
155	AC JORGE LIMA JH****@GMAIL.COM
156	AC JORGE LUIZ PEREIRA DE LIMA JO****@HOTMAIL.COM
157	AC JOSE ACLINIO GONCALVES DOS SANTOS AC****@GMAIL.COM
158	AC JOSE BARBOSA ID****@GMAIL.COM
159	AC JOSE HENRIQUE MOREIRA PILLAR JH****@GMAIL.COM
160	AC JOSE LACERDA OFICIAL JO****@GMAIL.COM
161	AC JOSE RIBAMAR FEITOSA FARIAS RI****@GMAIL.COM
162	AC JOSUE MOTA JO****@GMAIL.COM
163	AC JULIO CESAR DA ROCHA CE****@UOL.COM.BR
164	AC JUSSARA GOMES DOS SANTOS LO****@HOTMAIL.COM
165	AC JUSSARA MARIA DE ANDRADE JD****@GMAIL.COM
166	AC KAMYLA SUYANNE KA****@GMAIL.COM
167	AC KARINA AGUIAR DE FREITAS KA****@HOTMAIL.COM
168	AC KARINA YUKO ABE KA****@HOTMAIL.COM
169	AC KATIA QUEIROZ CA****@GMAIL.COM
170	AC KEILA ROSA KE****@GMAIL.COM
171	AC KEVYN ALVES KE****@GMAIL.COM
172	AC KLEBER APAZA KL****@GMAIL.COM
173	AC LACIONE PEDROSA MAIA LA****@HOTMAIL.COM
174	AC LARA AMORIM NETTO DO NASCIMENTO LA****@GMAIL.COM
175	AC LEANDRO TAVARES VERONEZ LE****@GMAIL.COM
176	AC LEILA ROCHA LE****@HOTMAIL.COM
177	AC LENON REAPER LE****@GMAIL.COM
178	AC LEONARDO BORGES LE****@HOTMAIL.COM
179	AC LEONARDO SIDONIO LM****@HOTMAIL.COM
180	AC LEONARDO VIANA MARTINS LE****@GMAIL.COM
181	AC LEONICE REJANE RIBEIRO TH****@GMAIL.COM
182	AC LEONIDA HILLESHEIM LE****@GMAIL.COM
183	AC LEONIDAS DA SILVA LE****@HOTMAIL.COM
184	AC LIDIMAR RS LI****@GMAIL.COM
185	AC LILIAM CARDOSO DE CARVALHO ES****@HOTMAIL.COM
186	AC LILIAN BITTENCOURT AR****@HOTMAIL.COM
187	AC LILIAN BRUNS LI****@GMAIL.COM
188	AC LILIAN VARANDA PEREIRA LI****@GMAIL.COM
189	AC LISIANE GASSEN LI****@YAHOO.COM.BR
190	AC LIVIAN MAIA LI****@GMAIL.COM
191	AC LUCAS GARCIA CORSINO LU****@GMAIL.COM
192	AC LUCAS MAXIMO ALVES LU****@GMAIL.COM
193	AC LUCIA AMARAL LA****@GMAIL.COM
194	AC LUCIANA DE ARRUDA E ABRANTES FERREIRA LU****@GMAIL.COM
195	AC LUCIANA MARTINS TEIXEIRA LINDNER LU****@UNIPAMPA.EDU.BR
196	AC LUCILLA PEDRINI LU****@GMAIL.COM
197	AC LUIS ANTONIO ASSEF DELGADO LU****@UOL.COM.BR
198	AC LUIS FERNANDO BROSSI LF****@GMAIL.COM
199	AC LUIS FERNANDO DIAS DA SILVA LF****@TERRA.COM.BR
200	AC LUIS FERNANDO FERRAROLI DOS SANTOS LU****@GMAIL.COM
	AC LUIZ ALFREDO MENDES DOS SANTOS LU****@TERRA.COM.BR
	AC LUIZ CARLOS DEL CARLO ROMANI LU****@HOTMAIL.COM
	AC LUIZ CLAUDIO BARBEDO FROES FR****@HOTMAIL.COM
	AC LUZALDO OLIVEIRA FC****@GMAIL.COM
	AC LUZIE FONTOURA SARAIVA MORETTI LU****@HOTMAIL.COM
	AC MAGDA LUNARDI VARGAS MATIOTTI MA****@YAHOO.COM.BR



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão		
207	AC	MAIRA LUZ DA VIDA MA****@LUZDAVIDA.ORG.BR
208	AC	MAIZA COSTA NEIVA FA****@GMAIL.COM
209	AC	MAKLINA DOS SANTOS ALMEIDA MA****@HOTMAIL.COM
210	AC	MANOEL HENRIQUE DE AMORIM FILHO AM****@YAHOO.COM
211	AC	MARCELO ALVES LIMA MA****@GMAIL.COM
212	AC	MARCELO CHINELO RW****@GMAIL.COM
213	AC	MARCELO DE OLIVEIRA MZ****@GMAIL.COM
214	AC	MARCELO LUIZ VIANA DA SILVA MA****@GMAIL.COM
215	AC	MARCELO SILVA DA CUNHA CU****@GMAIL.COM
216	AC	MARCIA COLARES MA****@HOTMAIL.COM
217	AC	MARCIA DIAS BRAGA MA****@HOTMAIL.COM
218	AC	MARCIA KAMINSKI MA****@YAHOO.COM.BR
219	AC	MARCIA MENDONCA MA****@GMAIL.COM
220	AC	MARCIA RIO MA****@GMAIL.COM
221	AC	MARCIA SAKURAY MA****@GMAIL.COM
222	AC	MARCIA TERRAFINO MA****@GMAIL.COM
223	AC	MARCIO SEIXA MA****@HOTMAIL.COM
224	AC	MARCOS GURGEL DE LIMA ZE****@GMAIL.COM
225	AC	MARCOS MD TECNOLOGIA MA****@GMAIL.COM
226	AC	MARCUS ANIBAL OLIVE DE MORAES MA****@GMAIL.COM
227	AC	MARFISA MESQUITA MOREIRA MA****@GMAIL.COM
228	AC	MARGARETE ALMEIDA QUADROS MA****@GMAIL.COM
229	AC	MARGARETE EDUL PRADO LOPES MA****@GMAIL.COM
230	AC	MARIA APARECIDA H. C. SANTANA CI****@HOTMAIL.COM
231	AC	MARIA AUXILIADORA ANTUNES DO****@HOTMAIL.COM
232	AC	MARIA BEATRIZ DUQUE DE OLIVEIRA BI****@HOTMAIL.COM
233	AC	MARIA CIDALIA APONCHIK LI****@GMAIL.COM
234	AC	MARIA CRISTINA BECCATO CR****@STERN.COM.BR
235	AC	MARIA DA GRACA SPESSOTO BITTAR PENNA DA****@YAHOO.COM.BR
236	AC	MARIA DAS GRACAS MARTINS MG****@GMAIL.COM
237	AC	MARIA DE LOURDES DUARTE SETTE LO****@GMAIL.COM
238	AC	MARIA DO CARMO SILVA MA****@UOL.COM.BR
239	AC	MARIA EDUARDA MARCIEL FEITOSA DUDA MA****@GMAIL.COM
240	AC	MARIA ELIZABETH BAPTISTA VIANNA VI****@GMAIL.COM
241	AC	MARIA HELENA DA SILVA CANGIANO MH****@HOTMAIL.COM
242	AC	MARIA JESUS MA****@GMAIL.COM
243	AC	MARIA LUCIA LIMA E SILVA MILTON LU****@HOTMAIL.COM
244	AC	MARIA LUCIA LOPES OLIVER ML****@GMAIL.COM
245	AC	MARIA OLIVEIRA ZZ****@GMAIL.COM
246	AC	MARIA ROSELIA MARQUES LOPES MR****@GMAIL.COM
247	AC	MARIA SANTOS NI****@YAHOO.COM.BR
248	AC	MARIA SILVIA DE OLIVEIRA MS****@GMAIL.COM
249	AC	MARIA STELLA PAULA FREITAS ST****@GMAIL.COM
250	AC	MARIA TEREZA GALVAO FERNANDES MA****@GMAIL.COM
251	AC	MARIA TEREZA MAGALHAES MESQUITA TE****@GMAIL.COM
252	AC	MARIEDNA SOBREIRA MA****@GMAIL.COM
253	AC	MARLENE DA SILVA DANTAS MA****@YAHOO.COM.BR
254	AC	MARLENE GERALDO DE QUEIROZ MA****@HOTMAIL.COM
255	AC	MARLUCE COSTA STOLL MA****@GMAIL.COM
256	AC	MARLY CARLA MA****@HOTMAIL.COM
257	AC	MARTHA MONTEIRO MARIANO MM****@YAHOO.COM.BR
258	AC	MAURICIO BATISTA DE MOURA MA****@HOTMAIL.COM
259	AC	MAURICIO OLIVERA FURTADO MA****@HOTMAIL.COM
260	AC	MAURO NIEHUES DE FARIAS MA****@HOTMAIL.COM
261	AC	MICHELE PEREIRA DE LIMA MI****@YAHOO.COM.BR
262	AC	MICHELLE CARDIM DE AZEVEDO MI****@GMAIL.COM
263	AC	MILENA MARIA SOARES PRIORI MS****@YAHOO.COM.BR
264	AC	MILENE DEL FIORE FI****@GMAIL.COM
265	AC	MILTON XAVIER MI****@GMAIL.COM
266	AC	MIRAIDE BORGES BO****@GMAIL.COM
267	AC	MIRIAM LARANJEIRA MALTO MA****@HOTMAIL.COM
268	AC	MIRIAN LOPES IMBROISI ML****@GMAIL.COM
269	AC	MOISES VIEIRA MO****@GMAIL.COM
270	AC	MONICA ILENBURG PIMENTA MO****@GMAIL.COM
271	AC	MONICA MARIA FERREIRA LACERDA MO****@GMAIL.COM
272	AC	MONICA MILLER MAIA MO****@LIVE.COM
273	AC	NATALIA RODRIGUES NA****@HOTMAIL.COM
274	AC	NATALICIA ARAUJO DO COUTO NA****@YAHOO.COM.BR
275	AC	NATHALIA ASSIMOS NA****@HOTMAIL.COM
276	AC	NEIDE ROVAY NF****@GMAIL.COM
277	AC	NELSON COSTA NE****@GMAIL.COM
278	AC	NELSON GOMES TOLENTINO NE****@GMAIL.COM
279	AC	NELSON LEOMAR GEWEHR NE****@GMAIL.COM
280	AC	NILCIMAR DO AMARAL MONTEIRO NI****@HOTMAIL.COM
281	AC	NILZANE ROCHA ARNDT NI****@HOTMAIL.COM
282	AC	NORTON A. VIEIRA FRITZSCHE NO****@GMAIL.COM
283	AC	ODAIR CIRILO OD****@GMAIL.COM
284	AC	OLIVEIROS XAVIER DE OLIVEIRA OL****@GMAIL.COM
285	AC	ORIVALDO SOUZA OR****@GMAIL.COM
286	AC	PATRICIA PINHEIRO PA****@HOTMAIL.COM
287	AC	PATRICIA SILVEIRA PA****@GMAIL.COM
288	AC	PAULO AUGUSTO PA****@GMAIL.COM
289	AC	PAULO FINOCCHIARO FI****@UOL.COM.BR
290	AC	PAULO GOUVEIA PA****@GMAIL.COM
291	AC	PAULO HENRIQUE DE SOUZA PA****@GMAIL.COM
292	AC	PAULO ROSA PC****@GMAIL.COM
293	AC	P C LOMBA LO****@GMAIL.COM
294	AC	PETERSON HAINE PE****@YAHOO.COM.BR
295	AC	PRISCILA GORRI DIAS PR****@GMAIL.COM
296	AC	PUBLICO JOSE DA SILVA GABRIEL PJ****@GMAIL.COM
297	AC	RAFAELA SILVA DE OLIVEIRA RA****@ICLOUD.COM
298	AC	RAFAEL FERNANDES RA****@GMAIL.COM
299	AC	RAMON COSTA RA****@GMAIL.COM
300	AC	REGINALDO DE SOUZA PIMENTEL PIMENTEL RE****@GMAIL.COM
301	AC	REGININHA CELLO RE****@GMAIL.COM
302	AC	REGIS MICHALSKI RE****@GMAIL.COM
303	AC	RENATA TONETO DE MELO VIDAL RE****@GMAIL.COM
		AC RIANNE MARTINS RI****@GMAIL.COM
		AC RITA DE CASSIA BAZAN MIGLIOLI MI****@GMAIL.COM
		AC RITA DE CASSIA SOARES RI****@GMAIL.COM
		AC ROBERTA DO NASCIMENTO SILVA RO****@HOTMAIL.COM
		AC ROBERTO PAULO DE AZEVEDO AZEVEDO RO****@GMAIL.COM
		AC ROBSON GALVAO RO****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão		
310	AC	RODRIGO MIRANDA RO****@GMAIL.COM
311	AC	RONALDO BRUM RO****@GMAIL.COM
312	AC	ROSEANE NEVES RO****@GMAIL.COM
313	AC	ROSENOR DUTRA MURRER RO****@HOTMAIL.COM
314	AC	ROSIMARY BARBOSA DE MOURA RO****@HOTMAIL.COM
315	AC	RUDE FREIRE RH****@YAHOO.COM.BR
316	AC	- R UL****@GMAIL.COM
317	AC	RUTINHA RUTE RU****@GMAIL.COM
318	AC	SANDRA CHAVES SA****@GMAIL.COM
319	AC	SANDRA DA COSTA SA****@GMAIL.COM
320	AC	SARAH ALCOLUMBRE SA****@GMAIL.COM
321	AC	SAULO FABRICIO SM****@YAHOO.COM.BR
322	AC	SEBASTIAO LUIZ PIRES VARGAS SE****@GMAIL.COM
323	AC	SERENA LETIZIA BOLLA FERNANDES SE****@GMAIL.COM
324	AC	SERGIO FERREIRA DA SILVA SF****@GMAIL.COM
325	AC	SHEILA MARIA FERREIRA DE PAULA SH****@GMAIL.COM
326	AC	SHIRLEY OLIVEIRA LC****@GMAIL.COM
327	AC	SILMARA G TELES SI****@GMAIL.COM
328	AC	SILVANA GATTO MADEIRA SM****@HOTMAIL.COM
329	AC	SILVIA CRISTINA BELTRAO WINIAWER SI****@GMAIL.COM
330	AC	SILVIA FEITOSA DE A L BABADOPULOS SI****@YAHOO.COM.BR
331	AC	SIMONE CRISTINA DE FREITAS RUZAFI SC****@GMAIL.COM
332	AC	SONIA FERNANDES WS****@GMAIL.COM
333	AC	SONIA MARCIA VELTEN RANGEL RA****@HOTMAIL.COM
334	AC	SONIA M SMAB SO****@HOTMAIL.COM
335	AC	SONIA PRACIANO SO****@GMAIL.COM
336	AC	SONIDEIA ALVES SO****@HOTMAIL.COM
337	AC	STROVSKOVSKY FERRER DE MELO BRANDAO ST****@GMAIL.COM
338	AC	STUART DE BORBA E VELOSO ST****@YAHOO.COM.BR
339	AC	SUELI APARECIDA BOLDARINI MIRANDA PA****@HOTMAIL.COM
340	AC	SURAIÁ DE SOUSA LIMA STRAFACCI SU****@HOTMAIL.COM
341	AC	TACITA VILELA REIS TA****@SUPERIG.COM.BR
342	AC	TAISA ZUANAZZI POMPONI TA****@GMAIL.COM
343	AC	TAIS BUENO TA****@GMAIL.COM
344	AC	TALITA MORAIS TA****@GMAIL.COM
345	AC	TANIA VILLAS-BOAS TV****@GMAIL.COM
346	AC	TATIANA CAMARGO FERNANDES CC****@HOTMAIL.COM
347	AC	TERESA C. ALTOE TE****@GMAIL.COM
348	AC	TERESA CHIODETTO TE****@GMAIL.COM
349	AC	TERESA ROSITO TE****@GMAIL.COM
350	AC	TERESA VIEIRA GAMA TV****@TERRA.COM.BR
351	AC	THACITA MELO GOMES TH****@HOTMAIL.COM
352	AC	THEREZINHA GROLLA TE****@GMAIL.COM
353	AC	TICHE DAVIS TI****@HOTMAIL.COM
354	AC	TOMAZ TOLEDO TO****@GMAIL.COM
355	AC	UDILEA SARMENTO UD****@GMAIL.COM
356	AC	VALERIA GONCALVES SRUR VA****@UOL.COM.BR
357	AC	VALERIA MARIA GONCALVES SOLIS VA****@GMAIL.COM
358	AC	VANESSA COUPE VA****@GMAIL.COM
359	AC	VANIA AVELAR FERREIRA VA****@GMAIL.COM
360	AC	VERA LUCIA FOSCARINI FERREIRA VE****@GMAIL.COM
361	AC	VERA LUCIA SILVEIRA DOS SANTOS VE****@TERRA.COM.BR
362	AC	VERONICA GONCALVES DA SILVA VE****@GMAIL.COM
363	AC	VICENTE CELSO TONDO VT****@GMAIL.COM
364	AC	VILMA DOS SANTOS LAGE DALMEIDA VI****@TERRA.COM.BR
365	AC	WILSON BERTELLI VB****@TERRA.COM.BR
366	AC	VINICIUS BRINA GRAMISCELLI VI****@IG.COM.BR
367	AC	VINICIUS SANTOLIM VI****@GMAIL.COM
368	AC	VINICIUS SENA DE LIMA VS****@GMAIL.COM
369	AC	WAGNER FARIA BARBOSA BA****@GMAIL.COM
370	AC	WAGNER FERREIRA BEBEDETI SW****@GMAIL.COM
371	AC	WALKIRIE MOURA DE AZEVEDO SENA WA****@TJAC.JUS.BR
372	AC	WANDERLEY JOSE DA SILVA LE****@GMAIL.COM
373	AC	WELITON DE SOUZA BATBOSA WO****@GMAIL.COM
374	AC	WILLIAM MAIA WM****@GMAIL.COM
375	AC	WILTON COELHO WI****@GMAIL.COM
376	AC	XANDA PRADO XA****@HOTMAIL.COM
377	AL	ABILIO DOS SANTOS TARELHO FILHO AB****@HOTMAIL.COM
378	AL	AIRTON SILVA AS****@GMAIL.COM
379	AL	ALANNA NATALY LOPES AMARO AL****@ALUNO.EDUCACAO.PE.GOV.BR
380	AL	ALBA TRINDADE AL****@GMAIL.COM
381	AL	ALDO CEZA SILVA DI****@GMAIL.COM
382	AL	ALEXANDRE GOMES XA****@GMAIL.COM
383	AL	ALEXANDRE TENORIO FREIRE AL****@HOTMAIL.COM
384	AL	ALEX BAR AL****@GMAIL.COM
385	AL	ALFREDO RODRIGUES CAMARA AL****@GMAIL.COM
386	AL	ALINEBRANDAO@GMAIL.COM BRANDAO AL****@GMAIL.COM
387	AL	ALINE MONTEIRO AL****@GMAIL.COM
388	AL	ALLAN TEIXEIRA AL****@GMAIL.COM
389	AL	AMADEU ELIZEU RIBEIRO NETO AM****@UOL.COM.BR
390	AL	AMANDA MOURA CALDAS AM****@GMAIL.COM
391	AL	AMELIA AGUIAR AM****@GMAIL.COM
392	AL	ANADEGE DANTAS AN****@GMAIL.COM
393	AL	ANA KARLA DA SILVA NAZARIO AN****@GMAIL.COM
394	AL	ANDERSON PONTES PINTO AN****@GMAIL.COM
395	AL	ANDREA CARLA SANTOS AN****@GMAIL.COM
396	AL	ANDREA LIMA AN****@HOTMAIL.COM
397	AL	ANDRE BENVINDO NUNES AN****@GMAIL.COM
398	AL	ANDRE HENRIQUE DE LIMA ANTUNES AN****@GMAIL.COM
399	AL	ANGELA FERREIRA AN****@GMAIL.COM
400	AL	ANTONIO CARLOS TENORIO DA SILVA AN****@GMAIL.COM
401	AL	ARCHIDEIA CERQUEIRA DE****@GMAIL.COM
402	AL	ARIANY KARLA GUIMARAES RIOS AR****@HOTMAIL.COM
403	AL	AUGUSTO SOARES AU****@GMAIL.COM
404	AL	AVERDADE AVDD NA****@GMAIL.COM
405	AL	BC NASCIMENTO MA****@GMAIL.COM
406	AL	BRUNA COSTA B.****@GMAIL.COM
	AL	BRUNA FERREIRA BR****@GMAIL.COM
	AL	BRUNO MALTA BW****@GMAIL.COM
	AL	CARLOS ALFREDO DE FARIAS COSTA CA****@GMAIL.COM
	AL	CARLOS ARAUJO CA****@GMAIL.COM
	AL	CARLOS FABIANO DA SILVA FA****@GMAIL.COM
	AL	CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA CA****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão		
413	AL	CAROLINE VIEIRA MCL CA****@GMAIL.COM
414	AL	CASSIANA PAULA DA SILVA CA****@GMAIL.COM
415	AL	CHARDAO FIGUEIRA RI****@GMAIL.COM
416	AL	CHRISTIANE DA SILVA VIANA CM****@GMAIL.COM
417	AL	CICERA ALVES MONTE CI****@GMAIL.COM
418	AL	CINARA DA SILVA FERREIRA SO****@GMAIL.COM
419	AL	CIVANILDO COSTA CI****@GMAIL.COM
420	AL	CLAITON REIS CL****@OUTLOOK.COM
421	AL	CLAUDIA ARAUJO CO****@GMAIL.COM
422	AL	CLAUDIA IARA SILVA DE OLIVEIRA FARIAS CA****@YAHOO.COM.BR
423	AL	CLAUDIO FERREIRA SOARES CF****@GMAIL.COM
424	AL	CREUZA MARIA CR****@GMAIL.COM
425	AL	CRWL3Y GAMEPLAY E TUTORIAS KA****@GMAIL.COM
426	AL	DANUBIO CARVALHO DA****@GMAIL.COM
427	AL	DAVID ALEXANDRE ARSENIO ARSENIO DA****@HOTMAIL.COM
428	AL	DEISE ESTEVES DE****@GMAIL.COM
429	AL	DEISE FERREIRA ESTEVES ES****@GMAIL.COM
430	AL	DEISYANNE RIBEIRO DE****@GMAIL.COM
431	AL	DENISE LOBO MEIRELES DE****@CLOUD.COM
432	AL	DOM CORADO GI****@GMAIL.COM
433	AL	DULCE MELO DU****@GMAIL.COM
434	AL	EDNA FIGUEIREDO DE ARAUJO ED****@GMAIL.COM
435	AL	EDSON SANTOS J.****@GMAIL.COM
436	AL	EDVANIA COSMO GONCALVES VA****@GMAIL.COM
437	AL	ELAINE PATRICIA GOMES MELO EP****@YAHOO.COM.BR
438	AL	ELIDIANE TENORIO JUSTINO LE****@GMAIL.COM
439	AL	ELINEVES SILVA EL****@GMAIL.COM
440	AL	ELIZABETE SOUZA TA****@GMAIL.COM
441	AL	ELIZABETH TENORIO BE****@GMAIL.COM
442	AL	ELLEN BRITO EL****@GMAIL.COM
443	AL	ELOAR DINIZ MESQUITA EL****@GMAIL.COM
444	AL	ELSON COX JUNIOR EC****@GMAIL.COM
445	AL	ELVANDE RIBEIRO SILVA EL****@GMAIL.COM
446	AL	EMERSON RODRIGUES RO****@GMAIL.COM
447	AL	ERICO LINS DE MOURA ER****@GMAIL.COM
448	AL	ERIVALDO DA SILVA ER****@GMAIL.COM
449	AL	ERIVELTON MIRANDA DA SILVA ER****@GMAIL.COM
450	AL	EUCLYDES AUGUSTO UCHOA GOMES EU****@HOTMAIL.COM
451	AL	FABIANA MAIA NOBRE ROCHA ARRAES FA****@GMAIL.COM
452	AL	FABIANA SANTIAGO FA****@GMAIL.COM
453	AL	FABIANO SOARES DE ALCANTARA FA****@GMAIL.COM
454	AL	FABINHO COSTA PESSOA FA****@GMAIL.COM
455	AL	FABIO ARAUJO MONTEIRO FA****@HOTMAIL.COM
456	AL	FABRICIO PACHECO CAMBOIM GONCALVES FA****@HOTMAIL.COM
457	AL	FATIMA FERREIRA LIMA FA****@HOTMAIL.COM
458	AL	FELIPE ALVES SR****@GMAIL.COM
459	AL	FERNANDA MONTENEGRO MO****@HOTMAIL.COM
460	AL	FLIVIA OLIVEIRA COSTA FL****@HOTMAIL.COM
461	AL	FRANCINE MENDONCA FS****@GMAIL.COM
462	AL	FRANCISCO ANTONIO CARLOS FC****@GMAIL.COM
463	AL	FRANKLIN FREITAS MONTE BISPO FR****@CASAL.AL.GOV.BR
464	AL	FREDERICO CARDOSO FR****@GMAIL.COM
465	AL	GABI AMORIM RODRIGUES AN****@GMAIL.COM
466	AL	GABRIEL GAMES SI****@GMAIL.COM
467	AL	GEILDO ARAUJO DA SILVA GE****@HOTMAIL.COM
468	AL	GERSON MORAIS PI****@GMAIL.COM
469	AL	GILMAN DE OLIVEIRA BATISTA GI****@GMAIL.COM
470	AL	GILMAYARA PEREIRA GI****@GMAIL.COM
471	AL	GILSON CANDIDO DE ALMEIDA GI****@HOTMAIL.COM
472	AL	GIULIANO PEIXOTO GONCALVES GI****@HOTMAIL.COM
473	AL	GRAZIELLE DE FARIAS ALMEIDA GR****@HOTMAIL.COM
474	AL	GUSTAVO TONIN GU****@GMAIL.COM
475	AL	HAILTON JOSE SANTANA LISBOA LI****@GMAIL.COM
476	AL	HELENO SILVA HE****@GMAIL.COM
477	AL	HENRIQUE TADEU TAVARES D'ALMEIDA LINS RI****@HOTMAIL.COM
478	AL	HIRAM MAIA VIEIRA HI****@GMAIL.COM
479	AL	HUDSON CORREIA HU****@GMAIL.COM
480	AL	HUGO ALEXANDRE SALES DE GOES HA****@GMAIL.COM
481	AL	IARA BARBOSA IA****@GMAIL.COM
482	AL	ILITIA CAVALCANTE IL****@GMAIL.COM
483	AL	ILSON M. S. PRAZERES IL****@GMAIL.COM
484	AL	I'M NOT PERFECT NA****@GMAIL.COM
485	AL	INES DE FATIMA DE AZEVEDO JACINTO INOJOSA IN****@UOL.COM.BR
486	AL	IVANIA LUIZ IV****@GMAIL.COM
487	AL	IVANILDA CONCEICAO IV****@GMAIL.COM
488	AL	IVO LERMEN LE****@GMAIL.COM
489	AL	IZABEL LINS LO****@GMAIL.COM
490	AL	JACK NILSON NEORIO GONZAGA JA****@HOTMAIL.COM
491	AL	JANGO FREEMAN JA****@GMAIL.COM
492	AL	JANIO SILVA JA****@GMAIL.COM
493	AL	JENNIFER MOTA JE****@GMAIL.COM
494	AL	JESSICA YNGRID VANDERLEI LISBOA JE****@HOTMAIL.COM
495	AL	JOAO BATISTA BARROS JB****@HOTMAIL.COM
496	AL	JOAO VICTOR CAVALCANTI FERREIRA JO****@GMAIL.COM
497	AL	JOCINEIDE MELO JO****@GMAIL.COM
498	AL	JOFRE DIAS FILHO JO****@HOTMAIL.COM
499	AL	JOSE CARLOS BEZERRA MR****@GMAIL.COM
500	AL	JOSE JORGE DE ARAUJO JO****@HOTMAIL.COM
501	AL	JOSE PETRUCIO SOARES DA SILVA JP****@HOTMAIL.COM
502	AL	JOSE SILVA WH****@GMAIL.COM
503	AL	JOSIANE LIBERATO JO****@GMAIL.COM
504	AL	KARLA VANESSA ROBERTO SOUZA PIMENTEL KA****@HOTMAIL.COM
505	AL	KEMUEL LIMA KE****@GMAIL.COM
506	AL	KENNETH IAGO GRANJA KE****@GMAIL.COM
507	AL	KLEBER DE CASTRO LINS KL****@HOTMAIL.COM
508	AL	KRISTHYNA REGIS DE MELLO DR****@MSN.COM
509	AL	LAUDICEA CANDIDO DE OLIVEIRA LA****@GMAIL.COM
	AL	LEILA ANDREA LESSA LIMA DE MEDEIROS LE****@HOTMAIL.COM
	AL	LICIA FERNANDES LI****@GMAIL.COM
	AL	LILLIAN GRASSE FRAGOSO GUIMARAES LI****@HOTMAIL.COM
	AL	LIVIA NATALIA VICENTE DE LIMA LL****@GMAIL.COM
	AL	LUANDA ROSA COSTA LINS LU****@YAHOO.COM
	AL	LUCIA HELENA BRAZ REIS DA SILVA LH****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão		
516	AL	LUCIANO GATO LU****@GMAIL.COM
517	AL	LUIS ELIAS PEREIRA LU****@GMAIL.COM
518	AL	MACIEL VIEIRA SANDES MA****@GMAIL.COM
519	AL	MANOEL MESSIAS DE OLIVEIRA MA****@GMAIL.COM
520	AL	MANUELA MADEIROS BASTOS CORDEIRO MM****@OUTLOOK.COM
521	AL	MARBIANA TEIXEIRA TE****@GMAIL.COM
522	AL	MARCELO CARDOSO MA****@GMAIL.COM
523	AL	MARCELO HILARIO RODRIGUES DE OLIVEIRA MA****@UOL.COM.BR
524	AL	MARCIANO DA SILVA MA****@GMAIL.COM
525	AL	MARCOS ANTONIO A DOS SANTOS MARCOS MA****@GMAIL.COM
526	AL	MARCOS ANTONIO DE ARAUJO MA****@HOTMAIL.COM
527	AL	MARCOS CARDOSO RAMOS CA****@GMAIL.COM
528	AL	MARIA AMELIA PEIXOTO PATURY GALVAO MA****@GMAIL.COM
529	AL	MARIA CRISTIANE PEREIRA DE AMORIM CR****@HOTMAIL.COM
530	AL	MARIA DALVA DA****@GMAIL.COM
531	AL	MARIA JOSE SILVA LEITE MI****@GMAIL.COM
532	AL	MARIELZA GURGEL MA****@GMAIL.COM
533	AL	MARILIA LESSA MA****@GMAIL.COM
534	AL	MARINALDO BISPO MA****@GMAIL.COM
535	AL	MARIO JUNIOR MA****@GMAIL.COM
536	AL	MAURICIO DE ANDRADE SILVA FILHO MA****@YAHOO.COM.BR
537	AL	MILENA OLIVEIRA AN****@GMAIL.COM
538	AL	MIRELA BORGES MI****@BOL.COM.BR
539	AL	NANDO DA SILVA NA****@GMAIL.COM
540	AL	NICOLAS ALBUQUERQUE NI****@GMAIL.COM
541	AL	NIKOLAS HANOKH NI****@GMAIL.COM
542	AL	NOVAES NOVAES MI****@HOTMAIL.COM
543	AL	ORLANDO BARBOSA OR****@GMAIL.COM
544	AL	ORLANDO MARCOS LIMA FERNANDES MA****@GMAIL.COM
545	AL	PATRICIA SIQUEIRA PA****@GMAIL.COM
546	AL	PAULECIO ALVES PEREIRA MC****@GMAIL.COM
547	AL	PAULO BREDA PA****@GMAIL.COM
548	AL	PEDRO HENRIQUE LIRA PE****@GMAIL.COM
549	AL	PEDRO SEVE PE****@GMAIL.COM
550	AL	PEDRO SILVA PE****@GMAIL.COM
551	AL	POLIANA ROCHA AN****@GMAIL.COM
552	AL	PROFANE LAST LA****@GMAIL.COM
553	AL	RANI SILVA RH****@GMAIL.COM
554	AL	RAYANNE HONORATO RA****@GMAIL.COM
555	AL	REJANE MENDES RE****@GMAIL.COM
556	AL	RICARDO MACEDO CAMELO RI****@UOL.COM.BR
557	AL	RINALDO GUEDES RAPASSI RI****@GMAIL.COM
558	AL	RITA DE CASSIA ARAUJO GONCALVES RI****@HOTMAIL.COM
559	AL	RITA DE CASSIA VIEIRA MALTA RI****@GMAIL.COM
560	AL	RITA MENDONCA RI****@GMAIL.COM
561	AL	ROBBEN LIOTTI RO****@GMAIL.COM
562	AL	ROBERTO WAGNER GOES MARTINS PINHEIRO PE****@GMAIL.COM
563	AL	ROBERTO WAGNER GOES MARTINS PINHEIRO RW****@BOL.COM.BR
564	AL	RODRIGO ANTONIO GUEDES DA SILVA TO****@GMAIL.COM
565	AL	RODRIGO ANTONIO PE****@GMAIL.COM
566	AL	RODRIGO HENRIQUE DE JESUS TEMOTEIO RO****@HOTMAIL.COM
567	AL	ROMARIO MACHADO RO****@GMAIL.COM
568	AL	RONALDO BECO RO****@GMAIL.COM
569	AL	ROOSEVELT OMENA DR****@GMAIL.COM
570	AL	ROSANAARAUJO369 ARAUJO AR****@GMAIL.COM
571	AL	RUTECLEA GOMES DE ANDRADE RU****@GMAIL.COM
572	AL	SAMUEL ROCHA DOS SANTOS SU****@GMAIL.COM
573	AL	SANDERSON BEZERRA CE****@GMAIL.COM
574	AL	SANDRA CRISTINA DOS SANTOS LIRA SA****@HOTMAIL.COM
575	AL	SANDRA LUCIA SILVA SA****@HOTMAIL.COM
576	AL	SARA FELICIO SANTOS FE****@GMAIL.COM
577	AL	SHIRLEY DA SILVA BUARQUE SH****@GMAIL.COM
578	AL	SILVANEIDE RIBEIRO SI****@GMAIL.COM
579	AL	SILVANIA MAURICIO DE SOUSA SI****@HOTMAIL.COM
580	AL	SORIANO TORRES AD****@GMAIL.COM
581	AL	STEPHANY LIMA ST****@GMAIL.COM
582	AL	SUZANA CRISTINA DEC LIMA ANTUNES SU****@GMAIL.COM
583	AL	SUZANA FIORI SZ****@GMAIL.COM
584	AL	TAIS FIGUEIREDO DE ARAUJO TA****@GMAIL.COM
585	AL	TANELI AVLIS DA****@GMAIL.COM
586	AL	THAIANE ISABELLE TH****@GMAIL.COM
587	AL	THALLES SHILMANEY MARTINHO SANTOS LEITE TH****@GMAIL.COM
588	AL	THEU SOBRAL TH****@GMAIL.COM
589	AL	THIAGO CANUTO PI****@GMAIL.COM
590	AL	THIAGO LIMA TH****@GMAIL.COM
591	AL	THOMAZ FIREMAN DE ARROXELLAS COSTA TH****@HOTMAIL.COM
592	AL	TUCA ALBUQUERQUE TU****@GMAIL.COM
593	AL	VALDEMIR CAVALCANTE FERRO VA****@GMAIL.COM
594	AL	VALNIA VELOSO COELHO VA****@HOTMAIL.COM
595	AL	WAGNER GUIMARAES MELLO MELLO WA****@HOTMAIL.COM
596	AL	WALDYJANE FARIAS NOVAIS WA****@HOTMAIL.COM
597	AL	WENDEL SILVESTRE DE OLIVEIRA WE****@GMAIL.COM
598	AL	WILLAMES SOARES DA SILVA YT****@GMAIL.COM
599	AL	WILMA ACIOLY AC****@GMAIL.COM
600	AL	YVETTE BARBOSA YV****@GMAIL.COM
601	AM	ADRIANO MORAES DE MEDEIROS ME****@GMAIL.COM
602	AM	ADRIANO PINHEIRO MI****@GMAIL.COM
603	AM	AEGON TARG WI****@GMAIL.COM
604	AM	ALDA BARAUNA AL****@GMAIL.COM
605	AM	ALDEIZE F DE A AL****@GMAIL.COM
606	AM	ALESSANDRO CASTRO AL****@GMAIL.COM
607	AM	ALEXANDRE SOUZA AA****@HOTMAIL.COM
608	AM	ALEXANDRE VERAS RODRIGUES AL****@GMAIL.COM
609	AM	ALEX LEONARDO AMARAL GOIS AL****@GMAIL.COM
610	AM	ALICE KELLY GAMA DA SILVA EU****@GMAIL.COM
611	AM	AMANDA HOLANDA AMAZONAS AM****@GMAIL.COM
612	AM	ANA PAULA ROCHA NEVES RO****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON CAVALCANTE GUIMARAES AN****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON CLAITON LIMA AN****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON SENA AN****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON SOUZA XM****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON WILLAMY COSTA DA SILVA AN****@GMAIL.COM
	AM	ANDRESSA ABTIBOL AN****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão	
619	AM ANDRESSA ABTIBOL AN****@GMAIL.COM
620	AM ANDREY ZUBIATE NO****@GMAIL.COM
621	AM ANTONIO DAVI ROLAND DE BRITO AN****@HOTMAIL.COM
622	AM ANTONIO GOMES TO****@GMAIL.COM
623	AM ARLANE FIGUEIRA AR****@GMAIL.COM
624	AM ARLANE SANTOS AR****@GMAIL.COM
625	AM BARBARA PRISCILA COSTA DE CARVALHO PR****@LIVE.COM
626	AM BENEDITO ALBERTO OLIVEIRA FRANCA FR****@GMAIL.COM
627	AM BENEDITO ALMEIDA BE****@GMAIL.COM
628	AM BRUNA MARIA PINHEIRO MOREIRA BR****@GMAIL.COM
629	AM BRUNA TAMIRES BR****@GMAIL.COM
630	AM BRUNO ARAUJO AR****@GMAIL.COM
631	AM CARLA ZELINE ZE****@GMAIL.COM
632	AM CARLOS ALBERTO MARQUES DA SILVA SI****@GMAIL.COM
633	AM CARLOS ALBERTO PEREIRA FERREIRA CA****@HOTMAIL.COM
634	AM CARLOS CEZAR ANDRADE ALMEIDA CC****@GMAIL.COM
635	AM CARLOS EDUARDO CLAUDIO RAMOS CA****@GMAIL.COM
636	AM CARLOS SOTERO CA****@GMAIL.COM
637	AM CASSIO AFONSO SILVA DE OLIVEIRA CA****@LIVE.COM
638	AM CASSIUS MARTINS CA****@HOTMAIL.COM
639	AM CINTIA SIMOES CI****@GMAIL.COM
640	AM CLEIDIANE RABELO CL****@GMAIL.COM
641	AM CRISTIAN CARVALHO DE SIQUEIRA SIQUEIRA CR****@GMAIL.COM
642	AM CRISTIANE PINHEIRO CR****@GMAIL.COM
643	AM DANGLERS CASTRO DA****@GMAIL.COM
644	AM DANIELLE OLIVEIRA CH****@GMAIL.COM
645	AM DANIEL MARTINS DA****@BLOGDODANIEL.COM.BR
646	AM DANIEL SARAIVA BRUCE DA****@GMAIL.COM
647	AM DANUZA SANTA RITA RODRIGUES DE LIMA RD****@HOTMAIL.COM
648	AM DAS NEVES DA****@GMAIL.COM
649	AM DENILSON ANTONIO ALEXANDRE DE****@GMAIL.COM
650	AM DENISE BRAGA DE AZEVEDO DE****@YAHOO.COM
651	AM DENISE RODRIGUES DE****@HOTMAIL.COM
652	AM DIEGO EMERSON VI****@GMAIL.COM
653	AM DOCILDA FLORENCIO MARTINS DO****@HOTMAIL.COM
654	AM EDCLEY RODRIGUES PIRANGI A9****@GMAIL.COM
655	AM EDGAR LIMA DA SILVA JUNIOR ED****@GMAIL.COM
656	AM EDILSON DE SOUZA MAFRA ES****@OUTLOOK.COM
657	AM EDINEY SANTOS ED****@GMAIL.COM
658	AM ELIEZER MOTA EL****@GMAIL.COM
659	AM ELIZANA SILVA EL****@GMAIL.COM
660	AM ELIZIANE COUTINHO DU****@GMAIL.COM
661	AM ELIZOMARA PEREIRA DO NASCIMENTO MA****@GMAIL.COM
662	AM ENEAS SANTOS EN****@GMAIL.COM
663	AM ESTEVAM PEREIRA PE****@GMAIL.COM
664	AM EUDSON PIMENTEL EU****@GMAIL.COM
665	AM EVERTON DE OLIVEIRA MAIA MA****@GMAIL.COM
666	AM EZEGLAIR DE SOUZA EZ****@GMAIL.COM
667	AM FABIANO AMARANTE FA****@GMAIL.COM
668	AM FABIO QUARTAROLLI QU****@GMAIL.COM
669	AM FABIO T. C. STOLLER FA****@GMAIL.COM
670	AM FABRICIO MARQUES FM****@HOTMAIL.COM
671	AM FERNANDA DUARTE CARNEIRO MANOEL FE****@HOTMAIL.COM
672	AM FERNANDO DE LIMA GOMES PA****@HOTMAIL.COM
673	AM FRANCISCA REGIA MAIA ALFAIA RE****@GMAIL.COM
674	AM FRAN MESQ QUARTAROLLI FM****@GMAIL.COM
675	AM GEBER NASCIMENTO GE****@GMAIL.COM
676	AM GERMINO CORDEIRO DIAS NETO GE****@GMAIL.COM
677	AM GIANCARLO MONTEIRO GI****@GMAIL.COM
678	AM GILVAN MOTA GI****@GMAIL.COM
679	AM GLEYDSON JOSE DE ARAUJO GAMA GA****@GMAIL.COM
680	AM GSCRUM GSCRUM GS****@GMAIL.COM
681	AM GUILHERME AMORIM DE SOUZA SO****@GMAIL.COM
682	AM HELDER DACOSTA HE****@GMAIL.COM
683	AM HELOISA MORELI SAMPAIO HE****@GMAIL.COM
684	AM HENRIQUE FLAVIO SOUZA SILVA RI****@GMAIL.COM
685	AM HENRIQUE RIBEIRO MARTINI VIEIRA HE****@HOTMAIL.COM
686	AM HIFRAM MOUSSE MO****@GMAIL.COM
687	AM ISRAEL VENANCIO IS****@GMAIL.COM
688	AM JANES CLEY NUNES JA****@GMAIL.COM
689	AM JAQUELINE FERRETTI JA****@GMAIL.COM
690	AM JAQUELINE SIQUEIRA JA****@GMAIL.COM
691	AM JEAN ALVES JI****@GMAIL.COM
692	AM JENNIFER SALES JE****@GMAIL.COM
693	AM JOAO CARLOS JO****@GMAIL.COM
694	AM JOAO TORRES JO****@GMAIL.COM
695	AM JOEMILSON SOUZA JO****@GMAIL.COM
696	AM JONAS SILVA JO****@GMAIL.COM
697	AM JOSE GERALDO MARTINS DOS SANTOS GE****@GMAIL.COM
698	AM JOSE ITAMAR SILVA PONTES JO****@GMAIL.COM
699	AM JOSE LUIZ KLEIN KL****@GMAIL.COM
700	AM JOSE MURILO FERRAZ SUANO MU****@GMAIL.COM
701	AM JUCINEIA TORRES DE OLIVEIRA JU****@HOTMAIL.COM
702	AM JULIANO GAMA EC****@GMAIL.COM
703	AM KARINA VIRGOLINO KA****@GMAIL.COM
704	AM KELSON GIRAO DE SOUZA KE****@HOTMAIL.COM
705	AM KENNEDY SILVA LOPES KS****@GMAIL.COM
706	AM KETLEN ORQUIDEA BL****@GMAIL.COM
707	AM K T TK****@GMAIL.COM
708	AM LANEHEWER FIGUEIRA AR****@GMAIL.COM
709	AM LANGERLI MOURA MOURA LA****@GMAIL.COM
710	AM LANI BRANDAO LA****@GMAIL.COM
711	AM LAZARO ROBSON PEREIRA JANUARIO LA****@HOTMAIL.COM
712	AM LE B LE****@GMAIL.COM
713	AM LEILSON LEILSON LE****@GMAIL.COM
714	AM LEON BARROSO LE****@GMAIL.COM
715	AM LEVINDO SOUZA LE****@GMAIL.COM
	AM LIA ACSZ JU****@GMAIL.COM
	AM LIPE SILVA FL****@GMAIL.COM
	AM LUCELIA CUNHA DA ROCHA SANTOS LC****@GMAIL.COM
	AM LUCIANA GONCALVES SIQUEIRA LU****@HOTMAIL.COM
	AM LUCIANA SAMPA LU****@GMAIL.COM
	AM LUCIENE TELES PEREIRA LU****@GMAIL.COM



4



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2239, DE 2022

(nº 5.900/2016, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1479655&filename=PL-5900-2016



[Página da matéria](#)



Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 99 e 101 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça.

Art. 2º Os arts. 99 e 101 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 99.

.....

§ 2º O juiz deferirá o pedido de gratuidade da justiça postulado pela pessoa natural que comprove pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I - estar dispensada, nos termos da legislação tributária, de apresentar Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda;

II - ser beneficiária de programa social do governo federal;

III - auferir renda mensal de até 3 (três) salários mínimos;

IV - tratar-se de mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

V - comprovar ser membro de comunidades indígenas mediante apresentação de declaração expedida por suas entidades representativas ou por órgão indigenista oficial;

VI - estar representada em juízo pela Defensoria Pública.

§ 3º O requerente pessoa natural não enquadrado nas hipóteses taxativas do § 2º deste artigo poderá pleitear e obter o benefício de gratuidade da justiça, desde que comprove a insuficiência de recursos, por meio da apresentação de documentação idônea ou por outro meio de prova admitido, e ao juiz caberá apreciar fundamentadamente o pedido.

§ 3º-A Em qualquer hipótese, o juiz poderá indeferir o pedido de gratuidade da justiça, respeitado o contraditório, se houver nos autos elementos que evidenciem a capacidade financeira do requerente para arcar com as custas e as despesas processuais sem prejuízo de seu sustento.

.....

§ 8º Faz jus ao benefício de gratuidade da justiça o requerente pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.”(NR)

“Art. 101. Contra a decisão que apreciar o pedido de gratuidade da justiça ou de sua revogação caberá agravo de instrumento, exceto quando a



questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá apelação.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 17 de maio de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 306/2022/PS-GSE

Brasília, 17 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.900, de 2016, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220113563500>



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>

- art28

- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13105>

- art99

- art101

EMENDA Nº – CDH

(Ao PL nº 2.239, de 2022)

Dê-se a seguinte redação ao inciso IV do § 2º do art. 99 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.239, de 2022:

“Art. 2º

‘Art. 99.

.....

§ 2º

.....

IV - tratar-se de mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), desde que figure no feito ou demande serviço da justiça em virtude dessa condição;

.....

..... (NR)’

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão de mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre os potenciais beneficiários da gratuidade da justiça de que trata o Projeto de Lei (PL) nº 2.239, de 2022, é resultante do benfazejo acolhimento, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, da proposta contida no então apenso PL nº 3.046, de 2019, o que veio a constituir o inciso IV ora cogitado para o § 2º do art. 99 do Código de Processo Civil.

Mas se faz necessário explicitar que o benefício, nessa hipótese, será concedido apenas caso a requerente figure no feito ou demande certo serviço da justiça em virtude dessa sua condição de mulher sujeita a violência doméstica (o art. 28 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006¹, ao qual o PL

¹ Lei Maria da Penha.



faz remissão, não explicita isso em seu texto simplesmente porque essa espécie de violência contra a mulher é já componente intrínseco ao capítulo daquela lei no qual tal artigo figura e, de resto, ao próprio objeto de todo aquele diploma legal).

Deixar de clarificar esse aspecto da matéria implicaria uma distinção reprovável e discordante do princípio constitucional da igualdade, pois se admitiria que uma mulher nessas circunstâncias obtivesse o benefício da gratuidade em uma causa qualquer de natureza, por exemplo, consumerista, na qual a pessoa jurídica que constituiria a parte adversa não teria relação alguma com as adversidades sofridas pela autora no âmbito de seu lar.

Esse é o motivo por que ora vimos granjear o apoio dos nobres Pares para a apreciação e aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senadora ZENAIDE MAIA



fh2023-15569

Assinado eletronicamente, por Sen. Zenaide Maia

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2192329631>



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - CDH
(ao PL 2239/2022)

Dê-se nova redação ao inciso V do § 2º do art. 99 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, como proposto pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 99.

§ 2º

V – comprovar ser membro de comunidades indígenas mediante apresentação de declaração expedida por suas entidades representativas ou por órgão indigenista oficial, ou de comunidade quilombola, mediante apresentação de declaração expedida por associação/organização representativa, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, e desde que figure no feito ou demande serviço da justiça em virtude desse pertencimento étnico-racial;

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa estender às pessoas pertencentes a comunidades quilombolas o direito à gratuidade da justiça, em conformidade com o disposto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que reconhece essas comunidades como grupos étnico-raciais com trajetória histórica própria, relações territoriais específicas e presunção de ancestralidade negra. Adota-se como critério o reconhecimento de pertencimento com base na auto-atribuição, em consonância com a Convenção nº 169 da OIT, internalizada pelo Estado brasileiro.



A proposta busca suprir lacuna normativa e garantir tratamento isonômico em relação a outros grupos reconhecidamente vulneráveis, promovendo a efetividade do acesso à justiça como direito fundamental previsto no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.

Sala da comissão, 6 de maio de 2025.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)



EMENDA Nº
(ao PL 2239/2022)

Modifiquem-se os arts. 98 e os incisos I e III, do § 2º do art. 99, ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), constantes do art. 2º do Substitutivo apresentado ao PL n. 2.239 de 2022, da seguinte forma:

“Art. 98.....

.....

§ 2º Na hipótese de o beneficiário da justiça gratuita obter créditos em juízo, arcará com o pagamento de despesas processuais e de honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, na forma da lei, desde que o montante a ser recolhido não ultrapasse o limite de 30% (trinta por cento) do valor líquido que tiver obtido.. ” (NR)

“Art. 99.....

.....

§ 2º O juiz deferirá o pedido de gratuidade da justiça postulado pela pessoa natural que comprove, alternativamente:

I - perceber salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, em termos líquidos;

.....

II - auferir renda mensal remanescente de até 3 (três) salários mínimos, em termos líquidos;

.....



§ 3º O requerente pessoa natural não enquadrado nas hipóteses do § 2º poderá ainda pleitear e obter o benefício de gratuidade da justiça, desde que comprove a insuficiência de renda líquida, por meio da apresentação de documentação idônea ou por outro meio de prova admitido, que não seja declaração firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, cabendo ao juiz apreciar fundamentadamente o pedido.

.....

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da presente emenda é definir critérios objetivos para a concessão do benefício da gratuidade na justiça. O que ocorre atualmente é que cada julgador, nas diferentes regiões do país adotam distintos limites para configurar a hipossuficiência financeira.

Embora a Constituição Federal e as legislações infraconstitucionais pertinentes prevejam assistência gratuita aos necessitados, o fato é que tal previsão foi edificada de maneira demasiadamente ampla e genérica, não se especificando objetivamente a faixa de renda em que a gratuidade tem lugar.

A maioria das Cortes brasileiras pacificou o entendimento de que são presumidamente hipossuficientes, para a concessão da gratuidade de justiça, todos aqueles que percebam renda inferior a 03 salários mínimos, em termos líquidos, que é a quantia que resta depois de retirados os descontos compulsórios, a exemplo do que se sucede no Tribunal Federal das 1ª e 4ª Regiões.

Nesse passo, a renda líquida difere da bruta, à medida que os descontos ordinários e extraordinários incidentes sobre os proventos NÃO implicam capital disponível, mas sim retido, graças à retenção pelo fisco (em se tratando de impostos e tributos), pela previdência além dos consignados, onde se incluem os empréstimos, escola de criança, mercado e outros tantos descontos mais que, não raras às vezes, transformam o devedor em pessoa ultra endividada.



Ademais, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deliberou, em julho de 2010, pela realização de estudo sobre o regime de cobrança de custas, em todo o Brasil, com foco na Justiça Estadual, em razão das discrepâncias encontradas.

Apenas para exemplificar, para o processamento, pelo rito ordinário, de uma ação cível de R\$ 2.000,00, verificou-se que enquanto no Paraná se cobravam custas de R\$ 176,95, havia Estados em que o valor chegava a R\$ 610,99, como, por exemplo, o Ceará.

Da mesma forma, não nos parece justo que, apesar de hipossuficiente, a parte vencedora que auferir ganhos numa ação judicial, esteja desobrigada de arcar com custas e honorários decorrentes de parcial sucumbência.

Assim sendo, serve a presente emenda para corrigir tais distorções.

Sala da comissão, 6 de maio de 2025.

Senador Plínio Valério
(PSDB - AM)





SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - CDH
(ao PL 2239/2022)

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 98 e aos incisos I e III do § 2º do art. 99, e inclua-se o § 9º ao art. 98 e o § 11 ao art. 99, todos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), constantes do art. 2º do Substitutivo apresentado ao PL nº 2.239, de 2022:

“Art. 98.

.....

§ 2º Na hipótese de o beneficiário da justiça gratuita obter créditos em juízo, arcará com o pagamento de despesas processuais e de honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, na forma da lei, desde que o montante a ser recolhido não ultrapasse o limite de 30% (trinta por cento) do valor líquido que tiver obtido.

.....

§ 9º. Aplica-se ao cálculo do valor líquido referido no § 2º deste artigo a mesma regra estabelecida no § 11 do art. 99 desta Lei.” (NR)

“Art. 99.

.....

§ 2º O juiz deferirá o pedido de gratuidade da justiça postulado pela pessoa natural que comprove, alternativamente:

I - renda mensal líquida igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;



.....
III - renda mensal líquida de até 3 (três) salários mínimos;
.....

§ 3º O requerente pessoa natural não enquadrado nas hipóteses do § 2º poderá ainda pleitear e obter o benefício de gratuidade da justiça, desde que comprove a insuficiência de renda líquida, por meio da apresentação de documentação idônea ou por outro meio de prova admitido, que não seja declaração firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, cabendo ao juiz apreciar fundamentadamente o pedido.

.....
§ 11. Para efeitos de concessão da gratuidade de que trata este artigo, a renda líquida é definida como a diferença entre o valor total dos rendimentos mensais e o somatório dos seguintes descontos compulsórios:

- a) contribuições a regimes de previdência social pública ou privada;
- b) imposto de renda;
- c) pensões;
- d) contribuições e descontos na fonte relativos a planos de saúde e tratamentos médico e odontológico;
- d) empréstimos consignados;
- e) outros descontos na fonte amparados por lei ou decorrentes de decisão judicial.

JUSTIFICAÇÃO

O texto substitutivo apresentado pelo relator ao PL 2.239, de 2022, traz significativos benefícios ao aprimorar os critérios para a concessão da gratuidade de justiça. Ele não somente harmoniza os critérios de concessão da gratuidade de justiça com os já adotados pela Justiça do Trabalho, mas também amplia o acesso



ao benefício para grupos vulneráveis, como mulheres em situação de violência doméstica e membros de comunidades indígenas.

Não obstante os aperfeiçoamentos propostos no texto substitutivo, com os quais também concordamos, não se pode negar o fato de que ainda persiste uma lacuna importante que não pode passar despercebida por esta Casa, qual seja, a falta de uma definição precisa do que seja a remuneração líquida.

A falta dessa definição pode gerar diversas implicações negativas e interpretações divergentes, além de dificultar a comprovação da insuficiência de recursos por parte dos requerentes da gratuidade de justiça. Isso pode causar inconsistências na aplicação das leis onde diferentes juízes e tribunais podem adotar critérios variados para determinar a renda líquida, o que pode resultar na negação injusta do benefício, especialmente para os mais vulneráveis, que dependem da gratuidade para exercer seus direitos legais de maneira efetiva.

A propósito, vale ressaltar que a maioria das Cortes brasileiras pacificou o entendimento de que são presumidamente hipossuficientes, para a concessão da gratuidade de justiça, todos aqueles que percebam renda inferior a três salários mínimos, em termos líquidos, que é a quantia que resta depois de retirados os descontos compulsórios, a exemplo do que se sucede no Tribunal Federal das 1ª e 4ª Regiões.

Pudera! Assim como a Lei, jurisprudência e doutrina, os costumes também são fonte, ainda que subsidiária, do Direito, tendo por base a repetição de certas práticas sociais que têm o condão de influenciar a edição de leis, já que cabe às normas positivadas o seu ajuste à realidade social, e não o contrário.

E, pela prática, sabemos que a renda estipulada em termos líquidos, ainda assim, não garante poder de compra capaz de atender às necessidades vitais básicas de uma família média com quatro pessoas, situação agravada se a essas despesas forem incorporados também os gastos decorrentes de uma ação judicial.

Nesse passo, a renda líquida difere da bruta à medida que os descontos ordinários e extraordinários incidentes sobre os proventos não implicam renda disponível, mas sim retida, devido à retenção pelo fisco (em se tratando de impostos e tributos) e pela previdência, além dos consignados, onde se incluem os



empréstimos, escola de criança, mercado e outros tantos descontos mais que, não raras às vezes, transformam o devedor em pessoa ultra endividada.

Adicionalmente, há que se considerar ainda o fato de que as custas e os emolumentos judiciais variam de uma unidade da Federação para outra, que possuem leis e regulamentos próprios, sendo que na região Nordeste se encontram os maiores valores de custas judiciais e emolumentos cartorários, chegando a superar em até 10 vezes aqueles encontrados no Distrito Federal para a mesma espécie de causa.

Em resumo, a referência à remuneração bruta, ou simplesmente à remuneração, como consta da proposta, contraria o próprio espírito da medida, de garantir a concessão justa e equitativa da gratuidade de justiça. A remuneração bruta não leva em consideração os diversos descontos compulsórios que podem impactar significativamente o valor efetivamente disponível para o beneficiário. Desconsiderar esses descontos pode resultar em uma avaliação imprecisa da capacidade financeira do requerente, que compromete a eficácia da medida e potencialmente exclui aqueles que realmente necessitam do benefício.

Portanto, é essencial que o conceito de remuneração líquida esteja bem delineado, pois ele reflete de maneira mais fiel a realidade financeira do indivíduo. A remuneração líquida, nos termos aqui propostos, oferece uma visão mais precisa da capacidade do requerente de arcar com as despesas processuais. Adotar esse conceito garante que a gratuidade de justiça seja concedida de forma justa àqueles que realmente precisam.

Nesse sentido, a presente emenda traz uma definição clara e precisa para a renda líquida, qual seja: a diferença entre o valor total dos rendimentos mensais e o somatório dos descontos compulsórios e obrigatórios, incluindo contribuições previdenciárias, imposto de renda, pensões, plano de saúde, tratamento médico e odontológico, empréstimo consignado e outros descontos amparados por lei ou decorrentes de decisão judicial.

Assim, estabelecer um conceito preciso para a renda líquida representa uma oportunidade crucial para aprimorar a justiça e a equidade na concessão de gratuidade de justiça. A definição clara e objetiva da renda líquida não somente evitará interpretações divergentes e insegurança jurídica,



mas também garantirá que o benefício seja concedido de forma justa e direcionada aos indivíduos que realmente necessitam.

São essas as razões que me levaram a apresentar a presente emenda, para a qual conto com o apoio dos nobres pares.

Sala da comissão, 6 de maio de 2025.

Senador Magno Malta
(PL - ES)



PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.239, de 2022 (PL nº 5.900, de 2016, na Casa de origem), do Deputado Paes Landim, que “altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça”.

RELATOR: Senador **LAÉRCIO OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 2.239, de 2022 (PL nº 5.900, de 2016, na Casa de origem), que é de autoria do Deputado Paes Landim e, de acordo com sua ementa, tem por objetivo alterar *a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça*.

Do PL nº 2.239, de 2022, constam três artigos:

- como é de praxe nas proposições legislativas estruturadas na Câmara dos Deputados, em obediência ao art. 7º, *caput*, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998¹, o **art. 1º** do PL nº 2.239, de 2022, indica o objeto da lei porventura resultante da proposição, qual seja, o estabelecimento de critérios para a concessão de gratuidade de justiça, mediante a alteração dos artigos 99 e 101 do Código de Processo Civil (CPC);

¹ Nos termos de sua ementa, *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal*.

- o **art. 2º** encarta a essência do PL nº 2.239, de 2022, ao buscar promover alterações em dois artigos do *Codex* processual civil, a saber:

§ no **art. 99** do CPC:

□ alterar seu § 2º, de forma a fixar, ao longo de seis incisos, um rol de hipóteses em princípio taxativo, sendo que, uma vez comprovada a ocorrência de ao menos uma delas, ao juiz caberá deferir o pedido de gratuidade da justiça formulado por pessoa natural, quais sejam:

I. estar essa pessoa dispensada de apresentar Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda;

II. ser ela beneficiária de programa social do Governo Federal;

III. auferir renda mensal de até três salários mínimos;

IV. ser mulher em situação de violência doméstica e familiar;

V. ser membro de comunidade indígena;

VI. estar representada em juízo pela Defensoria Pública;

□ alterar seu § 3º, relativizando a taxatividade do parágrafo imediatamente anterior, ao permitir que a pessoa natural também obtenha o benefício comprovando sua insuficiência de recursos mediante documentação idônea ou outro meio de prova admitido;

□ inserir um § 3º-A, a fim de autorizar o juiz, em qualquer hipótese, a indeferir o pedido de gratuidade da justiça, se ele constatar haver nos autos elementos que evidenciem a capacidade

financeira do requerente para arcar com as custas e as despesas processuais;

- inserir um **§ 8º**, para corroborar a possibilidade de concessão do benefício de gratuidade da justiça a pessoas jurídicas (explicitada, em todo caso, na forma vigente do *caput* do art. 98 do CPC), desde que elas demonstrem ser-lhes impraticável arcar com os encargos do processo;

§ no **art. 101** do CPC:

- alterar seu *caput*, de modo a viabilizar a interposição de agravo de instrumento não mais apenas contra a decisão judicial que indeferir a gratuidade ou que acolher pedido de sua revogação, como é hoje, mas também contra aquela que a deferir ou que denegar sua revogação;
- finalmente, o **art. 3º** carrega cláusula de vigência imediata da lei acaso oriunda da proposição.

O Projeto foi apresentado, na Câmara, pelo Deputado Paes Landim, tendo sido distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) daquela Casa, para apreciação conclusiva, compondo-se então de apenas dois artigos: o **art. 1º** realizava a finalidade original da proposição, alvitando nova redação, renumeração ou revogação de praticamente todos os parágrafos do art. 99 do Código de Processo Civil, com objetivos semelhantes aos do atual art. 2º do PL; e o **art. 2º** fixava a cláusula de vigência, ao definir que a lei eventualmente decorrente do Projeto entraria em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do PL², observa-se que, embora, com o novo CPC, tenha-se modificado o regime da gratuidade de justiça, revogando-se em parte a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950³, não se logrou inaugurar regras objetivas para a concessão do benefício, mantendo-se o regime de autodeclaração de hipossuficiência, que provocaria distorções. Uma evidência disso seria o fato de que, a despeito do incremento das condições

²

Disponível

em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1479655&filename=Tramitacao-PL%205900/2016>.

³ Nos termos de sua ementa, *estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados*.

econômicas da população brasileira nas últimas décadas, estaria havendo, no País, um aumento do número de concessões de gratuidade da justiça.

Diante disso, seria imprescindível alterar a legislação vigente, até mesmo para adequá-la ao que prescreve o art. 5º, *caput*, inciso LXXIV, da Constituição Federal: *o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*. É nesse contexto que se propõe a adoção de critérios mais objetivos para a concessão da assistência judiciária gratuita, “de modo a garantir a efetivação desse direito fundamental aos que realmente fazem jus”.

No âmbito da CCJC, onde a Deputada Adriana Ventura foi designada relatora da proposição, promoveram-se diversas alterações na forma original do PL nº 5.900, de 2016, até mesmo por causa do acolhimento, em uma ou outra medida, do teor de outros projetos de lei que lhe foram sendo apensados ao longo de sua tramitação na Câmara Baixa (a exemplo dos PLs nºs 7.051, de 2017, 461, de 2019, 3.046, de 2019, 252, de 2020, e 286, de 2021). E, assim, chegou-se à versão atual da proposição.

Tendo iniciado sua tramitação no Senado Federal em 10 de agosto de 2022, o agora PL nº 2.239, de 2022, foi distribuído a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde nos cabe agora sua relatoria e em cujo âmbito a Senadora Zenaide Maia lhe ofereceu a Emenda nº 1-CDH, a fim de explicitar que, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, o benefício da gratuidade será concedido apenas caso a requerente figure no feito ou demande certo serviço da Justiça em virtude dessa sua condição de mulher sujeita a tal espécie de violência.

Posteriormente, o Projeto seguirá para a apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

II – ANÁLISE

Quanto aos requisitos formais e materiais de **constitucionalidade**, nada há a opor ao PL nº 2.239, de 2022, tendo em vista que: *i)* compete privativamente à União legislar sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, *caput*, inciso I, da Constituição Federal (CF); *ii)* cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput* e inciso XIII); *iii)* os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e *iv)* não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna. Ademais, a tramitação do Projeto está em consonância com o preceito constante do art. 65 da Carta Magna.

No que concerne à **juridicidade**, o Projeto afigura-se escorreito, pois: *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii)* possui o atributo da *generalidade*; *iii)* é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; *iv)* afigura-se dotado de potencial *coercitividade*; e *v)* a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico.

Nos termos do art. 102-E, *caput*, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre a garantia e promoção dos direitos humanos, bem como sobre os direitos da mulher, matérias que se incluem entre as que compõem o objeto da proposição ora sob análise. De resto, o PL nº 2.239, de 2022, não apresenta vícios relativos à **regimentalidade**.

A **técnica legislativa** empregada na proposição revela-se verdadeiro primor, inteiramente de acordo com os termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal*.

Em relação a seu **mérito**, entendemos que a proposição legislativa sob exame de fato é oportuna, visto que o relativo descontrole hoje existente sobre a concessão de gratuidade da justiça acaba por incentivar o ajuizamento de ações judiciais aventureiras e temerárias, a serem processadas pela máquina de um Poder Judiciário que já se encontra assoberbado.

E isso tem acontecido mesmo diante do disposto no § 2º do art. 98 do CPC, que mantém a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios acaso decorrentes de sua sucumbência.

Cremos apenas que incrementos gerais podem ser feitos ao Projeto, mediante a apresentação de emenda substitutiva, de modo a aprimorar seu teor e a corrigir certas distorções, conforme os comentários que seguem.

Propomos, nesta oportunidade, uma alteração ao mencionado § 2º do art. 98 do CPC, de modo a estabelecer que o beneficiário da justiça gratuita arcará com o pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência apenas na hipótese de ele obter

créditos em juízo, e desde que o montante a ser recolhido não ultrapasse o limite de trinta por cento do valor bruto que ele tiver recebido. Isso nos parece mais sensato em relação ao que dispõe o texto vigente do CPC, ao considerar-se a situação de hipossuficiência daquele que se revela merecedor da gratuidade da justiça.

No que concerne o inciso **I constante no § 2º do art. 99 do CPC**, a alteração proposta busca harmonizar o critério de concessão do benefício da justiça gratuita àquele já adotado pela Justiça do Trabalho. Além disso, com a nova proposta mais pessoas terão acesso imediato ao benefício, pois o valor atual da isenção do imposto de renda alcança pessoas com rendimento de até R\$ 2.553,32 mensais, ante os R\$ 3.262,96 mensais, caso seja adotado os 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Note-se que, em relação ao **inciso V ora ventilado para o § 2º do art. 99 do CPC**, pode ser feita uma objeção análoga àquela que faz a Senadora Zenaide Maia na justificação de sua emenda. Fruto de uma judiciosa sugestão feita pela Deputada Joenia Wapichana à relatora do Projeto na Câmara, a regra desse inciso só fará sentido caso o serviço da Justiça pleiteado pelo membro de comunidade indígena que requer a gratuidade tenha algum vínculo lógico com essa condição de indígena do requerente.

No **§ 3º-A alvitado para o art. 99 do CPC**, diz-se textualmente que, “em qualquer hipótese, o juiz poderá indeferir o pedido de gratuidade da justiça (...), se houver nos autos elementos que evidenciem a capacidade financeira do requerente para arcar com as custas e as despesas processuais sem prejuízo de seu sustento”.

Ocorre que precisamente aquelas hipóteses constantes dos retromencionados incisos IV e V ventilados para o § 2º do mesmo art. 99 não guardam relação direta – ou sequer oblíqua – com a capacidade financeira dos requerentes (vale dizer, mulheres em situação de violência e membros de comunidades indígenas), mas, sim, com reveses outros historicamente enfrentados por esses grupos e que estão agora a justificar a facilitação, pelo Estado, de seu acesso aos serviços prestados pela justiça. Dessarte, faz-necessário fazer essa ressalva no corpo desse § 3º-A.

Visando à transparência de dados de interesse público, sugerimos a inclusão dos **§§ 9º e 10 no art. 99 do CPC**, a fim de que o Poder

Judiciário informe à população dados e estatísticas sobre os valores de que o poder público abdicará, mensal e anualmente, a título de justiça gratuita.

Cogitamos modificações para o **§ 5º do art. 105** e para o atual **parágrafo único do art. 321** – que deverá desdobrar-se em dois parágrafos –, além da inserção de um **§ 4º-A no art. 334**, todos dispositivos do *Codex* processual em tela, com a finalidade de conferir uma maior proteção ao vulnerável ou hipossuficiente no processo de concessão da procuração, na realização de audiências e, se necessário, na obtenção de informações adicionais sobre a idoneidade da postulação.

Na mesma toada de proteção a vulneráveis e hipossuficientes almejada pelo Projeto, sugerimos acrescentar um **art. 910-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para impedir a compra de processos ou créditos de trabalhadores na Justiça do Trabalho, uma vez que isso impacta negativamente o trabalhador.

Na cessão de créditos trabalhistas, que têm natureza alimentar, o trabalhador perde, em regra, até mais de quarenta por cento do valor que receberia em curto prazo. Além disso, a venda inviabiliza as mediações e gera custos para o Poder Judiciário, permitindo que investidores utilizem a Justiça do Trabalho como um mercado de capital especulativo, em detrimento do trabalhador. Tal prática compromete a própria essência conciliatória da Justiça do Trabalho.

A Emenda nº 1-CDH, da Senadora Zenaide Maia, temos a observar que a inclusão de mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários da gratuidade da justiça é resultante do benfazejo acolhimento, pela relatora do Projeto na CCJC da Câmara, da proposta contida no PL nº 3.046, de 2019, da Deputada Daniela do Waguinho, o que veio a constituir o **inciso IV ora cogitado para o § 2º do art. 99 do CPC**.

No entanto, faz-se de fato necessário explicitar que o benefício, nessa hipótese, será concedido apenas caso a requerente figure no feito ou demande certo serviço da justiça em virtude dessa sua condição de mulher sujeita a violência doméstica (o art. 28 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, ao qual o Projeto faz remissão, não explicita isso em seu texto simplesmente porque essa espécie de violência contra a mulher já é componente intrínseco ao capítulo daquela lei no qual ele está inserto e, de resto, ao próprio objeto de todo aquele diploma legal).

O contrário disso implicaria uma distinção reprovável e discordante do princípio constitucional da igualdade, pois se admitiria, por exemplo, que uma mulher nessas circunstâncias obtivesse o benefício em uma causa qualquer de natureza consumerista, na qual a pessoa jurídica que constituiria a parte adversa não teria relação alguma com as adversidades sofridas pela autora no âmbito de seu lar.

No que concerne a Emenda nº 2-CDH, do Senador Paulo Paim, visa estender às pessoas pertencentes a comunidades quilombolas o direito ora discutido, buscando suprir lacuna normativa e garantir tratamento isonômico em relação a outros grupos reconhecidamente vulneráveis, promovendo a efetividade do acesso à justiça como direito fundamental, por isso o acolhimento da emenda e a inclusão do **inciso V no § 2º do art. 99 do CPC**.

A Emenda nº 3-CDH, do Senador Plínio Valério, pretende definir critérios objetivos para a concessão do benefício da gratuidade. Ocorre que, ao discorrer com conceitos sem precisão terminológica, encaminha para insegurança jurídica, dando margem para diferentes interpretações pelos órgãos judiciais, além de favorecer a litigiosidade abusiva. Por esta razão o não acolhimento do texto proposto.

Finalmente, quanto à Emenda nº 4-CDH, do Senador Magno Malta, em termos semelhantes a Emenda nº 3, observou a necessidade de uma definição precisa do que vem a ser renda líquida. Destarte, como propôs termos precisos para a definição da renda aplicada, acolhemos a proposta de que a renda líquida vem a ser a diferença entre o valor total dos rendimentos mensais e o somatório dos descontos compulsórios e obrigatórios, tais como contribuições previdenciárias, imposto de renda, pensões entre outros descontos amparados por lei ou decorrentes de decisões judiciais. Desta forma, incluímos o **§ 9º no art. 98 e o § 11 no do art. 99 do CPC**.

III – VOTO

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela **aprovação** do PL nº 2.239, de 2022, bem como pela **aprovação** das Emendas nº 1-CDH, nº 2-CDH e Emenda nº 4-CDH, **rejeição** da Emenda nº 3-CDH, conforme o seguinte **substitutivo**:

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)**PROJETO DE LEI Nº 2.239, DE 2022**

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça e vedar a concessão de créditos trabalhistas no âmbito processual.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 98, 99, 101, 105 e 334 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), acrescenta-lhe o art. 321-A e acrescenta o art. 910-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça e vedar a concessão de créditos trabalhistas no âmbito processual.

Art. 2º Os arts. 98, 99, 101, 105 e 334 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 98.**

.....

§ 2º Na hipótese de o beneficiário da justiça gratuita obter créditos em juízo, arcará com o pagamento de despesas processuais e de honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, na forma da lei, desde que o montante a ser recolhido não ultrapasse o limite de 30% (trinta por cento) do valor bruto que tiver obtido.

.....” (NR)

§ 9º. Aplica-se ao cálculo do valor líquido referido no § 2º deste artigo a mesma regra estabelecida no § 11 do art. 99 desta Lei.” (NR)

“Art. 99.

.....

§ 2º O juiz deferirá o pedido de gratuidade da justiça postulado pela pessoa natural que comprove, alternativamente:

I - àqueles que perceberem renda mensal líquida igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

II - ser beneficiária de programa social do Governo Federal;

III - auferir renda mensal líquida de até 3 (três) salários mínimos;

IV - tratar-se de mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), desde que figure no feito ou demande serviço da justiça em virtude dessa condição;

V - comprovar ser membro de comunidades indígenas mediante apresentação de declaração expedida por suas entidades representativas ou por órgão indigenista oficial, ou de comunidade quilombola, mediante apresentação de declaração expedida por associação/organização representativa, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, e desde que figure no feito ou demande serviço da justiça em virtude desse pertencimento étnico-racial; ou

VI - estar representada em juízo pela Defensoria Pública.

§ 3º O requerente pessoa natural não enquadrado nas hipóteses do § 2º poderá ainda pleitear e obter o benefício de gratuidade da justiça, desde que comprove a insuficiência de renda líquida, por meio da apresentação de documentação idônea ou por outro meio de prova admitido, que não seja declaração firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, cabendo ao juiz apreciar fundamentadamente o pedido.

§ 3º-A. Em qualquer hipótese, o juiz poderá indeferir o pedido de gratuidade da justiça, respeitado o contraditório, se houver nos autos elementos que evidenciem a capacidade financeira do requerente para arcar com as custas e as despesas processuais sem prejuízo de seu sustento, salvo quando o benefício tiver sido requerido com fundamento nos incisos IV ou V do § 2º.

.....

§ 8º Faz jus ao benefício de gratuidade da justiça o requerente pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.

§ 9º Sempre que o juiz deferir o benefício de gratuidade da justiça, deverá apurar e informar nos autos do processo, pedido a pedido, os valores de cada uma das parcelas relacionadas no § 1º do art. 98 que deixou de ser recolhida ou paga pela parte beneficiária.

§ 10. Os dados previstos no § 9º serão consolidados sistematicamente pelo tribunal, que os publicará ao menos anualmente, para conhecimento da população e para fins estatísticos, informando os montantes totais que deixaram de ser recolhidos, por órgão julgador.”

§ 11. Para efeitos de concessão da gratuidade de que trata este artigo, a renda líquida é definida como a diferença entre o valor total dos rendimentos mensais e o somatório dos seguintes descontos compulsórios:

- a) contribuições a regimes de previdência social pública ou privada;
- b) imposto de renda;
- c) pensões;
- d) contribuições e descontos na fonte relativos a planos de saúde e tratamentos médico e odontológico;
- e) empréstimos consignados;
- f) outros descontos na fonte amparados por lei ou decorrentes de decisão judicial. (NR)

“**Art. 101.** Contra a decisão que apreciar o pedido de gratuidade da justiça ou de sua revogação caberá agravo de instrumento, exceto quando a questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá apelação.

.....” (NR)

“**Art. 105.**

.....

§ 5º Quando assinado por vulneráveis ou hipossuficientes, o instrumento particular deve conter a indicação do lugar onde foi firmado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga, com a designação e a extensão dos poderes conferidos.” (NR)

“**Art. 334.**

.....

§ 4º-A. A audiência será necessariamente realizada quando a parte autora for reconhecida pelo juízo como hipossuficiente ou em situação de vulnerabilidade.

.....” (NR)

Art. 3º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 321-A, na Seção I (“Dos Requisitos da Petição Inicial”) do Capítulo II (“Da Petição Inicial”) do Título I (“Do Procedimento Comum”) do Livro I (“Do Processo de Conhecimento e do Cumprimento de Sentença”) de sua Parte Especial:

“**Art. 321-A.** Ao constatar, antes da citação, indícios de litigância abusiva, o juiz poderá, alternativamente à tomada de medidas do art. 81, exigir, de modo fundamentado e com observância à razoabilidade no caso concreto, que o autor providencie a emenda da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de demonstrar a idoneidade de sua postulação.

Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência prevista no *caput*, o juiz indeferirá a petição inicial, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas em lei.”

Art. 4º Art. 1.070-A. As disposições da Seção IV do Capítulo II do Título I do Livro III do CPC (arts. 98 ao 102) têm aplicação aos processos trabalhistas.

Art. 5º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 910-A:

“**Art. 910-A.** A cessão prevista nos arts. 286 a 298 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), não será permitida para os créditos trabalhistas.”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

5



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 492/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.621, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.”

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Apresentação: 14/10/2024 17:41:47.603 - MESA

DOC n.1441/2024



Pa
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2621, DE 2023

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2273840&filename=PL-2621-2023



[Página da matéria](#)



Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Art. 2º O § 4º do art. 18 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XII:

“Art. 18.

.....

§ 4º
.....

XII - distribuição do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) - 13146/15

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>

- art18_par4

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.621, de 2023, do Deputado Capitão Alberto Neto, que *altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.*

Relator: Senador **PLÍNIO VALÉRIO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 2.621, de 2023, de autoria do Deputado Capitão Alberto, que *altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.*

A proposição é estruturada em três artigos. O art. 1º especifica o objeto da futura lei; o art. 2º, por sua vez, acrescenta o inciso XII ao § 4º do art. 18 do Estatuto da Pessoa com Deficiência para prever, entre as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência, a *distribuição do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.*

Por fim, o art. 3º determina que a lei decorrente entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor defende que pessoas com essas deficiências se deparam com a existência de barreiras obstruindo a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, embora sem apresentar alterações visíveis. Argumenta, ainda, que o reconhecimento da deficiência é de grande importância, pois permite antecipar a assistência necessária para essas pessoas, ou mesmo reconhecê-las como titulares de direitos e garantias previstos em lei.

A matéria foi distribuída para análise da CDH e da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à proteção e inclusão social das pessoas com deficiência, conforme previsto no inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise do projeto nº 2.621, de 2023, por este Colegiado.

A matéria é digna de ser acolhida. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem mais de 18 milhões de pessoas com deficiência vivendo no Brasil. Dados do Instituto também mostram que essa parcela da população está menos inserida no mercado de trabalho, tem menos acesso à educação e, por conseguinte, enfrenta também mais dificuldade de acesso à renda.

Diante desse cenário, é evidente que o Estado precisa atuar para garantir, de forma efetiva, os direitos fundamentais previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Um dos caminhos para isso passa pela superação das barreiras atitudinais — atitudes ou comportamentos que impedem ou dificultam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais.

Em 2023, houve um avanço importante nesse sentido: o reconhecimento, no âmbito do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do cordão de girassóis como símbolo nacional de identificação das chamadas deficiências ocultas — aquelas que não apresentam características visíveis e, por isso, muitas vezes não são reconhecidas pela sociedade como pessoa com

deficiência, o que expõe essas pessoas a constrangimentos e limitações no exercício de seus direitos.

Esse marco representou uma vitória importante, mas ainda há muito a avançar. Embora o cordão de girassóis já esteja previsto em lei, ele não é acessível a todos. Há custo envolvido em sua compra, o que acaba restringindo o alcance da medida justamente entre quem mais precisa dela. Por isso, o PL em análise é extremamente oportuno. Ao prever que esse item — essencial para a convivência social das pessoas com deficiência oculta — seja ofertado gratuitamente pelo SUS, a proposta dá um passo importante para que o direito à identificação e se torne, de fato, uma realidade para as pessoas com deficiências ocultas.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.621, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

6



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5172, DE 2023

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para permitir que pessoas com deficiência tenham o direito de suspender, cancelar ou desistir de cursos de capacitação em instituições públicas ou privadas sem que haja incidência de multas contratuais ou custos financeiros adicionais.

AUTORIA: Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*, para permitir que pessoas com deficiência tenham o direito de suspender, cancelar ou desistir de cursos de capacitação em instituições públicas ou privadas sem que haja incidência de multas contratuais ou custos financeiros adicionais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 28.**
.....

§ 3º Não incidirão multas contratuais ou custos financeiros para a pessoa com deficiência que, por situações decorrentes dessa sua condição, venha a suspender, cancelar ou desistir de cursos em instituições públicas ou privadas.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nossa intenção é aprimorar o rol de direitos estabelecidos no Estatuto da Pessoa com Deficiência. A proposta pretende assegurar que todas as pessoas com deficiência tenham o direito de suspender, cancelar ou desistir de cursos em instituições públicas ou privadas, sem que isso implique qualquer incidência de multas contratuais ou custos financeiros.

Há que se ter sensibilidade para compreender que a suspensão, o cancelamento ou a desistência de cursos podem ser motivados por diversas razões ligadas às especificidades e aos desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência. Desde mudanças nas condições de saúde, falta de acessibilidade, ausência ou insuficiência de tecnologias assistivas ou adaptações razoáveis, até dificuldades de locomoção – são diversos os fatores que podem impactar a decisão dessas pessoas sobre permanecer, suspender ou desistir de um curso de capacitação.

Há, ainda, casos nos quais a pessoa com deficiência aceita o risco de tentar participar de um curso, mas descobre, após o seu início, que as barreiras e dificuldades são maiores do que avaliou inicialmente. Reconhecemos que a desistência pode frustrar expectativas da instituição de ensino, mas o risco de ter de arcar com multas contratuais ou custos semelhantes pode fazer com que a pessoa com deficiência desista, de antemão, de tentar participar, o que constitui, em si, uma barreira disfarçada de igualdade.

A alteração proposta incide justamente no capítulo do Direito à Educação das pessoas com deficiência estabelecido pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Se assim aprovada, significará mais um importante passo rumo à efetivação do conjunto de direitos fundamentais das pessoas com deficiência, não apenas por reconhecer a singularidade de suas necessidades, mas também por promover a autonomia de escolha desses indivíduos.

Não se trata, portanto, de um salvo-conduto para que se realizem desistências quaisquer por parte desse público, mas sim de garantir que a pessoa com deficiência não seja punida por eventuais cancelamentos ou desistências ocasionadas por situações decorrentes de sua condição.

São essas as razões que fundamentam a proposição, para a qual peço o apoio dos Senadores e das Senadoras.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO
Senado da República- Partido Liberal/RJ

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>

- art28



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 5.172, de 2023, do Senador Romário, que *altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para permitir que pessoas com deficiência tenham o direito de suspender, cancelar ou desistir de cursos de capacitação em instituições públicas ou privadas sem que haja incidência de multas contratuais ou custos financeiros adicionais.*

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 5.172, de 2023, de autoria do Senador Romário.

A proposição é estruturada em dois artigos e pretende alterar a *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para permitir que pessoas com deficiência tenham o direito de suspender, cancelar ou desistir de cursos de capacitação em instituições públicas ou privadas sem que haja incidência de multas contratuais ou custos financeiros adicionais.*



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

O art. 1º insere um § 3º no art. 28 da Lei nº 13.146, de 2015. O dispositivo veda a incidência de multas contratuais ou custos financeiros para a pessoa com deficiência que, por situações decorrentes da sua condição, venha a suspender, cancelar ou desistir de cursos em instituições públicas ou privadas.

O art. 2º trata da cláusula de vigência, que será imediata.

Na justificção, o autor afirma que *a suspensão, o cancelamento ou a desistência de cursos podem ser motivados por diversas razões ligadas às especificidades e aos desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência. Dessa forma, o projeto pretende garantir que a pessoa com deficiência não seja punida por eventuais cancelamentos ou desistências ocasionadas por situações decorrentes de sua condição.*

A matéria foi distribuída para a CDH e seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

De acordo com o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proteção às pessoas com deficiência. É, pois, regimental a análise da matéria por este colegiado.

O resultado da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgado em 2023, confirma uma informação que já conhecemos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou que pessoas com deficiência estão menos inseridas no mercado de trabalho e nas escolas – e, por consequência, têm acesso à renda mais dificultado.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Todos os índices considerados pelo levantamento expõem as desvantagens de pessoas com deficiência frente a pessoas sem deficiência: a taxa de analfabetismo entre as primeiras é quase cinco vezes maior; elas concluem menos o ensino médio (25,6% contra 57,3%) e têm menos diplomas de graduação (7% contra 20,9%).

As barreiras à continuidade de seus itinerários formativos impedem que adquiram competências cruciais à inclusão no mercado produtivo. São notórias, por exemplo, as alegações de empresários de que não encontram pessoas com deficiência com a qualificação necessária ao preenchimento de cargos ofertados nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. A justificativa pode até ser, ainda que de modo parcial, o produto de uma crença preconceituosa, mas o fato é que, segundo o IBGE, apenas 26,6% das pessoas com deficiência estão inseridas no mercado de trabalho. Entre as pessoas sem deficiência, o índice é de 60,7%.

Diante do cenário retratado, a sociedade brasileira deve se posicionar no sentido de incentivar a formação continuada de pessoas com deficiência.

Não faz sentido, portanto, submetê-las ao risco de penalidades caso precisem suspender ou desistir de eventual curso – por força, muitas vezes, de barreiras que a própria sociedade criou e ainda não eliminou. Afinal, a perspectiva de ter de pagar multas ou acréscimos financeiros pode servir como fator de desestímulo à matrícula em cursos importantes para a formação de pessoas com deficiência.

Diante dessas razões, manifestamos nosso apoio à proposição, que entendeu a necessidade de proteger estudantes com deficiência ante situações de quebra de contrato com instituições de ensino, quando a continuidade dos estudos se mostrar um ônus insuportável para o aluno em razão de sua condição.

É inegável, portanto, o mérito do projeto. Sugerimos, tão somente, um ajuste de pequena monta na ementa da proposição, com o objetivo de deixá-la mais precisa.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.172, de 2023, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 5.172, de 2023, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para vedar a incidência de multas compensatórias ou moratórias em caso de descumprimento de contratos de prestação de serviços de ensino por pessoas com deficiência, em razão desta condição.”

Sala da Comissão, de abril de 2025.

Senadora Damares Alves, Presidente

Senadora Professora Dorinha Seabra, Relatora

7



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2880, DE 2023

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2282114&filename=PL-2880-2023



[Página da matéria](#)



Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 23.

Parágrafo único. Será criado programa específico de assistência multiprofissional e interdisciplinar às mulheres usuárias e dependentes de álcool, em consonância com os princípios da universalidade e da integralidade e com o disposto nos incisos I, II, III, IV, IX e X do *caput* do art. 22 desta Lei.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente



Of. nº 288/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.880, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006 - Lei Antidrogas (2006); Lei de Drogas; Lei de Entorpecentes (2006); Lei Antitóxicos (2006); Lei dos Tóxicos (2006) - 11343/06

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11343>

- art23



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.880, de 2023, do Deputado Capitão Alberto Neto, que *altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas.*

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 2.880, de 2023, do Deputado Capitão Alberto Neto, que, conforme sua ementa, *altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas.*

O PL está estruturado em dois artigos. O art. 1º acrescenta um parágrafo único ao art. 23 da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006 — norma que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas —



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SISNAD, que prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências —, para dispor sobre a criação de um programa específico de assistência multiprofissional e interdisciplinar voltado a mulheres usuárias e dependentes de álcool, em consonância com os princípios da universalidade e da integralidade previstos no art. 22 da norma.

O art. 2º, a seu turno, dispõe sobre a vigência da lei em que o PL vier a se transformar, que ocorrerá na data de sua publicação.

Na justificação, argumenta-se que o consumo de álcool entre as mulheres tem aumentado significativamente nos últimos anos. Segundo o autor, as mulheres tendem a apresentar maiores riscos de desenvolver problemas de saúde relacionados ao álcool, como doenças hepáticas, câncer, doenças cardiovasculares e danos neurológicos, mesmo consumindo quantidades menores em comparação aos homens.

A proposição foi distribuída para análise da CDH e da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CDH opinar sobre matérias relacionadas à garantia e promoção dos direitos humanos e da mulher, nos termos dos incisos III e IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, o que torna regimental a análise da proposição por este Colegiado.

Reconhecemos o mérito da proposição. Dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Inquérito Telefônico, do Ministério da Saúde, mostram que o índice de mulheres adultas que fazem uso abusivo do álcool passou de 9,7% em 2013 para 15,2% em 2023.

Esse cenário é preocupante por vários motivos. Primeiramente, o consumo excessivo de álcool traz impactos negativos à saúde e ao convívio social de qualquer pessoa, independentemente do gênero. No entanto, as mulheres alcoolistas enfrentam desafios ainda mais complexos, tanto devido a fatores biológicos que intensificam os efeitos do álcool em seus corpos, quanto pelas pressões sociais que dificultam o acesso ao tratamento adequado.

No aspecto biológico, de acordo com o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (CISA), as mulheres possuem menos água no corpo e, em geral, pesam menos do que os homens. Além disso, os níveis de enzimas que metabolizam o álcool são menores nas mulheres. Essas características fazem com que, mesmo ingerindo a mesma quantidade de álcool, elas experimentem efeitos mais intensos e duradouros em comparação aos observados nos homens.

Socialmente, o estigma que recai sobre as usuárias e dependentes de álcool é muito mais severo, pois a sociedade tende a encarar com mais naturalidade o consumo de álcool por homens, enquanto condena de forma mais rígida esse comportamento entre mulheres. Além disso, a embriaguez coloca em risco a integridade física desse grupo, que fica mais exposto a agressões e violência, especialmente crimes sexuais, como o estupro.

Por essas razões, apoiamos a criação de um programa que atenda às particularidades do alcoolismo feminino, pois essa iniciativa tem o potencial de proporcionar intervenções mais eficazes e garantir o suporte necessário para a recuperação dessas mulheres.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.880, de 2023.

Sala da Comissão, de abril de 2025.

Senadora Damares Alves, Presidente

Senadora Professora Dorinha Seabra, Relatora

8



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 197, DE 2024

Modifica a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para instituir a inelegibilidade por cometimento de crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.

AUTORIA: Senadora Augusta Brito (PT/CE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2024

Modifica a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para instituir a inelegibilidade por cometimento de crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passa vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º**

I –

.....

e)

.....

11. praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil, como é notório, enfrenta um grave problema de violência doméstica, familiar e política de gênero, que se manifesta de forma alarmante em todas as regiões do país. Quase um terço das brasileiras já sofreram algum

tipo de violência doméstica ou familiar provocada por homens, e 68% de nós têm uma amiga, familiar ou conhecida que já foi vítima de crimes dessa natureza, como aponta a 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher realizada pelo Instituto DataSenado, realizada em parceria com o Observatório da Mulher contra a violência (OVM). Mais ainda, a última edição do Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revela que os casos de violência doméstica representam 65,2% de todas as notificações com vítimas do sexo feminino, totalizando cerca de 144 mil ocorrências apenas no ano de 2022.

Em uma década, 48 mil mulheres foram assassinadas, das quais 34,5% nas residências, enquanto essa taxa, entre os homens, é de somente 12,7%. Esse percentual elevado é de grande relevância, pois, como inexiste estatísticas precisas sobre o número de feminicídios, o IPEA considera que o volume de assassinatos de mulheres ocorridos em domicílios serve como *proxy* (isto é, uma variável substituta) daquele indicador.

Em outras palavras, a despeito de medidas legislativas que vêm promovendo avanços, é incontestável que a violência contra as mulheres permanece em níveis preocupantes.

Diante desse cenário, é assustador que pessoas com histórico de violência doméstica possam ocupar cargos eletivos. Os cidadãos em posições de poder devem, acima de tudo, zelar pela integridade e segurança de toda a sociedade. Trata-se de funções atinentes à formulação e fiscalização de políticas públicas, bem como de representação de uma sociedade que, em termos nacionais, é constituída majoritariamente por mulheres.

Em vez disso, pessoas com histórico de violência doméstica e familiar podem, atualmente, utilizar-se do processo eleitoral como meio de legitimação social e institucional, o que perpetua a impunidade e enfraquece a confiança da população nas instituições democráticas.

Consequentemente, o projeto de lei que ora apresentamos evita que cidadãos condenados por crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher possam alçar posições de tamanho relevo.

Para atingir seu objetivo, a proposição se volta a modificar a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para incluir uma nova causa de inelegibilidade, impedindo a candidatura de indivíduos que tenham sido condenados por tais crimes.

Trata-se de medida que resguarda a moralidade e a legitimidade do processo eleitoral, como determina o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, prevenindo que indivíduos condenados ou investigados por violência doméstica e familiar possam concorrer a cargos eletivos.

Assim, a aprovação do projeto que ora apresentamos é urgente e necessária para garantir que os titulares das funções mais significativas da República estejam em conformidade com os princípios constitucionais de probidade e moralidade. Contamos, assim, com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta medida de grande relevância social e jurídica.

Sala das Sessões,

Senadora AUGUSTA BRITO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art14_par9

- Lei Complementar nº 64, de 18 de Maio de 1990 - Lei das Inelegibilidades (1990) - 64/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:1990;64>



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 197, de 2024, da Senadora Augusta Brito, que *modifica a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para instituir a inelegibilidade por cometimento de crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.*

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 197, de 2024, de autoria da Senadora Augusta Brito, que objetiva alterar a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, *para instituir a inelegibilidade por cometimento de crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.*

Para atingir essa finalidade, a proposição apresenta-se em dois artigos.

O art. 1º altera a Lei Complementar nº 64, de 1990, para prever que são inelegíveis, para qualquer cargo, os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

cumprimento da pena, pelos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher. O art. 2º é a cláusula de vigência imediata de lei que resulte da proposição.

Na justificação, a autora destaca que, não obstante os avanços promovidos pelas medidas legislativas, a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil é alarmante. Diante desse cenário, a proposição objetiva evitar que cidadãos condenados por crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher possam utilizar-se do processo eleitoral para ocupar cargos eletivos, nos quais se tem a função de formular e fiscalizar políticas públicas e representar uma sociedade que é constituída majoritariamente de mulheres.

A matéria foi despachada para esta CDH e, posteriormente, seguirá para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo os direitos da mulher, o que torna regimental a análise do PLP por este colegiado.

No que tange ao mérito, a proposição trata de questão pertinente à garantia dos direitos das mulheres e, especificamente, ao enfrentamento da violência de gênero, visto que busca obstar que pessoas condenadas por crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam elegíveis.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, a violência contra a mulher no Brasil continua crescendo. Entre 2022 e 2023,



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

as taxas de registro de diferentes crimes cometidos contra mulheres aumentaram, incluindo as agressões em contexto de violência doméstica. Quase 260 mil mulheres foram vítimas desse tipo de agressão em 2023, o que indica crescimento de 9,8% em relação a 2022.

Ademais, a gravidade da violência doméstica contra a mulher no Brasil pode ser verificada nos dados de acionamento da Polícia Militar e de concessão de medidas protetivas de urgência pelo Poder Judiciário: em 2023, foram quase 850 mil ligações para o 190 e cerca de 660 mil novos processos judiciais com pedidos de medidas protetivas, dos quais 81,4% tiveram a medida concedida.

Diante disso, o PLP não poderia ser mais oportuno, visto que busca assegurar que as pessoas que perpetuam esses índices gravíssimos de violência doméstica e familiar contra as mulheres se tornem inelegíveis, transmitindo a mensagem de que a violência de gênero não é aceitável.

A Lei Complementar nº 64, de 1990, já elenca crimes pelos quais a pessoa condenada, por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, se torna inelegível por período determinado. Podemos citar, como exemplo, os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e os crimes contra a vida e a dignidade sexual.

No entanto, falta à Lei Complementar nº 64, de 1990, prever expressamente a inelegibilidade em razão da condenação por crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa inclusão é importante para que o referido diploma esteja em consonância com o microssistema normativo de enfrentamento à violência doméstica e familiar e de gênero.

Devemos oferecer garantia à sociedade brasileira de que cidadão condenado por crime cometido com violência doméstica e familiar contra a mulher não será elegível por período determinado. Permitir que pessoas com esse perfil assumam posições de poder e de representação em nossa sociedade não apenas revitimiza as mulheres que sofreram violência, mas enfraquece a governança e a legitimidade das instituições democráticas.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 197, de 2024.

Sala da Comissão, de abril de 2025.

Senadora Damares Alves, Presidente

Senadora Professora Dorinha Seabra, Relatora

9



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1179, DE 2024

Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.

AUTORIA: Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui diretrizes, estratégias e ações para a implantação do programa de atenção e orientação às mães atípicas com filhos com doenças raras ou deficiências como síndrome de Down, transtorno do espectro autista – TEA, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH, transtorno do déficit de atenção – TDA e dislexia, denominado Cuidando de quem Cuida.

§ 1º O programa Cuidando de quem Cuida tem a finalidade de oferecer orientação psicossocial e apoio por meio de serviços, proteção, acompanhamento psicológico e terapêutico, com atenção à saúde integral, informação e formação para fins de fortalecimento e valorização dessas mulheres na sociedade.

§ 2º Para os fins desta Lei, considera-se mãe atípica a mãe ou cuidadora que é responsável pela criação de filhos que necessitam de cuidados específicos para pessoas com deficiências, síndromes, transtornos, doenças raras, TDAH, TDA e dislexia, entre outros.

Art. 2º Constituem objetivos do programa:

I – elevar e melhorar a qualidade de vida de mães atípicas, considerando as dimensões emocionais, físicas, culturais, sociais e familiares;



II – desenvolver competências socioeconômicas, por meio de ações que as façam sentir-se valorizadas sem comprometer os cuidados que devem despender a seus filhos;

III – promover o apoio para o acesso a serviços psicológicos, terapêuticos, assistenciais e emancipativos em relação à nova identidade social como mães;

IV – estimular a ampliação de políticas públicas adequadas na rede de atenção primária de saúde, com vistas a manter atendimento eficaz e de qualidade, para preservar a integridade da saúde mental materna;

V – desenvolver ações de bem-estar e de autocuidado como rotina, com vistas a prevenir ou reduzir sintomas de transtornos psíquicos como ansiedade e depressão;

VI – desenvolver ações complementares de suporte para o filho, quando a mãe atípica tenha que realizar consultas, exames, terapias e encontros ou participar de outras atividades no convívio social, melhorando sua qualidade de vida;

VII – estimular os demais membros da família quanto ao cuidado e à proteção, visando aumentar o nível de bem-estar e melhorar a função e as interações familiares;

VIII – promover intervenção de profissionais de saúde, educação, assistência social e jurídica, no que diz respeito a compreender as necessidades dos pais, prover informações e indicar serviços de maneira coordenada, visando produzir resultados positivos na família.

Art. 3º Constituem diretrizes gerais para a implementação do programa de que trata esta Lei:

I – oferecer apoio e incentivo psicossocial e relacional a mães atípicas, visando à promoção de políticas públicas de proteção e fortalecimento da rede de apoio local;

II – fortalecer as redes de apoio e de trocas de experiências sobre os desafios da jornada da mãe atípica, especialmente, nas áreas de saúde, educação, assistência social e de justiça;



III – incentivar a realização de debates, encontros e rodas de conversa sobre a maternidade atípica;

IV – estimular a criação de políticas públicas de acolhimento para as mães atípicas ou com filhos com deficiência;

V – incentivar a criação de espaços para informar e sensibilizar a sociedade sobre as dificuldades enfrentadas na maternidade atípica;

VI – incentivar a realização de oficinas temáticas, cursos, encontros, seminários, conferências e fóruns de debates com temas de relevância social, tendo como foco central a maternidade atípica;

VII – estimular estudos e divulgação de informações sobre prevenção de doenças emocionais que podem surgir em decorrência da maternidade atípica ou com filhos com deficiência;

VIII – proteger integralmente a dignidade de mães atípicas, a fim de ampará-las no exercício da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos.

Parágrafo único. Entende-se por apoio relacional a troca de experiências entre mães atípicas no contexto dos encontros realizados periodicamente com profissionais e especialistas para tratar de questões voltadas à aplicação do programa instituído por esta Lei.

Art. 4º São estratégias para a implementação do programa de que trata esta Lei:

I – atenção integral com foco em mães atípicas e em suas necessidades de saúde, educação, trabalho, assistência social, acesso à renda, habitação, entre outras;

II – instituição de sistemas de avaliações específicos para as pessoas beneficiárias desta Lei, com escalas diferenciadas para crianças, adolescentes e idosos, considerando as condições, as deficiências e os aspectos sociais, pessoais e do entorno onde vivem as pessoas avaliadas;

III – implantação de serviços de oferta de cuidados pessoais em centros especializados;



IV – implantação de serviços de cuidados em domicílio;

V – facilitação do acesso às tecnologias assistivas e à ajuda técnica para uso pessoal e para autonomia no domicílio;

VI – implantação de serviços de acolhimento para as situações de ausência dos vínculos familiares, conforme o caso;

VII – elaboração de estudo que identifique, quantifique e trace o perfil sociodemográfico desses grupos e que identifique suas necessidades e os obstáculos que enfrentam, especialmente na busca por serviços públicos.

Art. 5º Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta Lei, o programa deve observar as seguintes ações:

I – apoio pós-parto a mães atípicas, com as seguintes medidas:

a) acolhimento e inclusão no pós-parto;

b) esclarecimentos imediatos após o nascimento e orientações necessárias sobre a condição da criança e suas especificidades;

II – informação educacional à sociedade a respeito das principais questões envolvidas na convivência e no trato com crianças, adolescentes e adultos sob tutela de mães atípicas;

III – promoção da interação entre profissionais de saúde e educação e familiares, com vistas à melhoria da qualidade de vida da condição de criança, adolescente e adulto sob tutela de mães atípicas;

IV – ações de esclarecimento e combate aos preconceitos relacionados à pessoa com deficiência, doenças raras, síndrome de Down, TEA, TDA, TDAH e dislexia, entre outras;

V – implantação de ações que integrem mães e familiares com educadores e profissionais das áreas de assistência social, justiça, direitos humanos e saúde;

VI – oferecimento de oportunidade de vivência prática de mães matriculadas na rede pública de ensino no acompanhamento do desenvolvimento educacional de seus filhos;

VII – utilização de estratégias de intervenção para o fortalecimento do vínculo de mães em programas com a rede socioassistencial e para o acesso às políticas setoriais voltadas às mulheres;

VIII – veiculação de campanhas de comunicação social que visem conscientizar a sociedade e dar visibilidade às políticas públicas instituídas por esta Lei.

Art. 6º Para a execução das ações previstas no programa de que trata esta Lei, podem ser celebrados instrumentos de cooperação, convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria entre os diversos setores do poder público e organizações da sociedade afins, para a prestação de informações ao público.

Art. 7º Os projetos e as ações decorrentes do cumprimento desta Lei serão amplamente divulgados, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou a alvissareira Lei nº 7.310, de 25 de julho de 2023, já sancionada. Trata-se de diploma legal que cria o programa Cuidando de quem Cuida, voltado a instituir diretrizes, estratégias e ações para a implantação de atenção e orientação às mães atípicas com filhos com doenças raras ou deficiências como síndrome de Down, transtorno do espectro autista – TEA, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH, transtorno do déficit de atenção – TDA e dislexia.

Ora, todos sabemos do desafio vivido pelas mães e cuidadoras que são responsáveis pela criação de filhos que necessitam de cuidados específicos em razão daquelas condições.

Assim, nada mais justo que oferecer orientação psicossocial e apoio por meio de serviços, proteção, acompanhamento psicológico e



terapêutico, com atenção à saúde integral, informação e formação para fins de fortalecimento e valorização dessas mulheres na sociedade.

E, se o parlamento distrital foi sábio em criar essa justa lei, é chegada agora a hora de o parlamento federal cumprir seu equivalente papel e estender tal proteção àquelas que dela necessitam em todo o País.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta necessária proposição.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO
Senado da República- Partido Liberal/RJ

LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:2023;7310](https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;7310)
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;7310>



SENADO FEDERAL

Senadora Mara Gabrilli

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.179, de 2024, do Senador Romário, que *institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.*

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.179, de 2024, do Senador Romário, que *institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.*

A proposição está estruturada em oito artigos. O art. 1º dispõe sobre a implantação do programa Cuidando de quem Cuida e prevê como grupo destinatário da norma *as mães atípicas com filhos com doenças raras ou deficiências como síndrome de Down, transtorno do espectro autista – TEA, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH, transtorno do déficit de atenção – TDA e dislexia.*

O § 1º do art. 1º prevê os serviços de assistência que serão prestados às mães atípicas. O § 2º do mesmo artigo, a seu turno, define o termo “mãe atípica” no contexto de aplicação da lei em que o PL vier a se transformar.

O art. 2º, composto por oito incisos, estabelece os objetivos do Programa Cuidando de quem Cuida, que incluem a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar, o desenvolvimento de competências socioeconômicas e a implementação de ações de apoio direcionadas às mães atípicas. Já o art. 3º define as diretrizes para implementar o Programa, que incluem, por exemplo, promover debates, encontros, oficinas e estudos, além de criar políticas para apoiar e proteger as mães atípicas.

O art. 4º estabelece estratégias para implementação da lei resultante da aprovação da matéria. Essas estratégias incluem, entre outras, a atenção integral, cuidados pessoais especializados e domiciliares e serviços de acolhimento às mães atípicas. O art. 5º, por sua vez, dispõe sobre as ações a serem observadas pelo Programa para o cumprimento dos objetivos da lei em que a matéria vier a se transformar. Entre essas ações, destacam-se a prestação de serviços de apoio pós-parto, a disseminação de informações educacionais à sociedade, a integração entre profissionais de saúde, educação e familiares, entre outras.

O art. 6º estabelece que as ações previstas no programa criado poderão ser implementadas por meio de instrumentos de cooperação, convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria entre o poder público e organizações da sociedade civil. Por sua vez, o art. 7º prevê a divulgação das ações realizadas no âmbito do programa, a fim de promover a efetiva participação da sociedade.

O art. 8º, por fim, determina que a norma resultante da aprovação do PL entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, argumenta-se que em razão dos diversos desafios vividos pelas mães e cuidadoras atípicas, seria justo oferecer serviços de apoio e proteção a essas pessoas. O autor cita, ainda, a aprovação de matéria parecida pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e que, agora, cabe ao Parlamento federal estender essa proteção para mães atípicas em todo o país.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, terá apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à CDH opinar sobre matérias relacionadas aos direitos da mulher, proteção da família e à inclusão social das pessoas com deficiência, nos termos dos incisos IV, V e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, o que torna regimental a análise da proposição por este Colegiado.

O mérito da proposta é incontestável. Cuidar de alguém significa lidar com múltiplas responsabilidades, exigindo, muitas vezes, a conciliação entre o trabalho formal, que gera renda para a família, e as demandas do cuidado não remunerado dentro de casa, que incluem filhos, dependentes e tarefas domésticas.

Para mães, pais ou responsáveis por pessoas com deficiência ou doenças raras, essa rotina pode ser ainda mais exaustiva, uma vez que frequentemente inclui tratamentos complexos e multidisciplinares, que demandam tempo, atenção e dedicação constantes. Diante desse cenário, a prática do autocuidado torna-se praticamente inviável, levando ao desgaste físico e emocional dos cuidadores.

A realidade dessas milhares de famílias brasileiras foi detectada em pesquisa nacional que encomendamos ao Instituto DataSenado, realizada em agosto de 2019, que mostrou que 79% dos cuidadores familiares participantes precisaram deixar de trabalhar e que a quantidade de horas necessárias para o cuidado é extensa: 71% dos cuidadores entrevistados afirmou que o cuidado é demandado em período integral.

Um estudo publicado no *Jornal de Autismo e Transtornos do Desenvolvimento*, intitulado “Níveis de cortisol materno e problemas de comportamento em adolescentes e adultos com TEA”, aponta que o nível de estresse vivenciado por mães de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é comparável ao estresse crônico observado em soldados em combate.

Esse dado evidencia a vulnerabilidade dos cuidadores ao adoecimento e reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à sua saúde e bem-estar. Sob essa perspectiva, iniciativas como o PL em discussão são essenciais, pois trazem visibilidade a um tema ainda pouco debatido e impulsiona mudanças sociais sustentadas por ações concretas do poder público.

Não obstante o mérito, que reconhecemos, há margem para aprimorar a proposição, como passamos a expor.

Inicialmente, com o objetivo de superar a ideia de que o cuidado é uma atividade exclusivamente feminina, propomos que o programa que o PL pretende criar seja direcionado a mães, pais ou responsáveis legais atípicos, e não apenas a mães atípicas. De forma similar, incluímos a paternidade juntamente com a maternidade em todas as vezes que esta foi citada na proposição.

Ademais, também sugerimos ajustes para adequar a proposição ao §1º do art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 1.3146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência), que estabelece que a avaliação da deficiência, quando necessária, deve ser realizada por meio da avaliação biopsicossocial.

Progredindo em nossa análise, sob a perspectiva da técnica legislativa, propomos a padronização do termo “filhos ou dependentes com deficiência, doença rara, dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem” para referir-se às pessoas que estão sob a tutela das mães, pais ou responsáveis legais atípicos, em conformidade com o art. 11, inciso II, alínea *b*, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina que a precisão seja obtida expressando-se ideias, quando repetidas no texto, com o uso das mesmas palavras, sem usar sinônimos com propósito meramente estilístico.

Além disso, sugerimos a supressão dos arts. 6º e 7º, pois a legislação vigente já dispõe sobre parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, bem como sobre práticas de transparência pública.

Por fim, no substitutivo que apresentamos, também propomos outras pequenas alterações na redação e na organização dos dispositivos, sem alterar o mérito da proposta.

III – VOTO

Ante as razões apresentadas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.179, de 2024, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Institui o Programa Cuidando de Quem Cuida, destinado à orientação e à oferta de serviços para mães, pais ou responsáveis legais atípicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Cuidando de Quem Cuida, com o objetivo de oferecer orientação psicossocial e apoio a mães, pais ou responsáveis legais atípicos, por meio de serviços de proteção, acompanhamento psicológico e terapêutico, com atenção à saúde integral, informação e formação para o fortalecimento e valorização dessas pessoas na sociedade.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se mãe, pai ou responsável legal atípico a pessoa responsável pela criação de filhos ou dependentes com deficiência, doença rara, dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Art. 2º Constituem objetivos do programa:

I – elevar e melhorar a qualidade de vida de mães, pais ou responsáveis legais atípicos, considerando as dimensões emocionais, físicas, culturais, sociais e familiares;

II – desenvolver competências socioeconômicas, por meio de ações que façam mães, pais ou responsáveis legais atípicos sentirem-se valorizados;

III – promover o apoio para o acesso a serviços psicológicos, terapêuticos, assistenciais e emancipatórios em relação à nova identidade social como mãe, pai ou responsável legal atípico;

IV – estimular a ampliação de políticas públicas adequadas na rede de atenção primária de saúde, com vistas a manter atendimento eficaz e de qualidade, para preservar a integridade da saúde mental de mães, pais ou responsáveis legais atípicos;

V – desenvolver ações de bem-estar e de autocuidado como rotina, com vistas a prevenir ou reduzir sintomas de transtornos psíquicos como ansiedade e depressão;

VI – desenvolver ações complementares de suporte para o filho ou dependente, quando a mãe, pai ou responsável legal atípico tenha que realizar consultas, exames, terapias e encontros ou participar de outras atividades no convívio social, melhorando sua qualidade de vida;

VII – estimular os demais membros da família quanto ao cuidado e à proteção, visando aumentar o nível de bem-estar e melhorar a função e as interações familiares;

VIII – promover intervenção coordenada de profissionais de saúde, educação, assistência social e jurídica, no que diz respeito a compreender as necessidades das mães, pais ou responsáveis legais atípicos, visando produzir resultados positivos na família.

Art. 3º Constituem diretrizes gerais para a implementação do programa de que trata esta Lei:

I – oferecer apoio e incentivo psicossocial e relacional a mães, pais, ou responsáveis legais atípicos, visando à promoção de políticas públicas de proteção e fortalecimento da rede de apoio local;

II – fortalecer as redes de apoio e de trocas de experiências sobre os desafios da jornada de mãe, pai ou responsável legal atípico, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social e de justiça;

III – incentivar a realização de debates, encontros e rodas de conversa sobre a maternidade e a paternidade atípica;

IV – estimular a criação de políticas públicas de acolhimento para as mães, pais ou responsáveis legais atípicos;

V – incentivar a criação de espaços para informar e sensibilizar a sociedade sobre as dificuldades enfrentadas na maternidade e na paternidade atípica;

VI – incentivar a realização de oficinas temáticas, cursos, encontros, seminários, conferências e fóruns de debates com temas de relevância social, tendo como foco central a maternidade e a paternidade atípica;

VII – estimular estudos e divulgação de informações sobre prevenção de doenças emocionais que podem surgir em decorrência da maternidade e da paternidade atípica;

VIII – proteger integralmente a dignidade de mães, pais ou responsáveis legais atípicos, a fim de ampará-los no exercício da maternidade e da paternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos ou dependentes.

Parágrafo único. Entende-se por apoio relacional a troca de experiências entre mães, pais ou responsáveis legais atípicos no contexto dos encontros realizados periodicamente com profissionais e especialistas para tratar de questões voltadas à aplicação do programa instituído por esta Lei.

Art. 4º São estratégias para a implementação do programa de que trata esta Lei:

I – atenção integral com foco em mães, pais ou responsáveis legais atípicos e em suas necessidades de saúde, educação, trabalho, assistência social, acesso à renda, habitação, entre outras;

II – harmonização das ações de assistência com o nível de suporte requerido pelo filho ou dependente com deficiência, doença rara, dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem, a ser determinado por meio de avaliação biopsicossocial, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

III – implantação de serviços de oferta de cuidados pessoais em centros especializados;

IV – implantação de serviços de cuidados em domicílio;

V – facilitação do acesso às tecnologias assistivas e à ajuda técnica para uso pessoal e para autonomia no domicílio;

VI – implantação de serviços de acolhimento para as situações de ausência dos vínculos familiares, conforme o caso;

VII – elaboração de estudo que identifique, quantifique e trace o perfil sociodemográfico das mães, pais ou responsáveis legais atípicos que identifique suas necessidades e os obstáculos que enfrentam, especialmente na busca por serviços públicos.

Art. 5º Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta Lei, o programa observará as seguintes ações:

I – apoio pós-parto a mães, pais ou responsáveis legais atípicos, com as seguintes medidas:

a) acolhimento e inclusão no pós-parto, com especial atenção às mães atípicas;

b) esclarecimentos imediatos após o nascimento e orientações necessárias sobre a condição da criança e suas especificidades;

II – informação educacional à sociedade a respeito das principais questões envolvidas na convivência e no trato com filhos ou dependentes sob tutela de mães, pais ou responsáveis legais atípicos;

III – promoção da interação entre profissionais de saúde e educação e familiares, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos filhos ou dependentes sob tutela de mães, pais ou responsáveis legais atípicos;

IV – ações de esclarecimento e combate ao capacitismo;

V – implantação de ações que integrem mães, pais ou responsáveis legais atípicos e familiares com educadores e profissionais das áreas de assistência social, justiça, direitos humanos e saúde;

VI – oferecimento de oportunidade de vivência prática de mães, pais ou responsáveis legais atípicos matriculados na rede pública de ensino no acompanhamento do desenvolvimento educacional de seus filhos ou dependentes com deficiência, doença rara, dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem;

VII – utilização de estratégias de intervenção para o fortalecimento do vínculo de mães, pais ou responsáveis legais atípicos em programas com a rede socioassistencial e para o acesso das mães atípicas às políticas setoriais voltadas às mulheres;

VIII – veiculação de campanhas de comunicação social que visem conscientizar a sociedade e dar visibilidade às políticas públicas instituídas por esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora